



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Relatório

100 DIAS

de gestão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA
Presidente

DES. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES
Vice - Presidente

DES. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Corregedor - Geral da Justiça

Relatório _____
100 DIAS
de gestão



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça



DESEMBARGADORES

Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo
Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Desembargadora Cleonice Silva Freire
Desembargador Antonio Pacheco Guerreiro Júnior
Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Desembargador José Joaquim Figueiredo Dos Anjos
Desembargador Marcelo Carvalho Silva
Desembargadora Maria das Graças De Castro Duarte Mendes
Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa
Desembargador Jaime Ferreira de Araujo
Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues
Desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho
Desembargador José Luiz Oliveira De Almeida
Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro
Desembargador Kleber Costa Carvalho
Desembargador Raimundo José Barros de Sousa
Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Desembargador Marcelino Chaves Everton
Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar
Desembargador João Santana Sousa
Desembargador José de Ribamar Castro
Desembargador Tyrone José Silva
Desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho
Desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos
Desembargador Josemar Lopes Santos



A P R E S E N T A Ç Ã O

Em respeito ao princípio da transparência administrativa, apresentamos as ações institucionais desenvolvidas nos primeiros 100 dias de gestão

No período, primamos pela materialização e o cumprimento das diretrizes e metas estabelecidas para o biênio 2020/2022, com a valiosa contribuição e o elevado comprometimento dos magistrados e servidores.

Procurando adequar e fortalecer o Poder Judiciário frente aos desafios dos novos tempos, não poupamos esforços no sentido de corresponder às expectativas e à confiança da sociedade, honrando a gloriosa tradição desta Egrégia Corte de Justiça.

Embora os projetos do biênio tenham sido deflagrados em meio ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, soubemos lidar corajosamente diante das adversidades, convictos da nossa missão de levar aos jurisdicionados um serviço de excelência.

Desembargador Lourival Serejo
Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão



S U M Á R I O

DIRETORIA GERAL	11
DIRETORIA JUDICIÁRIA	15
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	19
DIRETORIA ADMINISTRATIVA	35
DIRETORIA FINANCEIRA	49
DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	57
DIRETORIA DE ENGENHARIA	63
DIRETORIA DE INFORMÁTICA	67
OUVIDORIA	73
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	81
CEMULHER Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar	99
UMF Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão	105
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL	131
ESMAM	135
CERIMONIAL	143
AGEM Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização	149
COMUNICAÇÃO SOCIAL Assessoria de Comunicação da Presidência	155
ASSESSORIA JURÍDICA	169
COMITÊ ESTADUAL DA SAÚDE	173

DIRETORIA GERAL





No intervalo de 24.04.2020 a 10.07.2020, o Gabinete do Diretor-Geral, recebeu a quantia de **três mil quinhentos e sessenta e oito (3.568) processos**, tendo gerado um total geral de quase **dois mil duzentos e trinta e três (2.233) documentos expedidos**.

OBS: Buscando maior celeridade na tramitação, a maioria dos despachos de mero expediente são feitos no campo observação do Digidoc, não gerando documento, e, por consequência, não tendo como ser mensurada a quantidade dos mesmos.

DECISÕES	1.209
DESPACHOS	660
OFÍCIOS	52
PORTARIA-GP	3
PORTARIA CONJUNTA	16
RESOLUÇÃO-GP	18
INFORMA-GDG	62
AGENDA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA/ EXTRAORDINÁRIA	11
DPA - DECISÕES PLENÁRIAS ADMINISTRATIVAS	82
CERTIDÃO	--
EDITAIS (PROMOÇÃO, REMOÇÃO, PERMUTA DE MAGISTRADOS E INDICAÇÃO DE MEMBRO TRE)	18
RESENHA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA	6
MEMORANDO	30
TERMO DE CONCLUSÃO	44
TERMO DE RATIFICAÇÃO	7
DECLARAÇÃO	8
CIRCULAR	4
ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA ORDINÁRIA	1
ATO DA PRESIDÊNCIA	2
TOTAL	2.233

DIRETORIA JUDICIÁRIA





Diversas ações foram empreendidas, principalmente com a mudança nas rotinas e a suspensão dos prazos processuais em razão da pandemia pelo novo coronavírus, nesse contexto com o objetivo de reduzir os acervos processuais e cumprir as metas estipuladas e monitoradas pelo CNJ, cujos resultados refletem uma melhoria significativa no desempenho das unidades judiciais no Segundo Grau, o TJMA priorizou:

1. Permitir o uso de videoconferência para realização das sessões de julgamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão, em face da excepcionalidade gerada pela pandemia provocada pelo novo Coronavírus, conforme a Resolução GP 222020;

2. Tornar obrigatório a digitalização e virtualização dos processos judiciais de natureza cível que tramitem em meio físico para a instalação do Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) do 1º Grau pelas unidades jurisdicionais que já fazem uso dessa tecnologia, para fins de remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, em formato eletrônico, para o processamento e julgamento de recurso de Apelação e/ou Remessa Necessária em meio digital, conforme a Portaria Conjunta 212020;

3. Regulamentar o cadastro de pessoas jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta e das empresas públicas ou privadas de médio ou grande porte para o recebimento de citações e intimações de forma eletrônica, conforme Resolução GP nº 302020;

4. Dispôs ainda sobre as condições de cumprimentos de mandados de citação e intimação por parte dos Oficiais de Justiça nas Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário Estadual do Maranhão, como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do novo Coronavírus (COVID-19) e H1N1, conforme Portaria Conjunta nº252020;

VEJAMOS A PRODUÇÃO NO SEGUNDO GRAU, NO PERÍODO DE 24.04 A 30.07.2020:

ACERVO ATUAL DE PROCESSOS NO SEGUNDO GRAU (30.07.2020)	65.188
---	--------

1. PROCESSOS NOVOS DISTRIBUÍDOS (24.04 a 30.07.2020)

DISTRIBUÍDOS NO SEGUNDO GRAU	20.642
Themis SG - físicos	2.808

PJe 2 Grau- eletrônicos	17.834
-------------------------	--------

2. PROCESSOS JULGADOS (24.04 a 30.07.2020):

JULGADOS NO SEGUNDO GRAU	13.637
Themis SG	2.127
PJE	11.510

3. PROCESSOS FINALIZADOS COM MOVIMENTAÇÃO DE BAIXA (24.04 a 30.07.2020):

BAIXAS NO SEGUNDO GRAU	10.766
Themis SG	1.916
PJE	8.850

4. SESSÕES REALIZADAS (24.04 a 30.07.2020):

SESSÕES REALIZADAS	
Câmaras Cíveis Isoladas	108
Câmaras Criminais Isoladas	29
Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas e Seção Cível	09
Total	146

5. RECURSOS COM CADASTRO E

AUTUAÇÃO REALIZADOS NO TJMA:

PROTOCOLO, CADASTRO E AUTUAÇÃO DE RECURSOS FÍSICOS	2.808
---	-------

6. PROCESSOS REMETIDOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES (após as etapas de higienização, digitalização e indexação):

RECURSOS CONSTITUCIONAIS	
Recursos digitalizados e remetidos ao STF e STJ	525

7. DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO:

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO	
Diários da Justiça Eletrônicos gerados	67
Matérias publicadas	79.260

Além das atribuições institucionais desta Diretoria Judiciária, realizadas pelas unidades integrantes da estrutura organizacional, são igualmente desenvolvidas atividades diversas, relacionadas nos tópicos a seguir, comprovando o comprometimento de todos os seus colaboradores no sentido de cumprir fielmente as atribuições que lhe foram conferidas, contribuindo efetivamente com função jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Documentos elaborados pelas Coordenações, Secretarias de Câmaras e

Diretoria Judiciária:

Tipos de documentos	quantidade
Tramitações nos processos físicos	76.096
Tramitações eletrônicas realizadas	497.586
Total	573.682

Oportuno observar que novos desafios surgem diariamente e que são enfrentados com igual determinação e afinco. Todavia, o reconhecimento de tantas conquistas em tempos de pandemia provoca o irrenunciável agradecimento a cada servidor, secretários de câmara, coordenadores, diretores, desembargadores e, em especial ao Presidente, sem cujo empenho e colaboração nada ou muito pouco teria sido realizado.

Por fim, enfatizamos que o nosso comprometimento com o cumprimento da atividade-fim, é um valor que não pode ser quantificado e mensurado com exatidão, porém os resultados decorrentes da nossa atuação visando contribuir para a efetivação de valores sociais realmente importantes, tem sido nosso maior desafio e conseqüente satisfação como pode ser comprovado pelos resultados extraídos dos sistemas de acompanhamento processual onde captamos o quantitativo de **QUINHENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS** movimentações eletrônicas realizadas pelos servidores lotados nesta diretoria judiciária.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS





• PROGRAMAS E PROJETOS

PROGRAMA DE EQUALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DINAMISMO DA PRODUTIVIDADE

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Concurso de Ingresso

No dia 08/06/2020, foi publicado o edital EDT-GP-112020, com a convocação de candidatos aprovados e classificados no Concurso Público de Ingresso de Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão – Edital nº 3/2019, em que foram **convocados 08 (oito) candidatos**, sendo 06 (seis) para o cargo de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento, 01 (um) para o cargo de Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico e 01 (um) para o cargo de Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware.

O concurso, que foi realizado pela Fundação Carlos Chagas, recebeu o total de **65.221 inscrições**, das quais 812 foram de candidatos com deficiência e 13.560 de candidatos negros.

As vagas no mencionado concurso público foram distribuídas para os cargos de Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Desenvolvimento; Analista Judiciário – Analista de Sistemas – Suporte e Rede; Analista Judiciário – Engenheiro Mecânico; Analista Judiciário – Direito; Analista Judiciário – Assistente Social; Analista Judiciário – Psicólogo; Analista Judiciário – Psiquiatra; Oficial de Justiça; Técnico Judiciário – Apoio Técnico Administrativo; Técnico Judiciário – Técnico em Contabilidade; Técnico Judiciário – Técnico em Edificações; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Hardware; Técnico Judiciário – Técnico em Informática – Software.

STATUS: O concurso foi homologado e as nomeações já foram iniciadas.

Projeto Ambientação dos Novos Servidores

Tem por propósito proporcionar aos recém-

nomeados uma visão sistêmica da Instituição, bem como, prepará-los eficazmente para exercer o serviço público nas unidades de trabalho, com a finalidade da contínua melhoria da prestação jurisdicional.

STATUS: Fase final de edição dos vídeos gravados, e implantação dos mesmos na plataforma EAD, pela ESMAM, para acesso por parte dos novos servidores.

Concurso de Remoção de Servidores Efetivos

Está em andamento o **XI Concurso de Remoção de Servidores do Poder Judiciário do estado do Maranhão**, publicado por meio do edital EDT-GP-72020, o qual ofertou **68 vagas** para diversos cargos. O Concurso de Remoção tem por propósito a equalização da força de trabalho com foco nas unidades prioritárias, em atenção a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça – CNJ n.º 194, de 26 de maio de 2014, considerando os requisitos de distribuição de casos novos e da taxa de congestionamento, definidos pela Resolução n.º 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

STATUS: O concurso foi homologado e está em andamento o primeiro edital de convocação.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio tem por objetivo oferecer aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas conveniadas ao Tribunal de Justiça do Maranhão a oportunidade de complementarem sua formação escolar por meio de experiências profissionais e ações de desenvolvimento de futuros profissionais.

Divide-se em duas modalidades: **estágio obrigatório** (curricular e não remunerado) e **estágio não obrigatório** (extracurricular e remunerado).

Estágio Nível Médio de Escolaridade

Atualmente este Tribunal conta com **15 estagiários**



de Nível Médio remunerados, lotados na Comarca da ilha de São Luís.

Cumpra ressaltar que encontra-se em andamento processo administrativo que visa ofertar em processo seletivo virtual mais **185 vagas de estágio remunerado para estudantes de Nível Médio**.

Unidades a serem contempladas: unidades jurisdicionais que tiveram perda de Auxiliares Judiciários no Concurso de Remoção ou que não estejam com a Tabela de Lotação de Pessoal completa.

STATUS: em fase de contratação da empresa especializada para realização do Processo Seletivo Virtual.

Estágio Nível Superior de Escolaridade

Em virtude das portarias que suspenderam as atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão em março de 2020, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), foram encaminhados **apenas 22 estagiários** para cumprimento de **estágio obrigatório curricular** nos órgãos e unidades do Poder Judiciário, no período de 24 de abril a 10 de julho de 2020.

Por outro lado, encontra-se em andamento processo administrativo que visa ofertar **195 vagas de estágio remunerado para Nível Superior** nas áreas de: Psicologia; Serviço Social; Enfermagem; Odontologia; Direito; Administração; Ciências Contábeis; Pedagogia; Ciências da Computação; Arquitetura; Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia ou Gestão Ambiental; Biblioteconomia; Comunicação Social; e História.

Serão contempladas com os estagiários recrutados, as unidades jurisdicionais que apresentarem alta distribuição de casos novos ou elevada taxa de congestionamento, e que estejam no raio de até 100 km das instituições de ensino; bem como as unidades administrativas que solicitaram estagiários em resposta à consulta feita pela DRH.

STATUS: em fase de contratação da empresa especializada para realização do Processo

Seletivo virtual.

Estágio Nível Pós-Graduação de Escolaridade – Projeto Residência em Prática Jurídica

Instituição do programa de estágio para alunos de Pós-Graduação em Direito, com previsão de **55 vagas** a serem ofertadas no próximo processo seletivo virtual.

Esse projeto favorece a liberação de servidores para assumir cargo de liderança ou assessoramento sem prejuízo para unidade. Dessa forma, os servidores em destaque podem ter ascensão na carreira e melhor desempenho de suas habilidades e de seus talentos.

Unidades contempladas: unidades jurisdicionais em que existe Analista Judiciário – Direito exercendo cargo comissionado ou função gratificada e unidades com alta taxa de congestionamento.

STATUS: em fase de contratação da empresa especializada para realizar o Processo Seletivo Virtual.

Programa Voluntários da Justiça

Instituído o Programa Voluntários da Justiça, por meio da RESOL-GP-412020, para prestação de serviços voluntários no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, a serem realizados em atividades e tarefas vinculadas às áreas de interesse deste Tribunal e compatíveis com o conhecimento e experiências profissionais.

Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada espontaneamente ao Poder Judiciário, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou afim, por pessoa física.

Principal Vantagem Estratégica: promover a melhoria do clima organizacional, desenvolver e acentuar a noção de trabalho em equipe e gera maior comprometimento e aumento de produtividade.

STATUS: Atualmente contamos com 35 voluntários inscritos no Programa.



• PROGRAMA DE GESTÃO DOS BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E VALORIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

PROGRAMA DE DESCONTOS E VANTAGENS

Através desse programa, o Tribunal de Justiça do Maranhão, visa oferecer a magistrados, servidores, e dependentes, descontos e vantagens em estabelecimentos comerciais credenciados de variados setores.

Com o reinício gradual das atividades presenciais, foram firmadas parcerias com o Laboratório Cedro e com a Capital Corretora de Seguros.

O Laboratório Cedro oferecerá aos magistrados, servidores, e seus dependentes, o percentual de 30% de desconto em seus serviços, exceto nas áreas de Biologia Molecular e Cimetria de Fluxo, cujo desconto será de 20%, e na área de terceirização será aplicado o desconto de 15% sobre a tabela vigente. Quanto ao exame de sorologia para COVID-19, será aplicado o percentual de 20%.

Já a Capital Corretora de Seguros oferecerá descontos especiais, de 5% a 15%, nos produtos da corretora, tais como: seguros de vida, de automóvel, planos de previdência e saúde (Central Nacional Unimed, Sulamérica e Bradesco Saúde).

Atualmente, são 166 empresas parceiras.

AUXÍLIO BOLSA

Instituído por meio da RESOL-GP – 12017, publicada na Edição nº 8/2017 do Diário da Justiça Eletrônico de 19/01/2017, o Auxílio-bolsa de Estudos consiste na concessão de auxílio financeiro aos servidores para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. O Auxílio é concedido, de acordo com o art. 67 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão, aos servidores efetivos do Poder Judiciário que estiverem regularmente matriculados em cursos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, em níveis de graduação e pós-graduação, lato e stricto sensu,

que se desenvolvam regularmente sob a forma de metodologia presencial no âmbito do território do Estado do Maranhão ou em cidade limítrofe pertencente a estado vizinho.

O Auxílio-bolsa de Estudos dá-se mediante Processo Seletivo aos servidores interessados em receber da Administração do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio de reembolso mensal e parcial, o valor de mensalidade e taxa de matrícula, referentes a cursos de graduação e de pós-graduação, na forma do disposto na RESOL-GP-12017. A concessão do Auxílio-bolsa é destinada aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, que tenham sido regularmente aprovados no estágio probatório e que se encontrarem em pleno exercício de suas atividades.

Até a data deste relatório, foram contemplados pelo Auxílio-bolsa de Estudos 107 (cento e sete) servidores, distribuídos nas quatro modalidades da seguinte forma:

- a) nível de graduação: 56
- b) nível de pós-graduação / modalidade Especialização: 28
- c) nível de pós-graduação / modalidade Mestrado: 20
- d) nível de pós-graduação / modalidade Doutorado: 03

Beneficiários atuais: 30 (trinta) servidores na Graduação, 12 (doze) na Especialização, 04 (quatro) no Mestrado e 03 (três) no Doutorado;

Concludentes: 25 (vinte e cinco) Graduados; 16 (dezesesseis) Especialistas; e 03 (três) Mestres;

Valores do Auxílio: o desembolso mensal, correspondente ao teto de 50% do valor da mensalidade, limita-se a R\$ 700,00 à Graduação, R\$ 800,00 à Especialização, R\$ 1.000,00 ao Mestrado e R\$ 1.500,00 ao Doutorado.

Na oportunidade, convém informar a autorização, nos termos da DECISÃO-GP - 8592020 (relativo ao Processo 2898.2020), da realização do 3º Seletivo, com a oferta de 20 (vinte) bolsas de Graduação, 15



(quinze) de Especialização e Mestrado e outras 10 (dez) de Doutorado, mais cadastro de reserva em todas as modalidades, restando para o momento o lançamento do edital de abertura das inscrições.

A seguir, será apresentada a quantidade completa de servidores já beneficiados e daqueles que ainda serão beneficiados, com os dados especificados por unidade de lotação/exercício, em que constará SIM ou NÃO para a conclusão do curso.

• GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços	2	Sim
Divisão de Arquitetura	2	Não
1ª Vara de Presidente Dutra	1	Sim
2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão Médica	1	Sim
6º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira	2	Sim
Divisão de Direitos e Deveres	1	Sim
5ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão de Protocolo e Arquivo	1	Sim
2ª Turma Recursal Permanente do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Vara Única de Itinga do Maranhão	1	Não
Divisão de Administração Patrimonial	1	Não

Divisão de Arquitetura	1	Sim
Divisão de Expedição de Atos e Registros da CGJ	1	Sim
1ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Divisão de Serviços e Obras	1	Não
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	1	Sim
Gab. Des. Jaime Ferreira de Araújo	1	Não
Coordenadoria de Planejamento e Aprimoramento da Justiça de 1º Grau	1	Não
Coordenadoria de Direitos e Registros	1	Não
Coordenadoria de Recursos Constitucionais	1	Não
1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Não
Coordenadoria de Atendimento ao Usuário	1	Não
1ª Vara de Rosário	1	Não

MESTRADO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização	1	Não
Diretoria Financeira	1	Sim
Coordenadoria de Contabilidade	2	Sim
Gab. Des. José de Ribamar Castro	1	Sim
Centro de Conciliação e Mediação da Família	2	Não
1ª Vara Criminal de Timon	1	Sim
Coordenadoria de Finanças	1	Sim



Vara Única de Itinga do Maranhão	1	Sim
3º Juizado Especial Criminal do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Vara da Infância e Juventude de Timon	1	Não
Coordenadoria de Apoio Administrativo	1	Não
Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar	1	Sim
Divisão do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil das Pessoas Naturais - Ferc	1	Sim
Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais	1	Sim
Gab. Des. Jaime Ferreira de Araújo	1	Sim
Assessoria Jurídica dos Juízes Corregedores	1	Não
5ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís	1	Sim
Central de Cumprimento de Mandados do Fórum Des. Sarney Costa	1	Não

DOUTORADO

UNIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDOR	CONCLUSÃO
Diretoria Financeira	1	Não
Coordenadoria de Contabilidade	2	Não

• CARTILHA DO SERVIDOR

A Cartilha do Servidor é uma publicação que visa disponibilizar, de maneira clara e objetiva, aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, informações acerca das legislações que tratam sobre sua carreira funcional, direitos,

deveres, benefícios e proibições. É possível, ainda, ter acesso a fluxos de tramitação de diversos assuntos. A Cartilha está na sua 2ª edição, que foi publicada em 2018. Contudo, para oferecer sempre um conteúdo atualizado, a Diretoria de Recursos Humanos, na atual gestão, começou a trabalhar na elaboração da 3ª edição. Para tanto, já revisou e atualizou alguns assuntos. Diligenciou também outros setores para revisarem assuntos de sua competência. Atualmente, a Cartilha está na fase de compilação das atualizações feitas pelas unidades diligenciadas. Os fluxos também estão sendo revistos. Em breve, a 3ª edição estará disponível para consulta.

• PLANO DE SAÚDE EM CONVÊNIO COM A ASSEFAZ

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, através de convênio de patrocínio coletivo empresarial celebrado com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (Assefaz), proporciona aos magistrados e servidores, ativos e inativos, seus dependentes e agregados, bem como aos pensionistas, a possibilidade de ingresso em todos os planos de saúde da Fundação Assefaz.

Os planos ofertados têm área de abrangência nacional. A inscrição de cada beneficiário é voluntária e facultativa, por meio de opção formal, através de Proposta de Adesão ao Convênio, a ser firmada com o titular, na qual ele, seus dependentes e grupo familiar aderem às regras, cláusulas e definições constantes no convênio e no regulamento do plano escolhido. Pelo convênio, em abril/2020 e maio/2020, tinham 791 vidas ativas em planos da Assefaz. Já em junho/2020, houve uma redução para 789 vidas ativas.

• PROGRAMA DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O Programa de Gestão por Competências (Programa GPC), no âmbito do Tribunal de



Justiça do Estado do Maranhão – TJMA, foi instituído pela Resolução RESOL-GP – 642018, publicada na Edição nº 226/2018, do Diário da Justiça Eletrônico de 14/12/2018. Trata-se de um programa sistematizado que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e diagnóstico, desenvolvido no sentido de definir e adequar perfis profissionais que proporcionem mais produtividade e mais satisfação, de modo a identificar os pontos de excelência e os de carência, suprir lacunas e agregar conhecimentos e experiências, tendo por base critérios objetivamente mensuráveis.

• **O Programa GPC do Judiciário Maranhense tem por base as seguintes finalidades gerais:**

I - aferir o desempenho dos servidores e gestores, identificando potencialidades ou deficiências;

II - instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, visando ao desenvolvimento profissional e ao aperfeiçoamento da equipe de trabalho;

III - possibilitar aos servidores e gestores posicionamento crítico sobre o próprio desempenho e a qualidade de seus resultados para facilitar ações necessárias ao seu autodesenvolvimento;

IV - subsidiar ações de gestão de pessoas, atendendo às necessidades da Administração e a bem do serviço público;

V - prover as áreas de gestão de pessoas e de formação continuada e/ou de ações de treinamento com informações sobre as lacunas de competências por meio de trilhas de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores e gestores do Judiciário.

• **Status do Programa GPC**

a) Mapeamento das competências das Unidades da Justiça do 1º Grau: **finalizado!!!**

b) Mapeamento das Competências da Diretoria de Informática e DRH: **finalizado!!!**

c) Mapeamento das Unidades da Corregedoria Geral de Justiça: **finalizado!!!**

d) Mapeamento das Unidades da Diretoria Judiciária: **finalizado!!!**

e) Mapeamento da Coordenadoria de Direito e Deveres: **finalizado!!!**

f) Mapeamento da Diretoria Administrativa: **finalizado!!!**

g) Mapeamento da Biblioteca Central: **finalizado!!!**

i) Realização do Diagnóstico e autodiagnóstico das Unidades do 1º Grau: **finalizado!!!!**

Próximos Passos do GPC para 2020.2

a) Mapeamento das Unidades do FERJ; em andamento

b) Mapeamento das Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça (continuidade): a definir

c) Mapeamento das Unidades Judiciais do 2º Grau (área fim): a definir

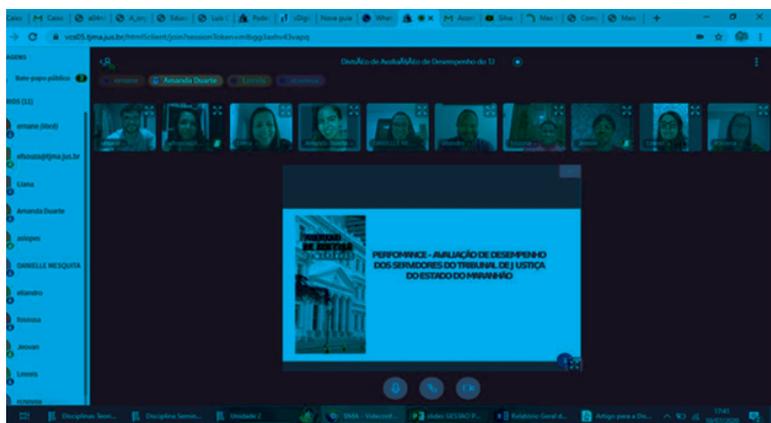
• **GESTÃO DO DESEMPENHO**

•

PROPOSTA DO NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Proposta de um modelo estruturado a todos os servidores que exercem atividade neste Tribunal objetivando instrumentalizar o gestor na gestão de desempenho dos seus servidores, estimulando práticas gerenciais baseadas no diálogo, identificando potencialidades ou défices e alinhando essas informações para subsidiar as ações de desenvolvimento.

Status: Em andamento



Apresentação do Projeto Performance no dia 10/07/2020



• 4 PROGRAMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DE PESSOAS

MÓDULO DE SUBSTITUIÇÃO – MENTORH

Módulo criado pela empresa OSM, a pedido da Diretoria de Recursos Humanos, para possibilitar o pagamento de substituição de maneira automática. Em havendo afastamento do servidor titular do cargo em comissão ou função gratificada, com a anotação no sistema, o pagamento ao substituto é automaticamente implantado, sem a necessidade de qualquer anotação por parte da Coordenadoria de Pagamento, tornando mais célere a tramitação do processo. Atualmente, o módulo está em fase de homologação.

• PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA E BEM ESTAR NO JUDICIÁRIO

ATIVIDADES PSICOSSOCIAIS

A Divisão Psicossocial tem por escopo cuidar da saúde mental dos servidores, magistrados no ambiente de trabalho e de seus respectivos dependentes. Com o surgimento da pandemia, o formato de atendimento foi alterado, tendo sido todas as atividades cumpridas remotamente, até o dia 01 de julho.

Na parte administrativa, as marcações de consultas ocorreram pelo e-mail institucional. Os atendimentos feitos por videoconferência foi uma experiência bem aceita pelos servidores.

No período compreendido entre 24 de abril e 10 de julho, houve o agendamento de 124 atendimentos psicológicos, dentre os quais, 95 realizados, 4 remarcados pelo servidor, 1 redefinido pela Divisão, 13 cancelados e 11 pacientes não compareceram. Em regra, cada servidor marcou aproximadamente quatro sessões por mês com psicólogos, o que resultou em um total de 33 atendidos, sendo 29 servidores e 4 dependentes.

Em relação ao Serviço Social, foram efetivados 4 atendimentos e 1 relatório social.

Nessa fase, houveram andamentos em processos do Digidoc para tratar de assuntos diversos, tais como a notificação de servidor para continuação do andamento das sessões e a prestação de informações sobre atendimento à dependentes com autismo.

A Divisão Psicossocial participou da reunião com o Planejamento Estratégico para tratar sobre as diretrizes de retorno das atividades, bem como executou o protocolo estruturado do eixo de Monitoramento da Saúde da Divisão.

Aconteceu uma reunião com os integrantes da Comissão Qualidade de Vida, na qual houve a discussão sobre metas indicativas e resolução de problemas relacionados a melhora das condições de trabalho dos servidores.

Foram realizadas reuniões por Videoconferência com os servidores da Divisão para alinhar projetos com a equipe e o retorno das atividades.

Devido a esse retorno gradativo das atividades do Tribunal de Justiça, efetuou-se a disponibilização de informações na mídia da instituição para prestar informações sobre a continuidade do atendimento de apoio psicossocial e orientações em geral.

A Divisão participou do Programa de Boas-Vindas e Ambientações de novos servidores, explanando as funcionalidades do setor aos servidores que ingressaram nos quadros da instituição.

Em relação a estrutura física da repartição (Setor Psicossocial), houve a formalização de pedidos de vistorias para a Divisão de Engenharia, tendo em vista infiltrações e alagamentos frequentemente verificados.

Dados Quantitativos

Reunião da equipe	2
Reunião planejamento	2
Atendimentos sociais	4
Atendimentos psicológicos	124
Processos Digidoc	5
Relatórios	2

• PROGRAMA DE SAÚDE INTEGRAL NO JUDICIÁRIO

ATIVIDADE ODONTOLÓGICA

Considerando que a atividade principal da divisão



odontológica é o atendimento aos Magistrados Servidores e seus dependentes e terceirizados e que o contato direto ou indireto frequente de um profissional de odontologia com fluidos humanos, materiais dos pacientes e instrumentos odontológicos contaminados ou superfícies do ambiente poderiam propagar o vírus, tão logo houve a definição de Pandemia no Estado, mais especificamente na cidade de São Luís, os atendimentos odontológicos foram suspensos seguindo as orientações contidas na Portaria nº 148/2020 da Secretaria Estadual do Maranhão. Desde então os servidores foram colocados em Home Office e posteriormente trabalho presencial, executando as seguintes tarefas:

1- Elaboração de parecer técnico no processo licitatório nº 38432/2019 de equipamentos odontológicos.

2- Produção de vídeos de orientação de saúde bucal e cuidados em época de pandemia.

3 – Reuniões remotas para definir métodos e novos protocolos a serem adotados na rotina de atendimentos odontológicos

4 – Elaboração de novos protocolos para agendamento e atendimento dos pacientes.

5 – Reorganização física da Divisão Odontológica seguindo os protocolos definidos pela organização mundial de saúde.

6 – Atendimento remoto aos pacientes via whatsapp web para prestar orientações de como proceder neste momento de Pandemia.

7 – Elaboração de termo de referência de compra emergencial de material odontológico para suprir as necessidades das Divisões odontológicas do Fórum e TJ/MA.

8 – Movimentação de processos de licença de saúde via Digidoc.

• OUTRAS ATIVIDADES – COORDENADORIA DE DIREITOS E REGISTROS

Controle das manifestações dos servidores referente ao acúmulo de cargo:

Atividade desenvolvida:

Para que haja um monitoramento das manifestações de todos os servidores que se encontram em situação de acúmulo de cargo, a Coordenadoria de Direitos e Registros solicitou que fosse criada no sistema Digidoc a requisição Manifestação/acúmulo de cargo como forma viável para as respostas.

Servidores requisitados para exercer cargo em comissão neste Poder:

Atividade desenvolvida:

A Coordenadoria de Direitos e Registros criou modelo de Declaração para opção do auxílio-alimentação, a fim de que o servidor não receba em duplicidade referido benefício no seu órgão de origem e neste órgão cessionário.

A Coordenadoria de Direitos e Registros juntamente com as Divisões participou do Projeto de Ambientações para novos servidores:

Atividade desenvolvida:

Na ocasião foram relatados os principais processos de competência da Coordenadoria de Direitos e Registros, bem como os servidores foram orientados de todos os direitos, deveres e benefícios que tramitam nesta Coordenadoria.

Processos de restituição ao erário, conforme Portaria-GP- 512020:

Atividade desenvolvida:

Considerando a necessidade de implementar o controle dos processos de restituição ao erário, a Coordenadoria de Direitos e Registros por meio do MEMO-CDR-162020, de 09/07/20, solicitou providências junto à Diretoria de Recursos Humanos no sentido de permitir o acesso ao módulo constante no Sistema Mentorh referente à anotação do valor a ser restituído, bem como que seja efetivada a capacitação ao servidor responsável pela referida anotação.



ANEXOS

• COMPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

SEGMENTO	QUANTIDADE
Magistratura de Segundo Grau	30
Magistratura de Primeiro Grau	315
Servidores Efetivos	3618
Servidores Estáveis	178
Servidores Comissionados	994
Servidores Reintegrados	40
Servidores Requisitados	26

• DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS

RELATÓRIO QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA

DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS	
EXERCÍCIO 2020 (24/04/2020 A 14/07/2020)	
ATOS	
24/ABRIL/2020	146
MAIO	91
JUNHO	55
JULHO	34
TOTAL	326
PORTARIAS GP	
24/ABRIL/2020	25
MAIO	66
JUNHO	69
JULHO	57
TOTAL	217
PORTARIAS GVP	
24/ABRIL/2020	3
MAIO	50
JUNHO	23
JULHO	10
TOTAL	86
PORTARIAS DRH	
24/ABRIL/2020	9
MAIO	41
JUNHO	18
JULHO	20
TOTAL	88

OFÍCIOS GP	
24/ABRIL/2020	31
MAIO	41
JUNHO	78
JULHO	36
TOTAL	186

OFÍCIOS GDG	
24/ABRIL/2020	31
MAIO	84
JUNHO	97
JULHO	68
TOTAL	280

OFÍCIOS CDR	
24/ABRIL/2020	44
MAIO	176
JUNHO	225
JULHO	173
TOTAL	618

APOSTILAS	
24/ABRIL/2020	0
MAIO	0
JUNHO	0
JULHO	1
TOTAL	1

DESPACHOS	
24/ABRIL/2020	4
MAIO	37
JUNHO	33
JULHO	21
TOTAL	95

INFORMAÇÃO	
24/ABRIL/2020	0
MAIO	8
JUNHO	9
JULHO	1
TOTAL	18

TOTAL GERAL DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS:	1915
--------------------------------------	------

ENVELOPES	
24/ABRIL/2020	163



MAIO	161
JUNHO	243
JULHO	74
TOTAL	641

CADASTRO DE FÉRIAS NO SISTEMA MENTORH

24/ABRIL/2020	126
MAIO	182
JUNHO	172
JULHO	119
TOTAL	599

DOCUMENTOS PUBLICADOS

24/ABRIL/2020	69
MAIO	133
JUNHO	111
JULHO	117
TOTAL	430

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

24/ABRIL/2020	312
MAIO	672
JUNHO	843
JULHO	541
TOTAL	2368

• COORDENADORIA DE SERVIÇOS MÉDICOS

Aquisição de insumos entrada com dispensa de licitação

PROCESSO	TIPO DE EQUIPAMENTO	SITUAÇÃO
151222020	Insumos e EPI'S	Tramitando
167492020	Protetor Facial	Tramitando

Aquisição de insumos entrada por licitação

PROCESSO	TIPO	SITUAÇÃO
207632020	Médico	Tramitando

Aquisição de Medicamentos e insumos entrada avulsa

PROCESSO	TIPO	SITUAÇÃO
179662020	Cartão Corporativo	Prestação de contas realizada
218942020	Cartão Corporativo	Prestação de contas realizada

Contratação de Empresas Especializadas

PROCESSO	SERVIÇOS	SITUAÇÃO
222612020	Coleta e tratamento de resíduos de serviços de saúde	Tramitando

Pagamento de Fornecedores

PROCESSO	EMPRESA	PROCESSO DE ORIGEM
195612020	Empresa Cirúrgica São Felipe P.P.	47882020
197892020	Empresa Comercial Soares	49612020
209642020	ONE SERVIÇOS E EMPREENDIMENTO EIRELLI	151222020

Quantidades de itens entregues

ITENS	QUANTIDADE
Material Odontológico	878
Medicamentas e insumos	
Instrumentais e Equipamentos Médicos e Odontológicos	

• DIREITOS E DEVERES

RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE

DEMANDA PROCESSUAL - DIVISÃO DE DIREITOS E DEVERES

PERÍODO DE APURAÇÃO: 24/04/2020 e 10/07/2020

AUXÍLIO SAÚDE	2442
RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO/DEVOLUÇÃO DE VALORES	634
LICENÇA PRÊMIO - SERVIDOR/MAGISTRADO	461
INDICAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO	421
INCLUSÃO DE DEPENDENTES/FUNBEN	311
CERTIDÕES/DECLARAÇÕES/INFORMAÇÕES FUNCIONAIS	311



PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO OFICIAL/COMISSÁRIO - EM SUBSTITUIÇÃO	298
VERBAS RESCISÓRIAS	237
APOSENTADORIA/SIMULAÇÃO/ABONO DE PERMANÊNCIA	142
GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA (GAJ)	68
INCORPORAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	39
VALE TRANSPORTE	34
INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	17
LICENÇAS DIVERSAS	15
OUTROS	511
TOTAL	5941

• DIVISÃO MÉDICA

TIPO DE SERVIÇO	TOTAL DE ATENDIMENTOS REALIZADOS
Atendimento médico remoto Videoconsultas Dr ^a Léa – 27, Dr. André – 08, Dr ^a Gardênia – 07, Dr ^a Maíra – 01, Dr ^a Luciana – 11	54
Teleorientação Dr ^a Edna – 51, Dr ^a Pollyana – 136, Dr ^a Graça – 19	206
Acompanhamento sistemático de Enfermagem a pacientes com covid-19 Enf. Simary – 24 pacientes Enf. Elisângela – 26 pacientes	50
Avaliação de processos no sistema digidoc: Licença para tratamento de saúde Licença por motivo de pessoa da família Licença à gestante Teletrabalho temporário remoção devido problemas de saúde e estabilidade durante a gravidez) Antecipação de 13º salário por covid-19 Avaliação de concursados	257 20 21 174 07 54 09
Vídeos elaborados para lidar com a quarentena e pandemia Gestão por resultado em formato de roda de conversa Grupo de suporte psicológico on-line “fale com o psi” Atendimento webconferência Psicóloga Ingrid	26 04 02 01

Participação em evento da DRH tendo em vista o retorno presencial
Auxílio na elaboração de protocolos de retorno ao trabalho presencial, junto à equipe de planejamento;

• DIVISÃO DE CADASTRO

ASSUNTO	QUANTITATIVO DE PROCESSOS
ABONO DE FALTA	330
ABONO DE PERMANÊNCIA	14
ACESSO À INFORMAÇÃO - LEI NO. 12.527/2011	3
ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO	225
ADICIONAL NOTURNO	2
AFASTAMENTO DE DESEMBARGADOR	2
AFASTAMENTO DE SERVIDOR	13
AFASTAMENTO PARA EXERCER ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA	11
ANOTAÇÕES FUNCIONAIS	34
ANTECIPAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA PARCELA DA GRATIFICAÇÃO NATALINA	2
APOSENTADORIA - CONCESSÃO	26
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	2
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL	80
AUTORIZAÇÃO DE DESPESA DE INTERINO/INTERVENTOR - EXTRAJUDICIAL	1
AUXÍLIO LIVRO	2
AUXÍLIO MORADIA - MAGISTRADO	6
AUXÍLIO SAÚDE	5
AUXÍLIO TRANSPORTE	3
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	17
CARTEIRA FUNCIONAL	1
CERTIDÃO DE FÉRIAS DE MAGISTRADO	1
CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	4
CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	20
CESSÃO DE SERVIDOR COM ÔNUS RESSARCIDO	30



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

COMPROVAÇÃO DE CUSTEIO DE DILIGÊNCIAS	3	INCLUSÃO DE DEPENDENTES	11
COMUNICAÇÃO DE DECISÃO CONTRA SERVIDOR DO 1º GRAU	6	INCLUSÃO DE DEPENDENTES / FUNBEN	3
COMUNICADO	7	INCORPORAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO	20
COMUNICADO DE ÓBITO	22	INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS	2
CONTRATAÇÃO DE INSTRUTÓRIA	16	INDICAÇÃO DE ASSESSOR	69
CÓPIA DE ATO	21	INDICAÇÃO DE CONCILIADOR	2
CÓPIA DE DOSSIÊ FUNCIONAL	5	INDICAÇÃO DE JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA	12
CUMPRIMENTO DE DECISÃO	6	INDICAÇÃO DE MEMBROS DE GRUPOS /COMITÊS / NÚCLEOS TJMA	6
CUMPRIMENTO DE DECISÃO/PAD	8	INDICAÇÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA TEMPORÁRIO	14
DECLARAÇÃO DE APOSENTADORIA	2	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL SUBSTITUTO	12
DECLARAÇÃO DE BENS	8	INDICAÇÃO DE SECRETÁRIO JUDICIAL TITULAR	21
DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE	7	INDICAÇÃO DE SUBSTITUTO AUTOMÁTICO	2
DECLARAÇÃO FUNCIONAL	11	INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA	356
DESIGNAÇÕES DIVERSAS	9	INDICAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO/ SUBSTITUIÇÃO CGJ	6
DEVOLUÇÃO DE VALORES	2	INFORMAÇÃO FINANCEIRA	1
DIÁRIAS - NOVO FLUXO - TJ	2	INFORMAÇÃO FUNCIONAL	70
DIÁRIAS - TJ	6	INFORMAÇÃO SOBRE SERVENTIAS - EXTRAJUDICIAL	2
DISPENSA DE PONTO	6	INFORMATIVO	13
DISPOSIÇÃO DE SERVIDOR	4	INFORMATIVO CGJ	5
DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - DIVISÃO MÉDICA TJMA	16	INSCRIÇÃO DE MEMBRO - TURMA RECURSAL	2
EMPRÉSTIMO DE DOCUMENTOS ARQUIVADOS - ADMINISTRATIVO	6	INSCRIÇÃO MEMBRO JURISTA TRE	3
ESTÁGIO	2	INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS - SERVIDOR	1
EXCLUSÃO DE ASSISTÊNCIA SAÚDE	13	LICENÇA - INTERESSE PARTICULAR	2
EXONERAÇÃO	35	LICENÇA À GESTANTE OU ADOTANTE - SERVIDOR	8
EXPEDIÇÃO DE PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO DE DESEMBARGADOR	6	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MAGISTRADO	2
FICHA FINANCEIRA	1	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - DESEMBARGADOR	2
FISCALIZAÇÃO	118	LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR	256
FREQÜÊNCIA DE SERVIDOR	259		
FUNBEN	73		
GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA (GAJ)	5		
GRATIFICAÇÃO MILITAR	4		
GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE JUDICIÁRIA - GPJ	48		
HORÁRIO EM SUBSTITUIÇÃO	13		
IMPLANTAÇÃO DE PERCENTUAL	1		



LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - SERVIDOR DO FÓRUM DE SÃO LUÍS	128
LICENÇA PRÊMIO DE MAGISTRADO	9
LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR	56
LOTAÇÃO DE SERVIDOR - CGJ	6
MANIFESTAÇÃO / ACÚMULO DE CARGO	1
MUDANÇA DE HORÁRIO	34
PAGAMENTO DE FOLHA DE PESSOAL	1
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1
PORTARIA DE PROGRESSÃO	3
PORTARIA DE PROMOÇÃO	3
PORTARIA DE REMOÇÃO	10
PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDOR	1
RECONDUÇÃO	6
RECONSIDERAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	4
RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO	16
RECURSO ADMINISTRATIVO	5
RELATÓRIOS / MENTORH	13
RELOTAÇÃO DE SERVIDOR	185
REMOÇÃO DE MAGISTRADO	6
REMOÇÃO DE SERVIDOR	1
RESIDÊNCIA FORA DA COMARCA	2

RESSARCIMENTO AO ERÁRIO / AUXÍLIO SAÚDE	2
RESSARCIMENTO DE CESSÃO	6
RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO - CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS	2
RETIFICAÇÃO DE PERFIL FUNCIONAL	2
REVISÃO DE PROVENTOS	2
SINDICÂNCIA	3
SINDICÂNCIA OU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	4
SOLICITAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	2
SOLICITAÇÃO DE LEITOR DIGITAL	12
SUBSTITUIÇÃO/PAGAMENTO	62
TELETRABALHO	96
TELETRABALHO TEMPORÁRIO	221
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	6
TERMO DE EXERCÍCIO	54
TERMO DE POSSE	104
TITULARIDADE DE JUIZ	5
VACÂNCIA	5
VALE TRANSPORTE	5
VERBAS RESCISÓRIAS	6
VITALICIAMENTO DE JUIZ	2
TOTAL	3.620

DIRETORIA ADMINISTRATIVA





• COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

O presente relatório tem por finalidade apresentar as licitações, contratos, dispensas, atas de registro de preços e outros expedientes que foram gerados ou concluídos na Coordenadoria de Licitações e Contratos e na Divisão de Contratos e Convênios no período de 24/04/2020 à 10/07/2020

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATIVIDADE REALIZADA	QUANTIDADE
Licitações iniciadas	8
Licitações homologadas	16
Concorrências iniciadas	1
Minutas de Editais	26
Editais	23
Atas de Registro de Preços elaboradas	36
Relatórios periódicos das licitações do TJMA ao TCE-MA (SACOP)	24
Orientações para correção de erros nos Termos de Referência	18

DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ATIVIDADE REALIZADA	QUANTIDADE
Contratações oriundas de pregões ou de adesão a atas de registro de preços	22
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Pregão	2
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Dispensa	6
Contratações oriundas de Notas de Empenho - Inexigibilidade	6
Contratações oriundas de dispensa de licitação	8
Contratações oriundas de inexigibilidade	1
Termos Aditivos a contratos vigentes e outros termos administrativos	47
Cessão de uso, termo de Cooperação técnica e convênios	8
Termos de Apostilamento	8
Cadastro de Informações no Portal da Transparência, SACOP e Sistema CONTRACTUS	100

• COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Projeto 2020

A) reforma estrutural da Unidade Administrativa V (Alemanha)

Aguardando o retorno das atividades da reforma paralisada devido as medidas restritivas do novo coronavírus (covid-19).

B) Desenvolvimento do novo sistema gerenciamento de material

Desenvolvimento do novo sistema MATERIALES que substituirá o **E-mat**, este deverá suportar as operações Coordenadoria de Material e Patrimônio, atendendo às necessidades da divisão de Administração de Material e da Divisão de Administração patrimonial. Este novo sistema terá todas ferramentas do sistema anterior atualizada, Além da integração do sistema **SIGEF**.

Informo que no mês de Julho foi realizado teste no módulo patrimonial e que o módulo Material previsão setembro de 2020.

C) Novos processos da unidade

Abertura do processo de material gráfico 2020.2021, para atender as demandas do poder judiciário e processo de manutenção de outdoors aguardando a conclusão do trâmite para o início dos serviços.

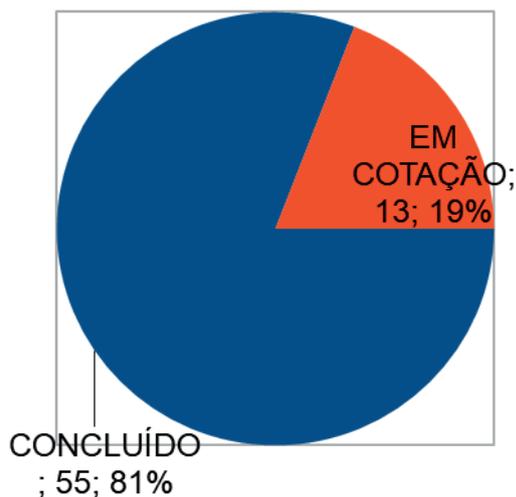
Informações de quantitativos de processos tramitado na Coordenadoria de Material e Patrimônio.

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Documentos Criados - Atendimento de Requisição	0	0	7	0	1	5	3
Documentos Criados - Movimentação de Processo	20	58	36	26	40	55	12
Documentos Criados - Sem Relação	9	10	15	9	25	55	12



* Processos de Estimativa de preços.
* Processos para detalhamento de empenho e registro de nota fiscal por termos de recebimento das unidades da Coordenadoria e requisições de solicitações diversas.

• PROCESSOS DE COTAÇÃO CONCLUÍDOS E EM TRAMITAÇÃO NO PERÍODO DE ABRIL A JULHO 2020



EXECUÇÃO DO CONTRATOS:
PERÍODO: 24/MARÇO A 10/JULHO DE 2020
MATERIAIS: CARIMBOS – CHAVES – PLACAS
– CAMISAS

1. SOLICITAÇÕES DE CARIMBOS:
17 (dezessete) requisições atendidas/em atendimento – total de 91 (noventa e um) carimbos/resina.
2. SOLICITAÇÕES DE CAMISAS:
01 (uma) solicitação – total de 520 (quinhentas) camisas.
3. SOLICITAÇÕES DE PLACAS:
07 (sete) requisições atendidas/em atendimento – total de 64 (sessenta e quatro) placas.
4. SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO DE CHAVEIRO:
04 (quatro) requisições atendidas/em atendimento – total – 18 (dezoito) cópias de chaves/abertura de portas/ chaves na peça/ troca de segredo).
5. SOLICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO
09 (nove) requisições atendidas/em atendimento.

TOTAL
Banner – 03 (três)
Cartazes – 1.100 (mil e cem)
Outdoors – 11 (onze)
Painel – 01 (um)
6. TAPETES
04 (quatro) requisições atendidas / total – 80 (oitenta) tapetes personalizados.

• CONTRATOS SOB A FISCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO COM VIGÊNCIA 2019.2020.

- 1
FORNECEDOR: FABRIL GRÁFICA E MALHARIA (CNPJ Nº 26.289.993/0001-57)
OBJETO: Camisas básicas e camisas polo.
PROCESSO 42861/2018
- 2
FORNECEDOR: TOP 3 SERVICE E APOIO ADMINISTRATIVO EI-RELI (CNPJ Nº 10.227.789/0001-71)
OBJETO: LOTE 01 – ADESIVOS E ETIQUETAS
PROCESSO 56.035/2018
- 3
FORNECEDOR: E.G.ARAÚJO EIRELI -ME (CNPJ Nº 25.252.251/0001-94)
OBJETO: LOTE 2 – BANNER'S, PAINÉIS, CARTAZES, OUTDOOR E FLYER // LOTE 6 – BRINDES
PROCESSO 56.035/2018
- 4
FORNECEDOR: AWK EDITORA GRÁFICA LTDA. (CNPJ Nº 33.169.218/0001-23)
OBJETO: LOTE 4 – JORNAIS, LIVROS E LIVRETOS
PROCESSO 56.035/2018
- 5
FORNECEDOR: FABRIL GRÁFICA E MALHARIA (CNPJ Nº 26.289.993/0001-57)
OBJETO: LOTE 5 – IMPRESSOS VARIADOS
PROCESSO 56.035/2018
- 6
FORNECEDOR: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGI-CAS LTDA. (CNPJ Nº 07.797.967/0001-95)
OBJETO: Assinatura da ferramenta Banco de Preços
PROCESSO 32.768/2016
- 7
FORNECEDOR: ESTILO OFFICE MÓVEIS LTDA, CNPJ Nº 19.095.098/0001-36



OBJETO: Persinas
PROCESSO 8383/2020
OBSERVAÇÕES: ADESÃO À ARP Nº 01/2020 DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (CAMPUS ABREU E LIMA), VINCULADO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

8
FORNECEDOR: EDER TADEU GOZZO - ME (CNPJ: 10.535.534/0001-76)
OBJETO: Personalizados em acrílico
PROCESSO 22549/2019

9
FORNECEDOR: ART PLACAS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. (CNPJ Nº 08.636.629/0001-34)
OBJETO: Tapetes personalizados
PROCESSO 22549/2019

10
FORNECEDOR: HELLO PRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA. (CNPJ Nº 25.136.176/0001-04)
OBJETO: Placas de segurança
PROCESSO 22549/2019

11
FORNECEDOR: RAIMUNDO SAMPAIO SERVIÇOS - ME (CNPJ Nº 05.388.788/0001-79)
OBJETO: Placas
PROCESSO 22549/2019

12
FORNECEDOR: JUCIENE S. BRITO - ME (CNPJ Nº 07.628.428/0001-22)
OBJETO: Cópia de chave
PROCESSO 53233/2019

13
FORNECEDOR: CATARINA FERREIRA DE SOUSA (CNPJ Nº 04.931.991/0001-87)
OBJETO: Carimbos
PROCESSO 53233/2019

14
FORNECEDOR: FABRIL GRÁFICA E MALHARIA (CNPJ Nº 26.289.993/0001-57)
OBJETO: Camisas básicas e camisas polo.
PROCESSO 38621/2019

• DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

A Divisão de Administração de Material é a responsável por efetuar o gerenciamento de estoques e logística dos materiais de consumo desta Egrégia Corte, responsabilizando-se pela previsão de consumo e de prazos de atendimento das requisições de itens geradas por todas as unidades jurisdicionais e administrativas espalhadas nas 109 comarcas do Estado do Maranhão.

Concomitantemente, atua no registro da movimentação e de saldos, valorização dos estoques e pelo cronograma de compras, bem como pela operação do Sistema de Gerenciamento de Materiais, o EMAT, elaborando e mantendo catálogos de materiais e de especificação, efetuando identificação, codificação, cadastramento e catalogação de itens de consumo.

Compete ainda ao setor, acompanhar e fiscalizar os contratos de fornecimento de material e notas de empenho, visando evitar qualquer descumprimento contratual ou o desabastecimento do almoxarifado.

Atendimento de requisições

Durante o período de 24 de abril até 10 de julho de 2020 foram atendidas 864 requisições, mesmo com as medidas restritivas por conta do COVID-19. Houve redução de, aproximadamente, 46% em relação ao mesmo período do ano anterior. O quantitativo representou uma média de aproximadamente 17 pedidos atendidos por dia útil, com um percentual médio de 89% dos itens atendidos na integralidade por requisição, sendo um acréscimo de desempenho de 1% comparado ao mesmo período de 2019.

RELATÓRIO DE EFICIÊNCIA DE ATENDIMENTO POR DATA
Período de 24/04/2020 a 10/07/2020



Selo verde e redução do consumo de papel a4

Em outubro de 2019, foi referendada a RESOL-GP-632019, que trata da criação da certificação



do selo verde, visando estimular a racionalização do consumo e a redução da emissão de resíduos sólidos no meio ambiente.

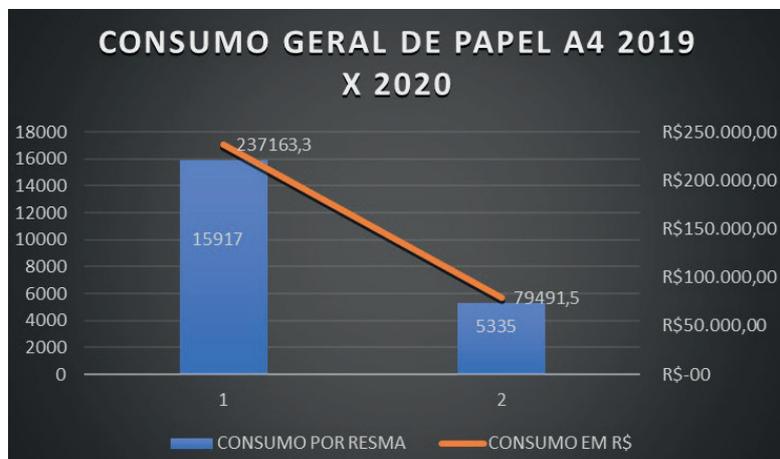
A implantação da certificação ocorreu em 22/01/2020, após a publicação da PORTARIA-GP-752020, com a escolha do item papel A4 como objeto de racionalização, onde ficou definido que cada unidade jurisdicional e administrativa deve reduzir em pelo menos 20% o seu consumo em relação ao ano de 2019.

Comparando-se o mesmo intervalo do ano anterior, encontrou-se uma redução de, aproximadamente, 66,5%, com a quantidade de resmas atendidas no ano de 2019 diminuindo de 15.917 para 5.335, representando em reais, com valores atualizados, o valor de R\$ 157.671,80 de redução.

Após avaliação preliminar do primeiro trimestre de 2020 (janeiro, fevereiro e março), demonstrou-se um consumo total de 9.192 resmas das 42.601 previstas para o ano de 2020, que representam o percentual de 22% do total estimado como meta para o ano de 2020, situação que deixaria o resultado total classificado como BOM.

Classificação das unidades

Intervalos	Situação
0 - 25%	Bom
26% - 50%	Regular
51% - 75%	Crítico
>75%	Ruim



* período de medição: 24 de ABRIL a 10 de JULHO de cada ano

Seguindo esse critério, obtemos o gráfico a seguir que aponta que no primeiro trimestre 93% das unidades estavam em situação Boa ou Regular:

Projeto de logística total:

Buscando melhorar a qualidade de atendimento de materiais de consumo às unidades jurisdicionais e administrativas das comarcas do interior do estado do Maranhão, bem como visando reduzir os altos custos com remessas de itens pelos Correios, foi implantado em janeiro de 2020 o projeto de Logística Total.

A referida ação, além da redução de custos, visa minimizar as dificuldades encontradas, corriqueiramente, pelas comarcas ao utilizar os serviços de postagem, quais sejam: extravio de itens, avaria de volumes, atraso nas entregas, ausência de funcionários para entregar as mercadorias nos fóruns, limitação de volumes (tamanho e peso), entre outros.

O projeto consiste na programação de entregas dos materiais de consumo, através da utilização dos veículos próprios do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a ampliação do atendimento de 05 para 09 rotas de entrega no interior do estado, com o recebimento de pelo menos 4 entregas anuais por comarca. Até 10 de julho do corrente ano, foram realizadas 22 rotas inteligentes de entrega de material de consumo e 2 rotas extras para entrega de material de combate ao COVID-19,

totalizando 8.385 volumes entregues.

Se levarmos em consideração apenas o período de 24/04 até 10/07/2020, foram 10 viagens e 3.562 volumes despachados, proporcionando uma economia líquida de R\$ 63.042,32.

Com a implantação do projeto de Logística Total, verificou-se que a economia líquida acumulada com as rotas inteligentes neste intervalo foi de pelo menos R\$ 154.755,02, confirmando a viabilidade da manutenção da atividade.



ECONOMIA COM O PROJETO LOGÍSTICA TOTAL ENTRE 24/04 ATÉ 10/07/2020

	QUANTIDADE DE CAIXAS DE PAPEL A4	VALOR PADRÃO DOS CORREIOS POR CAIXA DE PAPEL	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	398	R\$87,04	R\$34.641,92
TOTAL DE VOLUMES			R\$34.641,92
	QUANTIDADE DE CAIXAS COMUNS	VALOR ESTIMADO DOS CORREIOS POR VOLUME	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	3164	R\$31,10	R\$98.400,40
TOTAL DE VOLUMES			R\$98.400,40
	VALOR MÉDIO POR VIAGEM	QUANTIDADE DE VIAGENS	DIFERENÇA ENTRE CUSTOS E ECONOMIA
COMBUSTÍVEL	R\$2.440,00	10	R\$24.400,00
MANUTENÇÃO	R\$2.500,00		R\$25.000,00
DIÁRIAS - MOTORISTA	R\$880,00		R\$8.800,00
DIÁRIAS - TERCEIRIZADOS	R\$1.180,00		R\$11.800,00
TOTAL DOS CUSTOS	R\$7.000,00		R\$70.000,00
ECONOMIA COM OS CORREIOS EM TODAS AS VIAGENS			R\$133.042,32
ECONOMIA LÍQUIDA COM TODAS AS VIAGENS			R\$63.042,32

ECONOMIA COM PROJETO LOGÍSTICA TOTAL ATÉ 10/07/2020

	QUANTIDADE DE CAIXAS DE PAPEL A4	VALOR PADRÃO DOS CORREIOS POR CAIXA DE PAPEL	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	1108	R\$87,04	R\$96.440,32
TOTAL DE VOLUMES			R\$96.440,32
	QUANTIDADE DE CAIXAS COMUNS	VALOR ESTIMADO DOS CORREIOS POR VOLUME	VALOR ECONOMIZADO COM OS CORREIOS
VOLUMES (VIAGENS EXCLUSIVAS DA DAM)	7277	R\$31,10	R\$226.314,70
TOTAL DE VOLUMES			R\$226.314,70
	VALOR MÉDIO POR VIAGEM	QUANTIDADE DE VIAGENS	DIFERENÇA ENTRE CUSTOS E ECONOMIA
COMBUSTÍVEL	R\$2.440,00	24	R\$58.560,00
MANUTENÇÃO	R\$2.500,00		R\$60.000,00
DIÁRIAS - MOTORISTA	R\$880,00		R\$21.120,00
DIÁRIAS - TERCEIRIZADOS	R\$1.180,00		R\$28.320,00
TOTAL DOS CUSTOS	R\$7.000,00		R\$168.000,00
ECONOMIA COM OS CORREIOS EM TODAS AS VIAGENS			R\$322.755,02
ECONOMIA LÍQUIDA COM TODAS AS VIAGENS			R\$154.755,02



Há de se ressaltar, também, que já há como mensurar a economia com as postagens dos correios no ano de 2020, com a comparação das faturas de janeiro a abril de 2019 e 2020. No ano passado, gastou-se R\$ 83.823,59 só com postagens da Divisão de Administração de Material e, no ano atual, o valor despendido foi de R\$ 14.561,71, com uma queda de, aproximadamente, 83%. Cumpre frisar que os Correios ainda são utilizados para o envio de pedidos excepcionais e foram demandados ainda com uma frequência em decorrência dos ajustes feitos.

Combate ao covid-19

Durante o período de 24/04 até 10/07/2020 foram fornecidas a todas as unidades jurisdicionais e administrativas itens efetivamente eficazes na prevenção e combate ao COVID-19. Foram distribuídas máscaras de tecido, em quantidade de duas por servidor; itens para higienização e sanitização de superfícies como: água sanitária (3.915 litros), desinfetante (4.396 litros) e limpador multiuso (1.124 litros); e materiais para higienização das mãos, foram entregues: álcool em gel 70° (4.279 litros), álcool líquido (2.353 litros), detergente (2.751 litros), sabonete líquido (1.664 litros) e dispensers para álcool em gel (501 unidades).

Elaboração do novo sistema de gestão de materiais de consumo

Em 21/11/2019, o processo nº 49177/2020, iniciou o cronograma de elaboração de um novo sistema de gerenciamento de materiais de consumo, o Materiales, que substituirá o EMAT.

O novo sistema tem previsão de implantação em produção no mês de setembro do presente ano e contará com o aperfeiçoamento de ferramentas e inclusão de novas funcionalidades, viabilizando

dados e informações para um melhor gerenciamento dos materiais de consumo do Tribunal de Justiça do Maranhão, proporcionando maior agilidade para a tomada de decisão dos gestores.

Estrutura física

O setor conta 07 (sete) galpões para armazenamento de material, contudo, apenas um apresenta condições regulares de uso, com estrutura de prateleiras para acondicionamento dos materiais e climatização, além de comportar todos os servidores e terceirizados lotados na Divisão.

Os demais galpões apresentam estrutura física precária, com problemas estruturais como falta de revestimento, incidência de goteiras, calor excessivo, piso irregular, portões avariados, ausência de iluminação e a presença de pragas (principalmente cupins).

Apesar da implantação do sistema de monitoramento, o mesmo ainda não contempla toda a necessidade do setor. Há pontos que permanecem sem monitoramento, principalmente a área de carga e descarga de veículos no galpão de água mineral e os corredores das estantes do galpão climatizado.

O monitoramento é extremamente necessário, em razão de existir no setor uma grande movimentação diária de materiais, bem como um montante expressivo de mercadorias armazenadas, que exigem ferramentas mais seguras de controle e acompanhamento das atividades desempenhadas e da movimentação de pessoas nas dependências internas e externas.

Tal ação visa inibir a existência de possíveis sinistros, evitar condutas incompatíveis com o ambiente de trabalho e possibilitar a revisão do que foi feito durante o expediente, para dirimir

Economia com as postagens dos correios no ano de 2020

ANO	Jan	Fev	Mar	Abr	TOTAL EM R\$
2019	R\$ 25.699,00	R\$ 21.272,32	R\$ 13.233,29	R\$ 23.618,98	R\$ 83.823,59
2020	R\$ 4.544,51	R\$ 4.685,91	R\$ 4.740,21	R\$ 591,08	R\$ 14.561,71
2019 X 2020					R\$ 69.261,88



dúvidas quanto as entradas e saídas de materiais.

Encontra-se em andamento a reforma da Unidade Administrativa V, contudo, as instalações da Divisão de Administração de Material ainda não foram contempladas.

• DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL

Atividades desenvolvidas

A principal atividade da Divisão de Administração Patrimonial (DAP) é a aquisição, distribuição e controle de bens permanentes.

Baseado neste conjunto de atribuições, foram estabelecidas três metas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização a esta Divisão. A Meta 1 trata-se de garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração. A Meta 2 trata-se do atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis. E, a Meta 3, refere-se ao atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Atendimento as requisições

As requisições são realizadas via sistema EMAT. A primeira etapa consiste no recebimento do pedido, na análise da viabilidade de atendimento e na edição do Termo de Transferência e Responsabilidade (TTR). Cada TTR recebe um número de controle. Outrossim, as informações contidas no TTR são utilizadas para efeito de consolidação do pedido realizado e da apuração das metas supramencionadas.

Após o tratamento das requisições, passa-se para a etapa de identificação e separação do material, isto é, o item solicitado é devidamente identificado, observando-se alguns caracteres principais que o individualizam (tombo, série, dimensões, capacidade...) e que represente com fidelidade as informações contidas no TTR.

O total de atendimentos e entregas realizadas de 24 de abril a 10 de julho foi de 262 (duzentos e

sessenta e duas). Este quantitativo inclui as Comarcas do interior do Estado, bem como todo tipo de equipamentos, inclusive informática.

Foram programadas 18 (dezoito) viagens com transporte próprio para entregas no interior do Estado no ano de 2020, conforme cronograma enviado através da CIRC-DAP-12020, das quais 10 (dez) já foram realizadas, 01 (uma) foi cancelada em razão da ausência de pedidos das Comarcas durante o período da pandemia. Sendo que, das viagens realizadas, 05 (cinco) viagens de entrega ocorreram até agora na gestão do Presidente Des. Lourival Serejo.

Em relação as metas estabelecidas pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização, seguem os resultados

Meta 01 - Garantir a entrega de 90% dos pedidos de itens prioritários de materiais permanentes requisitados no período de apuração.

Anexo I - Fonte: EMAT

Verifica-se nos dados acima que esta Divisão tem cumprido com sucesso a presente meta. Sendo que, nos últimos 3 meses, foi realizado o atendimento de 100% (cem por cento) dos itens prioritários requisitados, percentual bem acima do esperado.

Meta 02 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades do interior no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Anexo II - Fonte: EMAT

Como pode ser observado no gráfico acima, esta Divisão tem superado a meta estabelecida nesta gestão, haja vista que 100% (cem por cento) dos atendimentos das Comarcas do interior do estado foram realizados em até 10 (dez) dias úteis.

Meta 03 - Atendimento de 95% das solicitações de material permanente das unidades da ilha de São Luís no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Anexo III - Fonte: EMAT

Verifica-se no gráfico acima, da mesma forma que os atendimentos das Comarcas, esta Divisão também tem cumprido com êxito esta meta. De abril a julho de 2020, 100% (cem por cento) dos atendimentos foram realizados na ilha de São Luís



em até 10 (dez) dias úteis.

Aquisição de material permanente

Nesta gestão foram elencadas as prioridades de atendimento, tais como: reformas e inaugurações de comarcas e unidades administrativas; pedidos pendentes de atendimento; requalificação e reaparelhamento das unidades, sobretudo aquelas com quadro de obsolescência de material ou insuficiente para atender a demanda normal dos serviços prestados.

Esta gestão tem vigente mais de 15 (quinze) Atas de Registro de Preço de materiais permanentes com saldos para suprir as demandas supramencionadas até dezembro, bem como dispõe de novos processos licitatórios em trâmite objetivando adquirir novos bens, tais como, eletrodomésticos, telefones, carrinhos para transporte de cargas em geral, cafeteiras elétricas, entre outros.

Cadastro de bens patrimoniais imóveis

Como é cediço, esta Divisão promoveu, e vem promovendo, melhorias no cadastro de bens patrimoniais imóveis deste Tribunal de Justiça solicitando de todas as unidades administrativas e judiciais o envio de toda documentação relativa ao imóvel onde se encontra instalado o fórum da comarca ou a unidade judicial ou administrativa, tais como: lei municipal de doação, escritura pública, registros e certidões da serventia extrajudicial.

Dando continuidade a esse trabalho, à vista dos 111 (cento e onze) processos relativos a bens imóveis das Comarcas do interior do Estado e 11 (onze) processos relativos a bens imóveis da Capital, até a presente data, tem-se que 83 (oitenta e três) imóveis estão com suas documentações regulares, isto é, foram efetivamente incorporados ao patrimônio do TJMA, sendo que destes, 8 (oito) foram regularizados no período de gestão do Presidente Des. Lourival Serejo, quais sejam, Fórum da Comarca de Monção, Fórum da Comarca de Cururupu, Fórum da Comarca de Morros, 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo,

Fórum da Comarca de Vitorino Freire, Fórum da Comarca de Cantanhede, Fórum da Comarca de Tuntum e o imóvel localizado em frente a Unidade Administrativa V que estava vinculado ao TJ/MA e foi desvinculado (Processos n.º 8824/2018, 68062018, 8898/2018, 34311/2019, 18906/2018, 6126/2018, 41441/2018 e 30008/2018).

Por fim, no que pertine a bens imóveis, cabe informar que os demais processos estão todos devidamente diligenciados aos setores e/ou órgãos competentes a fim de se buscar a regularização dos imóveis restantes.

Doação de bens reaproveitáveis

Nesta gestão, durante o período de abril a julho de 2020, 09 (nove) instituições ou entidades sem fins lucrativos foram beneficiadas com doações de bens reaproveitáveis e cerca de 133 (cento e trinta e três) bens foram distribuídos entre estas entidades.

Segue abaixo a relação com as instituições beneficiadas, bem como os números dos processos no Digidoc que originaram tais doações.

Anexo IV e V - Fonte: SENTINELA DIGIDOC

• COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Resumo das ações realizadas pela coordenadoria de apoio no período de abril a julho/2020.

Atendimento a todas as unidades administrativas e judiciais dentro dos contratos de fornecimento e prestação de serviços fiscalizados diretamente por esta Coordenadoria, quais sejam:

1) Prestação de serviços de ascensoristas, carregadores, copeiros, embaladores, jardineiros, operadores de máquina copiadores, auxiliares de serviços gerais, técnicos de som e encarregados de serviços gerais, com aproximadamente 552 postos, através do CTPS 019/2018.

2) Manutenção preventiva e corretiva em elevadores, através da empresa Thyssenkrupp -



CTPS 047/2018,

3) Manutenção preventiva e corretiva em, aproximadamente 756 aparelhos de ar condicionados dentro da Comarca da Ilha, mensalmente, através do CTPS 028/2019;

4) Fornecimento de água através de carro-pipa dentro da Comarca da Ilha, através do CTPS 183/2017

Outras ações

Foi adotado rígido protocolo de limpeza, específico para o período de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), aumentando a frequência de limpeza e desinfecção dos banheiros, elevadores, corrimãos, maçanetas, balcões, etc. assim como reforçado a utilização de EPI's em todas as unidades administrativas e judiciais deste Tribunal.

Intensificada sanitização dos ambientes utilizando pulverizadores de pressão, como medida para o retorno das atividades presenciais.

Disponibilizados dispensers com álcool gel, nas áreas comuns dos prédios Sede e Centro Administrativo para higienização das mãos.

Realizados 686 atendimentos – com registro em sistema Gestor - relativos as solicitações de diversos setores e unidades administrativas e judiciais nos serviços de carregamentos, mudanças, mutirões de limpeza, etc.

Adequação em Termo de Referência para processo licitatório dos serviços de dedetização/descupinização e desratização nas unidades do Poder Judiciário do Maranhão;

• DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO

A Divisão de Protocolo e Arquivo tem por atribuição o protocolo de requisições administrativas no Sistema Digidoc, protocolo de petições e ofícios requisitórios referente à Precatórios, no Sistema Themis SG e recebimento, coleta e tratamento das correspondências destinadas ao Correio.

No quadro abaixo podemos demonstrar o quantitativo de documentação recebidas e cadastradas

em nosso setor:

	DIGIDOC	THEMIS SG
ABR	605	338
MAI	458	186
JUN	673	376
JUL	224	210
TOTAL	1960	1.110

• DIVISÃO DE TRANSPORTES

Este relatório se propõe a apresentar as atividades realizadas pela Divisão de Transportes referentes à gestão do Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, frente a Mesa Diretora para no início do atual mandato período compreendido de 24 de abril a 10 de julho de 2020.

Deste modo, serão aqui apresentados os principais avanços alcançados no supramencionado período, no âmbito da logística de transportes como fator de excelência na melhoria dos serviços aos jurisdicionados.

Contratos geridos pelo setor.

Em se tratando de contratos a Divisão Transportes tem sob sua gestão o Contrato de Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículo CT nº. 67/2015, o Contrato de Terceirização de Motoristas CT nº. nº. 141/2019, o Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. nº. 23/2018 e o Contrato de Fornecimento de Passagem de Ferry boat CT nº 036/2019. Todos estes contratos se encontram em regular vigência.

Cabe destaque, que destes contratos, no mês de Julho de 2020 foi procedida a redução do Contrato de Locação Mensal e Eventual de Veículos CT. nº. 23/2018, em que por negociação com a empresa locadora, reduziu-se em os valores contratuais, gerando assim, economia ao Poder Judiciário.

Gestão administrativa do setor

A Divisão de Transportes – TJMA está localizada na Unidade Administrativa V, situada na Rua



Viveiros de Castro nº. 257, Alemanha, São Luís – MA, a sala em que está disposta foi projetada de modo a propiciar um ambiente ergonômico de trabalho, que alia o conforto a eficiência da utilização do espaço.

A Divisão de Transportes – TJMA conta com pessoal do quadro efetivo de servidores do judiciário e também com pessoal terceirizado que realizam a tarefa de condução dos veículos (motoristas) e na limpeza e conservação do espaço físico (serviços gerais). Atualmente a Divisão possui 01 servidor cargo comissionado, 27 servidores efetivos, dos quais 01 servidor administrativo Técnico Judiciário, 01 servidor administrativo Auxiliar judiciário, e 25 Auxiliares Judiciários motoristas, possuindo ainda 12 motoristas terceirizados à disposição do setor.

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão conta atualmente como uma frota de 236 veículos, que são distribuídos nos diversos setores da Justiça de 1º e 2º graus. A gestão de todo este patrimônio é de estrita responsabilidade da Divisão de Transportes – TJMA, pois todos os processos de licenciamento de veículos, manutenção e abastecimento da frota são por ela geridos.

Principais Ações de Abr/2020 a Jul/2020

Mesmos em um período marcado por adversidades que atingem toda a sociedade brasileira, e por consequência o Poder Judiciário Maranhense,

a Divisão de Transportes tem sido efetiva no cumprimento de suas atribuições institucionais, fato este, demonstrado através das diversas ações realizadas no período de 24 de abril a 10 de julho de 2020, ações estas que são destacadas abaixo.

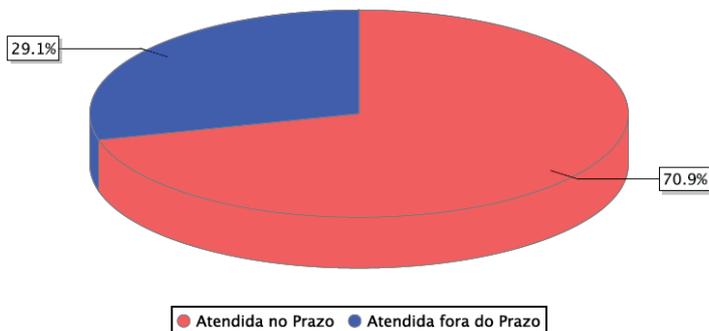
Atendimento a demanda de veículos

No período em destaque cabe ressaltar que houve uma sensível diminuição dos atendimentos em relação ao mesmo período do ano passado em decorrência da pandemia do Novo Corona – COVID19, tendo esta Divisão de Transportes realizado um total de 588 (Quinhentos e oitenta e oito) atendimentos de solicitações de veículos dos mais variados setores do judiciário maranhense, são demandas como: transportes de pessoal, entrega de materiais, transporte de processo, atendimentos emergenciais do plantão judiciário, dentre outros.

Cabe ressaltar que esta Divisão de Transportes adotou em atendimento as Portarias Conjuntas 34/2020 e 36/2020, procedimentos como higienização de volantes, portas e maçanetas com álcool 70%, obrigatoriedade do uso de EPI's para motoristas e máscaras para todos os usuários, vidros baixos objetivando a renovação do ar no interior do veículo e demais medidas, que visam principalmente atender os protocolos de segurança sanitários previstos pelos Órgãos competentes, bem como a saúde dos servidores, funcionários e colaboradores que

Relatório de atendimentos

Resumo de Atendimentos	
No prazo:	417
Fora do prazo:	171
TOTAL DE ATENDIMENTOS:	588
TOTALDE SOLICITAÇÕES:	588





utilizam os veículos deste Poder Judiciário.

Processos para aquisição de veículos e contratação de empresa para terceirização de mão de obra.

Visando a melhoria no atendimento, bem como proporcionar economicidade à Administração Pública a Divisão de Transportes iniciou processo para a aquisição de veículos de serviço, bem como o procedimento para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas, ambos os procedimentos se fazem necessário mesmo no cenário de contenção de gastos, pois visam gerar economicidade ao Poder Judiciário Maranhense.

Quanto à aquisição de veículos, foi elaborado termo de referência com vista em proceder à renovação parcial da frota de veículos, devido à atual frota não possuir mais condições de atender em nível de excelência as demandas do Judiciário maranhense, dado seu elevado grau de depreciação, com alguns veículos como mais de nove anos de uso. Assim, com a citada aquisição busca-se adquirir veículos econômicos, e que estejam de acordo com as políticas socioambientais do judiciário maranhense.

Por seu turno, encontra-se em fase final a elaboração de termo de referência para contratação de mão de obra terceirizada de motoristas, tal contratação visa atender a demandas de diversas comarcas de tais profissionais, bem como modernizar o modo de contratação de tais profissionais, uma vez que o atual contrato não tem atendido de maneira satisfatória as demandas do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Gestão de Manutenção e Abastecimento da Frota

A Divisão de Transportes tem realizado rigoroso controle dos gastos com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário, e durante a pandemia da COVID-19, foi necessário a tomadas de medidas que garantissem a eficiência dos serviços sem o comprometimento da prestação jurisdicional.

Como destaque se tem a redução nos gasto com abastecimento e manutenção da frota do Poder Judiciário Maranhense, em que por contrato se tem um custo disponível de R\$ 294.646,77 para despesas com abastecimento e de R\$ 167.110,00 para despesas com manutenção, no entanto os gastos com abastecimento nos três últimos meses foram menor que o valor disponível em contrato para um mês, assim como para manutenção se tem significativa redução, como se depreende na análise da tabela abaixo:

Troca da Frota de Veículos Institucionais

Cumprindo a política de modernização e renovação da frota do Poder Judiciário, a Divisão de Transportes elaborou procedimento para aquisição de veículos Institucionais, processo nº. 49544/2019, que já estão a disposição dos gabinetes dos desembargadores da corte judiciária maranhense.

A aquisição visou substituir a frota já depreciada dos antigos veículos, que possuem mais de cinco anos de uso, por veículos novos compatíveis com a política socioambiental do judiciário maranhense, uma vez que são veículos híbridos, com funcionamento a energia elétrica e ao mesmo tempo com tecnologia flex., possuindo baixos níveis de consumo e emissão

Relatório de Gestão - Consumo de Combustível e Manutenção 2020 Abr/Jul								
Ano	Mês	Valores						
		Combustível				Manutenção	Total Combustível e Manutenção	
		Gestão de Frota		Cartão Combustível	Total Combust.			
R\$	Lts	R\$	R\$			R\$		
2020	abril/2020*	R\$ 10.399,22	2.735,9	R\$ 8.443,54	R\$ 18.842,76	R\$ 18.350,40	R\$ 37.193,16	
	mai/20	R\$ 46.756,63	12.711,6	R\$ 27.683,94	R\$ 74.440,57	R\$ 38.646,00	R\$ 113.086,57	
	jun/20	R\$ 57.357,61	15.447,9	R\$ 31.450,96	R\$ 88.808,57	R\$ 61.095,67	R\$ 149.904,24	
	julho/2020**	R\$ 26.491,55	6.853,3	R\$ 11.435,45	R\$ 37.927,00	R\$ 6.628,00	R\$ 44.555,00	
	ago/20	R\$ 141.005,01	37748,68	R\$ 79.013,89	R\$ 220.018,90	R\$ 124.720,07	R\$ 344.738,97	

* período de 24 a 20/05/2020

** período de 1 a 10/07/2020



de poluentes.

Novos Veículos Institucionais

Trabalhar a logística de transportes dentro do Poder Judiciário significa estar a par dos desafios gerados por uma demanda que em si não é igual a nenhuma outra, pois, não se trata simplesmente de gerir o transporte de bens de consumo e materiais permanentes e a condução de pessoas de servidores. As atividades da Divisão de Transportes são desafiadoras por essência, na medida em que proporcionar soluções de transportes adequadas às demandas de nossos usuários, de forma efetiva, segura e responsável, mantendo a frota de veículos em perfeitas condições, significa necessariamente preservar não só o patrimônio como também a imagem do Poder Judiciário Maranhense.

Assim, como foi visto no decorrer de todo este relatório, embora em um curto do prazo tempo, muito se produziu e as mudanças são visíveis, como podemos citar: o grande número de atendimentos mesmo em um período de recessos e crises; destinação de veículos exclusivos a atendimentos de setores específicos; abertura de novos processos para aquisição de veículos e contratação de mão de obra; aquisição de veículos híbridos para a frota do Poder Judiciário; dentre outras ações. É importante destacar aqui, que a Divisão de Transportes não trabalha isolada, para que conseguíssemos alcançar nossas metas, trabalhamos em sintonia com os demais setores, para assim cumprirmos a função

maior do Poder Judiciário, garantir a aplicação do direito.

• CONTROLE DE DESPESAS COM TELEFONIA MÓVEL

No início de 2018, precisamente no dia 10 de janeiro, os serviços de telefonia móvel prestados ao Poder Judiciário Estadual foram assumidos pela empresa CLARO S/A, conforme Contrato de Prestação de Serviços nº 0172/2017, resultante do Pregão Eletrônico nº 05/2017.

De início, houve problemas e insatisfações, mas, após incansáveis esforços desta Diretoria Administrativa, os serviços de telefonia foram regularizados, com melhoria do sinal nos prédios sede do TJMA e Fórum Des. Sarney Costa, e significativa redução dos custos desses serviços, conforme demonstra a tabela anexa, que compara os valores pagos por serviços de telefonia móvel nos meses de Janeiro a Junho de 2020 com os valores pagos no mesmo período do ano de 2019.

Despesas com serviço de telefonia móvel - 2019 x 2020.

MÊS	2019	2020	Varição(%) 2020
JAN	R\$ 8.778,37	R\$ 7.871,57	-10,33
FEV	R\$ 8.233,41	R\$ 7.989,58	-2,96
MAR	R\$ 7.937,35	R\$ 8.055,33	1,49
ABR	R\$ 8.342,76	R\$ 7.775,48	-6,80
MAIO	R\$ 8.549,26	R\$ 8.619,57	0,82
JUNHO	R\$ 7.985,18	R\$ 8.559,49	7,19

DIRETORIA FINANCEIRA





• Coordenadoria de Contabilidade

A Coordenadoria de Contabilidade dentre as suas várias atribuições, realizadas no período de 24/04 a 10/07/2020, estão compreendidas nas seções a seguir:

Adiantamentos

O Total de adiantamentos liberados no exercício financeiro, de forma cumulativa, desde o período de janeiro/2020 a julho/2020, totalizaram 215 processos efetivamente liberados. Desse quantitativo, 53 foram requisitados para atender Alimentação do Júri das comarcas do interior. 159 processos foram solicitados para Pronto Pagamento, para atender despesas de pequeno valor com aquisição de material de consumo ou prestação de serviços necessários ao bom funcionamento das unidades do Tribunal de Justiça e 3 adiantamentos excepcional. Os quantitativos liberados em 2020, nas seguintes finalidades, estão apresentados na tabela abaixo:

Coordenadoria de Finanças

No exercício financeiro de 2020, a Coordenadoria de Finanças realizou atividades objetivando a efetuação de empenhos, liquidações e pagamentos das despesas do Poder Judiciário, entre os quais evidenciam-se: pagamento de fornecedores, prestadores de serviços, concessão de adiantamentos via cartão corporativo, diárias, palestrantes da ESMAM, restituição de atos judiciais gratuitos do FERC, entre outros, totalizando a soma de 1474 (um mil, quatrocentos e setenta e quatro) processos trabalhados (período 24.04.2020 a 10.07.2020) segundo relatório estatístico extraído do sistema Digidoc

Divisão de Análise de Faturas

Esta Divisão exerceu, durante o período de 24 de abril a 10 de julho de 2020, atividades rotineiras como análise, ateste, controle e encaminhamento das faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica e telefonia fixa, visando o pagamento das mesmas, além de observar e detectar eventuais dualidades de cobrança e outras incorreções, que pudessem acarretar prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça.

No entanto, em razão da pandemia do coronavírus, todo esse trabalho foi executado de forma remota, não ocasionando qualquer prejuízo ao andamento dos processos de pagamento das faturas.

Ações realizadas

- o cancelamento de linhas telefônicas não utilizadas, totalizando 03 linhas excluídas; e a exclusão de 1 (uma) unidade consumidoras da CAEMA e EQUATORIAL ENERGIA, que correspondia a imóvel devolvido pelo Tribunal de Justiça, na comarca de Açailândia/MA;

- Realizamos também, o envio mensal do formulário do Plano de Logística Sustentável, contendo as despesas referentes ao consumo de água, luz e telefone, ao Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário, em atendimento à resolução 201/2015, do CNJ.

IMPORTANTE

Nesse período houve uma redução no valor das faturas de consumo de água, luz e telefonia fixa, em relação ao mesmo período do ano de 2019, em razão, principalmente, da suspensão do trabalho presencial. Esse percentual de redução no valor

QUANTITATIVO DE ADIANTAMENTOS REQUISITADOS EM 2020 - TJMA

Código	Tipo	Quantidade		Valores (R\$)	
Requerido		Pago		Apresentado	
3	Alimentação do Júri	53	R\$ 105.005,00	R\$ 0,00	R\$ 41.215,00
5	Excepcional	3	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00	R\$ 12.964,19
1	Pronto Pagamento	159	R\$ 318.000,00	R\$ 0,00	R\$ 83.754,43
TOTALIZAÇÕES	215		R\$ 444.005,00	R\$ 0,00	R\$ 137.933,62



das faturas, foi em média: 18% para telefonia fixa, 35% para energia elétrica e 20% para água

Coordenadoria de Pagamento e Divisão de Folha de Pagamento

Para fins de relatório circunstanciado das ações e indicadores que impactaram na atual gestão, referente ao período de 24 de abril a 10 de julho de 2020, a Coordenadoria de Pagamento e a Divisão de Folha de Pagamento, ambas subordinadas à Diretoria Financeira, empreenderam suas atividades ao período, conforme as seções a seguir:

Pagamento de folha de pessoal

Quanto aos gastos com a folha de pessoal, informamos que os valores dos meses de abril/2020 a junho/2020, totalizaram R\$ 269.869.359,08 (duzentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e oito centavos), incluindo despesas com pessoal, auxílios e encargos patronais.

Nomeações e exonerações

Considerando a mudança de gestão, com posse da nova Presidência deste Poder em 24 de abril de 2020, informamos a seguir, planilhas e gráficos referentes à nomeação e exoneração de servidores, no período de 24 de abril a 10 de julho de 2020.

Pagamento de Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ)

NOMEAÇÕES

No total foram 197 (cento e noventa e sete) nomeações, no referido período, sendo: NOMEAÇÕES	24 a 30 de abril/20	Maio/20	Junho/20	01 a 10 de Julho/20	Total
Comissionados puros (novos)	19	35	9	12	75
Requisitados	8	2	2	0	12
Efetivos	1	0	5	2	8
Efetivos para Cargo em Comissão	27	10	6	0	43
Efetivos para Função Gratificada	7	8	6	6	27
Comissionados (alteração de cargos)	19	9	2	2	32
TOTAL	81	64	30	22	197

RESUMO FOLHA DE PESSOAL 2020	
REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL
	442.236.943,24
DESPESA COM PESSOAL	441.903.148,85
GPJ	23.702,71
ANTECIPAÇÃO DECIMO	310.091,68
AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ (benefícios oficiais de justiça)	9.620.140,66
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	9.407.415,55
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA)	22.120,00
AUX. BOLSA	190.605,11
AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	53.610.603,59
AUX. SAÚDE INATIVOS	1.216.821,60
AUX. ALIMENTAÇÃO	34.182.904,92
AUX. SAÚDE	13.846.908,29
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS	113.117,23
FUNÇÃO MILITAR CONVENIO	2.493.414,55
VALE TRANSPORTE	1.757.437,00
TOTAL 01 - BENEFÍCIOS	63.230.744,25
TOTAL 02 - ATIVOS	379.006.198,99
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFÍCIOS	442.236.943,24
ENCARGOS PATRONAIS	
FEPA PATRONAL	53.482.264,03
FUNBEN PATRONAL (3%)	1.030.144,34
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%)	225.826,83
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	243.154,53
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%)	21.432,29
INSS - PATRONAL (20,50%)	12.136.826,04
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	67.139.648,07
TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR	509.376.591,31

RESUMO FOLHA DE PESSOAL 2020 (abr-jun)	
REMUNERAÇÃO BRUTA	TOTAL
	231.626.542,29
DESPESA COM PESSOAL	231.292.747,90
GPJ	23.702,71
ANTECIPAÇÃO DECIMO	310.091,68
AUXÍLIOS CUSTEIO FERJ (benefícios oficiais de justiça)	4.701.165,64
AUX. CUSTEIO DILIGENCIA	4.594.045,28
HORA AULA (INSTRUTORIA INTERNA)	19.000,00
AUX. BOLSA	88.120,36
AUXÍLIOS CUSTEIO TRIBUNAL (benefícios)	27.303.983,08
AUX. SAÚDE INATIVOS	607.264,92
AUX. ALIMENTAÇÃO	17.531.151,35
AUX. SAÚDE	6.959.825,03
AJUDA DE CUSTO MAGISTRADOS	27.885,68
FUNÇÃO MILITAR CONVENIO	1.241.706,00
VALE TRANSPORTE	936.150,10
TOTAL 01 - BENEFÍCIOS	32.005.148,72
TOTAL 02 - ATIVOS	199.621.393,57
TOTAL GERAL ATIVOS + BENEFÍCIOS	231.626.542,29
ENCARGOS PATRONAIS	
FEPA PATRONAL	31.418.885,38
FUNBEN PATRONAL (3%)	518.554,87
FUNBEN PATRONAL DEPENDENTE (1%)	114.278,96
ASS. SAÚDE PATRONAL (3%)	117.967,86
ASS. SAÚDE PATRONAL DEPENDENTE (1%)	10.955,30
INSS - PATRONAL (20,50%)	6.062.174,42
TOTAL ENCARGOS PATRONAIS	38.242.816,79
TOTAL DA FOLHA DE PESSOAL A PAGAR	269.869.359,08



Diante da não realização do trabalho presencial, inviabilizando assim o controle do ponto eletrônico, e uma vez que a GAJ consiste em uma gratificação por duas horas adicionais de trabalho, por meio da Portaria-GP-4502020, conforme Art. 2º, §1º, III, do aludido normativo, determinou-se a suspensão da GAJ, a partir de 15 de junho a 30 de setembro de 2020, até que seja permitida a presença física de servidores no turno de oito horas de expediente, excluídos os servidores do setor de Tecnologia da Informação.

No entanto, manteve-se o pagamento da referida gratificação no mês de junho de 2020, com suspensão a partir do mês de julho de 2020, conforme Decisão-GP-35642020 (Processo 178702020). Com base na folha de pagamento do mês de junho de 2020, um total de 1.081 (mil e oitenta e um) servidores receberam a GAJ, num valor de R\$ 1.201.654,42 (um milhão, duzentos e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Suspensão dos empréstimos consignados em folha de pagamento

Através da Portaria-GP-4632020 foi determinada a suspensão, em caráter excepcional, do cumprimento de obrigações financeiras referentes aos empréstimos consignados contraídos por magistrados e servidores deste Poder, pelo prazo mínimo de três meses, com fulcro na Lei 11.274, de 04 de junho de 2020.

A suspensão dos empréstimos consignados ocorreu, automaticamente, a partir do mês de junho de 2020, sendo que, com base no Art. 3º, §3º da aludida portaria, os servidores puderam se manifestar pela continuidade dos descontos em folha de pagamento, por meio do Portal do Servidor.

Informamos que, primeiramente, o prazo para solicitar a manutenção dos descontos, com efeitos a partir de junho de 2020, foi até o dia 17 de junho de 2020, onde um total de 415 servidores e membros solicitaram a continuidade dos descontos em folha de pagamento. Entretanto, por meio da Decisão-

GP-40472020 (Processo 189782020), foi autorizado novo prazo para tal solicitação, impreterivelmente, até a data de 12 de julho de 2020, sendo que um total de 70 servidores e membros optaram por tal continuidade dos descontos, com efeitos para os meses de julho e agosto de 2020.

Antecipação extraordinária do pagamento da primeira parcela da gratificação natalina

Por meio da Portaria-GP-3632020, de 05 de maio de 2020, foi determinada a antecipação extraordinária do pagamento da 1ª parcela da Gratificação Natalina de 2020 para magistrados e servidores diagnosticados com COVID-19, mediante requerimento feito pelo sistema Digidoc.

O pagamento foi autorizado para ser pago junto com o salário do mês de maio de 2020, isto é, em 22/05/2020, **sendo que, 53 (cinquenta e três) servidores e magistrados solicitaram tal adiantamento, num total de R\$ 310.091,68 (trezentos e dez mil e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), sendo R\$ 197.211,88 referente a 40 servidores e membros do 1º Grau, R\$ 79.056,70 dos 08 servidores do 2º Grau e R\$ 33.823,10 correspondente a 5 servidores e membros do Administrativo**

• COORDENADORIA DE ORÇAMENTO

O orçamento consignado ao Tribunal de Justiça do Maranhão para 2020 pela Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Estadual nº) alcança o montante de R\$ 1.428.432.407,00 (um bilhão, quatrocentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e quatrocentos e sete reais), contemplando recursos para as despesas com o pagamento de pessoal e encargos sociais, com a manutenção e funcionamento das atividades administrativas e judiciais e com os investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que contribuam para a melhoria e expansão da prestação jurisdicional, necessários ao cumprimento de sua missão institucional.



O orçamento para 2020

R\$ 918.099.000,00

(novecentos e dezoito milhões e noventa e nove mil reais);

R\$ 150.892.492,00

(cento e cinquenta milhões, oitocentos e noventa e dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais) para atender as despesas com benefícios e auxílios a servidores e magistrados;

R\$ 165.902.446,00

(cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e dois mil e quatrocentos e quarenta e seis reais) para atender as despesas de manutenção e funcionamento da estrutura administrativa e judicial;

R\$ 19.086.062,00

(dezenove milhões, oitenta e seis mil e sessenta e dois reais) para atender as despesas com investimentos;

R\$ 174.452.407,00

(cento e setenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos e sete reais) para atender as despesas com precatórios e requisições de pequeno valor;

• MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Coordenadoria de Orçamento encaminhou solicitação à Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento para abertura de créditos adicionais oriundos do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial encerrado de 2019, no valor total de R\$ 97.927.326,62 (noventa e sete milhões, novecentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos), oriundos das 5 (cinco) unidades orçamentárias que compõem o orçamento do Poder Judiciário do Maranhão, assim distribuídos:

A destinação desses recursos foi discutida junto com a Presidência do Tribunal de Justiça, de modo a

priorizar as aquisições alinhadas ao cumprimento da missão institucional. Parcela significativa foi alocada à cobertura das necessidades de contratações das unidades administrativas que não foram atendidas, ou apenas parcialmente, nos respectivos orçamentos aprovados, e para atender despesas não previstas ou insuficientemente dotadas.

Até o presente momento, somente foram atendidas as notas de orçamento para abertura de créditos adicionais em favor do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Estado do Maranhão, no valor de R\$ 64.713.847,83, e do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados, no valor de R\$ 6.176.581,75.

Contudo, as estimativas projetadas de arrecadação de receitas próprias e do tesouro foram bastante afetadas pela pandemia do novo coronavírus, haja vista o impacto sobre a atividade econômica. A arrecadação despencou significativamente, ocasionando decréscimo no repasse de recursos para as despesas correntes de custeio e de investimento, no total de 20% sobre o duodécimo mensal. Em razão dessa redução nas projeções de receitas próprias e nos repasses do tesouro, houve a necessidade de contingenciamento de despesas de custeio e de investimento, afetando inclusive a execução de despesas programadas a partir dos créditos adicionais abertos. Nesse período, além dos créditos adicionais abertos a partir do superávit financeiro apurado de 2019, foram realizadas movimentações orçamentárias entre subações (planos internos) de mesmo localizador para fins de ajuste da programação às necessidades de execução do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento ao lado:



Composição do orçamento aprovado para 2020

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	LOA 2019 (em R\$)	LOA 2020 (em R\$)	Variação Absoluta (em R\$)	Variação (%)
Despesas Correntes	1.329.572.461	1.409.346.345	79.773.884	6,00%
Pessoal e Encargos Sociais	848.217.000	918.099.000	69.882.000	8,24%
Outras Despesas Correntes - Exc. Benefícios e Auxílios e Precatórios	166.792.455	165.902.446	- 890.009	-0,53%
Benefícios e Auxílios	138.259.734	150.892.492	12.632.758	9,14%
Precatórios	176.303.272	174.452.407	- 1.850.865	-1,05%
Despesas de Capital	21.760.024	19.086.062	- 2.673.962	-12,29%
Investimentos	21.760.024	19.086.062	- 2.673.962	-12,29%
Inversões Financeiras	-	-	-	-
TOTAL S/PRECATÓRIO	1.175.029.213	1.253.980.000	78.950.787	6,72%
TOTAL	1.351.332.485	1.428.432.407	77.099.922	5,71%

Dotação e execução

Despesa	LOA 2020 (em R\$)	Dotação Atual (em R\$)	Empenhado (em R\$)	Liquidado* (em R\$)
Pessoal	918.099.000	918.099.000	180.028.524,20	181.994.055,10
Custeio	316.794.938	311.073.938	31.185.836,18	43.203.154,75
Precatórios	174.452.407	174.452.407	0,00	0,00
Investimentos	19.086.062	24.807.062	2.674.311,31	1.087.178,20
TOTAL	1.428.432.407	1.428.432.407	388.233.752	272.584.936

Divisão orçamentária

Unidade	Fonte	Código	Valor (R\$)	Situação
TJ	RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	301	24.814.000,00	Em análise
FERJ	RECEITAS PRÓPRIAS	307	53.640.681,27	Aberto
FERJ	RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	301	1.900.068,38	Cancelado
FERJ	RECEITAS OPERACIONAIS DE FUNDOS	307	11.073.166,56	Aberto
FESMAM	RECURSOS ORDINARIOS - TESOURO	301	322.828,66	Em análise
FUNSEG	RECEITAS OPERACIONAIS DE FUNDOS	307	6.176.581,75	Aberto
	Total		97.927.326,62	

Créditos adicionais abertos a partir do superávit financeiro apurado de 2019

Unidade	Tipo	Ato Normativo	Fonte	Data	Valor (em R\$)
TJ	Remanejamento	2020AN000476	101	24/06/2020	300.000,00
FERJ	Remanejamento	2020AN000476	107	01/06/2020	50.000,00
FERJ	Remanejamento	2020AN000545	107	17/06/2020	200.000,00
FERJ	Remanejamento	2020AN000558	107	18/06/2020	300.000,00
	Total				850.000,00

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL





• ATIVIDADES

A Diretoria articula todas as ações a cargo da Segurança Institucional, distribuindo as frentes de trabalho. No período de abril a julho, as seguintes atividades foram executadas diretamente pela direção da DSIGM:

Diligências para a Comissão Permanente de Segurança Institucional;

02 (duas) visitas técnicas com o objetivo de realizar inspeção na Central de Custódia;

Participação e apresentação de relatórios técnicos nas reuniões da Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI como membro efetivo;

Elaboração do Quadro de Dotação de Armamento do Poder Judiciário do MA junto ao Exército Brasileiro;

Atualização de Protocolo de Segurança de Magistrado, sob coordenação da Divisão de Inteligência;

Gravação de vídeo institucional para apresentação das atribuições da DSIGM no curso de Ambientação de novos servidores do TJMA;

Elaboração do Manual de Procedimentos de Abordagem

Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI

A DSIGM possui assento na Comissão Permanente de Segurança Institucional, cujo presidente é o Desembargador Raimundo José Barros de Sousa, conforme Ato da Presidência 14/2020.

No período de apuração do presente relatório foram tratados em reuniões ordinárias e extraordinárias, pelo menos 20 assuntos afeitos à órbita de deliberação da CPSI.

Além disso, expedidos documentos para diligências, bem como a elaboração da Portaria-TJ 2503/2020, a qual trata da composição da CPSI para o biênio 2020-2022:

Presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional:

Nome: Desembargador Raimundo José Barros de Sousa

Juiz auxiliar da Presidência do TJMA:

Nome: Raimundo Moraes Bogéa

Suplente: Cristiano Simas de Sousa

Juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça:

Nome: Maria Francisca Gualberto de Galiza

Suplente: Sara Fernanda Gama

Juiz indicado pela Associação dos Magistrados do Maranhão:

Nome: Anderson Sobral Azevedo

Suplente: João Vinícius Aguiar dos Santos

Diretor de Segurança Institucional e Gabinete Militar do Tribunal de Justiça

Nome: Coronel PMMA Alexandre Magno de Souza Nunes

Suplente: Tenente-Coronel PMMA Claridelma Brasil Barros Mesquita

Secretária da Comissão Permanente de Segurança Institucional

Nome: Kássia do Carmo Brito da Silva – servidora efetiva TJMA

• SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA

Palestras e Cursos:

No tocante às atividades de palestras e cursos, no período compreendido de março até a presente data e em face da atual realidade da pandemia, fora ofertada:

01 (uma) instrução de tiro a Magistrados que atuam em unidades sensíveis na área criminal;

01 (uma) instrução interna com os oficiais militares, objetivando repassar todas as atribuições decorrentes da Portaria – GP – 4122020, respeitando todos os protocolos contidos na Portaria – Conjunta – 342020, e observadas as ações necessárias para prevenir o contágio do Covid19.

• SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO

Com o apoio da sua Secretaria de Planejamento, a Diretoria também solicita e acompanha processos administrativos para contratação de serviços em segurança, o que envolve a análise de necessidades e a elaboração de projetos que deem suporte ao alcance dos objetivos estratégicos pela DSIGM.

Nesse sentido, esta Supervisão acompanha as reuniões da Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça, dando suporte imediato ao diretor da DSIGM, incluindo o planejamento orçamentário da pasta.

Cumulativamente, a Supervisão de Planejamento



realiza o secretariado da Comissão Permanente de Segurança, realizando também o suporte à fiscalização dos contratos.

No período em referência, além de expedientes internos, a Supervisão encaminhou para apreciação da E. Corte:

Processo 14286/2020, que dispõe sobre a minuta de Resolução acerca da estrutura administrativa da DSIGM, permanece em andamento;

Acompanhamento dos contratos firmados e vigentes, os quais destacamos os seguintes:

• **CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**

Aditivo de contrato de serviço nº 19/2017, processo 18668/2020, Empresa Tecnobray, em virtude do Plano de Contingenciamento do TJMA, conforme Portaria – GP 4502020;

Processo 627/2020, que dispõe sobre contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recarga, manutenção fixação e sinalização dos equipamentos portáteis de combate a incêndio, em fase de assinatura de contrato; Processo 20802/2019 que trata do Termo de Cooperação Técnica para cessão, implementação e uso do sistema de identificação e cadastro de visitantes (TJDFT) e do sistema de Segurança Institucional, finalizado; Processo 20306/2020, em andamento, que trata da contratação de serviços continuados de vigilância armada para atender a necessidade do Judiciário Estadual.

Contratos de fornecimento

Processo 1040/2020, serviço para aquisição de soluções de videomonitoramento IP, controle de acesso, ativos de rede, sistema de cabeamento estruturado e rede elétrica estabilizada e ininterrupta, incluindo instalação, treinamento e suporte técnico, visando atender às necessidades do TJMA, em andamento.

Convênios

Conclusão do Processo 11075/2020, que trata

do Convênio com a Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão para a disponibilização de militares da reserva para a vigilância e segurança do edifício-sede das Comarcas do Estado do Maranhão e atividades de planejamento, assessoramento ou acompanhamento de atividades especializadas ou peculiares e comando de ações operacionais.

• **COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA**

A Coordenação, que articula duas Divisões: Proteção ao Magistrado e Inteligência, congrega em sua linha de atribuições outras 9 (nove) Supervisões, encarregadas da Segurança Eletrônica; Prevenção e Combate a Incêndio; Segurança do Palácio Clovis Bevilacqua, Segurança da Corregedoria Geral de Justiça; Segurança Patrimonial; Segurança do Fórum Sarney Costa; Segurança dos Pólos Judiciais; Segurança da Comarca de Imperatriz e Segurança de Apoio Operacional e Eventos.

Nesse sentido, pontua-se:

Fiscalização do contrato de segurança e vigilância privada;

Encaminhamento de Processo nº 13007.2020, para apurar necessidade de Aplicação de Penalidade contratual à empresa vinculada ao contrato 124/2016, de vigilância armada 24 horas;

Envio de solicitação de pagamento para Empresa Atlântica Segurança Técnica LTDA, Processo 52.948/2016, referente a prestação de serviços de segurança no período de abril a julho.

Divisão de proteção ao magistrado Seção de Proteção ao Magistrado

No tocante as Escoltas e Segurança Aproximada, permanece em vigor apenas uma escolta, devidamente autorizada pela Comissão Permanente de Segurança Institucional – CPSI.

Supervisão Administrativa e Operacional Recolhimento de armas

A Divisão de Proteção ao Magistrado planejou no período de 24 de abril a 10 de julho, o trabalho de recolhimento de armas de fogo e armas brancas, referentes aos processos criminais em tramitação, as quais permanecem sob a guarda do Poder Judiciário



para o exercício de 2020.

Entre os meses de referência (abril a julho) não foram realizados recolhimento de armas no interior do Estado, em razão da situação da Covid19, sendo recolhidas apenas na Capital:

56 ARMAS

06 ARMAS DE FOGO
50 ARMAS BRANCAS

Visando cumprir o disposto na Resolução 134.2011 do CNJ e na Resolução 24.2018 da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a equipe realizou no mês de junho a entrega ao 24º BIL, para fins de destruição:

980 ARMAS

637 ARMAS DE FOGO
343 ARMAS BRANCAS

Crachás e senhas de acesso

No período compreendido entre os meses de abril a julho, foram confeccionados, de acordo com a política de acesso de pessoal autorizado às instalações do Poder Judiciário, os seguintes serviços:

Crachás: 32 (trinta e dois)

2ª via de crachás: 02 (duas)

• DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA

Com atribuições voltadas para a construção das políticas de segurança dos magistrados e servidores do Poder Judiciário, a Divisão de Inteligência realizou no período em comento as seguintes ações:

1. Atendimentos: 47 (quarenta e sete);
2. Ocorrências: 07 (Sete);
3. Elaboração de Relatórios de Inteligência: 11 (onze);
4. Aquisição/Acompanhamento de armas magistrados: 02 (dois);
5. Plano de Segurança Orgânica: 01 (um)

Supervisão de segurança eletrônica

Foram realizadas no período em epígrafe 130 (cento e trinta) atendimentos decorrentes da atribuição intrínseca da Supervisão de Segurança Eletrônica, conforme o seguinte:

- * Instalação de Câmeras: 07 (sete);
- * Manutenção de Câmeras: 45 (quarenta e cinco);
- * Vistoria / Inspeção em instalação (prédio): 09;

- * Manutenção de RX: 17 (dezessete);
- * Remoção /Instalação de pórtico: 08 (oito);
- * Manutenção em catracas: 14 (catorze);
- * Manutenção em cancelas: 02 (duas);
- * Extração de imagens: 01 (uma);
- * Configuração/troca de switch: 13 (treze);
- * Diligência: 05 (cinco);
- * Passagem de cabos LAM: 03 (três);
- * Instalação de PC/ visualização das câmeras p/ segurança: 01 (uma);
- * Substituição de HD defeituoso: 01 (uma);
- * Reconfiguração de DVR IP 10.100.102.40: 01 (uma);
- * Retirada/equipamento/recepção (Fórum Imperatriz): 01 (uma);
- * Inspeção/manutenção/equipamentos/segurança eletrônica: 01 (uma);
- * Vistoria na Central de Custódia: 01 (uma).

• SUPERVISÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Realizadas as seguintes atividades:

- VISTORIA: 05 (cinco)
- a) TJ Sede: 01 (uma);
- b) Corregedoria: 01 (uma);
- c) Fórum Desembargador Sarney Costa: 01 (uma);

Central de Custódia: 02 (duas).

No período em epígrafe foram atendidas 23 comarcas do interior do Estado, (Barão de Grajaú, Buriti Bravo, Colinas, Loreto, Matões, Mirador, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, São João dos Patos, São Domingos do Azeitão, São Raimundo das Mangabeiras, Caxias, Coelho Neto, Codó, Coroatá, Igarapé Grande, Pedreiras, Poção de Pedras, São Mateus, Timbiras e Timon), em cumprimento ao contrato nº 145.2017, referente ao Processo 34398.2019 que atualmente encontra-se finalizado. Foram realizadas nas referidas comarca: 189 extintores, e 94 demarcações, sinalizações e fixação de placas.

SUPERVISÃO SEGURANÇA DO PALÁCIO CLÓVIS BEVILACQUA

No período foram desenvolvidas atividades de cunho administrativo e operacional, dentre elas: Reorganização das atividades do Plantão da DSIGM, com vistas a reduzir o consumo de combustível, conforme Plano de contingência do TJMA;



Implantação de rotina diária de fiscalização nos postos de serviço da DSIGM localizados na Rua do Egito e Praça Pedro II;

Orientação aos militares responsáveis por aferir a temperatura dos servidores/usuários dos prédios do Poder Judiciários, conforme Portaria Conjunta 39/2020;

Reorganização das escalas de serviço do prédio sede do TJMA com vistas à adequação do protocolo de retorno das atividades presenciais das unidades do Poder Judiciário;

Implantação de Terminal para visualização do sistema de videomonitoramento pela Guarda do TJMA.

• **SUPERVISÃO SEGURANÇA DO FÓRUM SARNEY COSTA**

Destacam-se as seguintes ações:

Atuação junto à Central de Mandados do Fórum;

Atuação no controle de Acesso e vigilância

eletrônica; tendo o sistema de controle de acesso registrado 9.623 (nove mil seiscentos e vinte e três) acessos no período de 27 de abril a 30 de junho 2020;

Atuação na retomada dos trabalhos do Tribunal do Júri;

Controle e fiscalização das aferições de temperatura efetuadas pelos agentes nas três entradas do Fórum;

Efetivação de rondas periódicas nos três turnos, tanto na parte interna quanto externa do Fórum Desembargador Sarney Costa.

• **SUPERVISÃO DE SEGURANÇA DA CORREGEDORIA**

Destacam-se as seguintes atividades:

Plantão semanal de 24h;

Treinamento em controle de acesso com o efetivo de militares da CGJ; incluindo o manuseio do termômetro digital para aferição de temperatura na entrada do prédio.

DIRETORIA DE ENGENHARIA





• **SERVIÇOS REALIZADOS:**

Serviços de manutenção do Fórum da Comarca de Montes Altos - Ma;

Serviços de manutenção Fórum da Comarca de Humberto de Campos – Ma;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Pindaré-Mirim – MA;

Serviços de manutenção e adaptação do imóvel onde funcionará o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Açailândia.

• **SERVIÇOS EM EXECUÇÃO:**

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Viana – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Balsas – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Bequimão – MA;

Serviços de manutenção predial no depósito Fórum da Comarca de Vargem Grande – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Cantanhede – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Humberto de Campos – MA;

Serviços de manutenção predial Fórum da Comarca de Urbano Santos – MA.

• **CONTRATOS EM EXECUÇÃO:**

Contratação de empresa de engenharia para execução da Reforma da Unidade Administrativa do TJ-MA – Anexo V – Alemanha;

Contratação de empresa especializada na área de engenharia para apresentação de laudo pericial e projeto executivo para solução das patologias estruturais constatadas nas dependências do Fórum da Comarca de Estreito;

Contratação de empresa de engenharia para execução dos Serviços de Reforma da Rede Elétrica e de Cabeamento Estruturado do Fórum da Comarca de Imperatriz;

Contratação de empresa de engenharia para

execução dos Serviços de recuperação estrutural e reforma do Fórum de Morros;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do sistema de combate a incêndio (rede de hidrantes), incluindo testes de estanqueidade e hidrostático nas unidades prediais do Fórum Desembargador Sarney Costa (F. D. S. C.), Casa da Criança “Menino Jesus” e Prédio Sede do Tribunal de Justiça.

• **NOVOS PROCESSOS EM ANDAMENTO:**

Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇOS CONTINUADOS de manutenção preventiva e corretiva em elevadores e plataforma elevatória vertical, conforme lotes, instalados nas unidades prediais pertencentes ao Poder Judiciário do estado do Maranhão (Capital e Interior), incluindo o fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e reposição de peças;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, do sistema de climatização tipo VRF do Fórum Desembargador Sarney Costa – FDSC, nesta capital, conforme especificações técnicas do presente Termo de Referência e seus anexos;

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia, envolvendo a aquisição e instalação de 02 (dois) geradores elétricos cabinados e super silenciados (600 KVA e outro de 240 KVA), incluindo mão-de-obra, ferramentas e equipamentos necessários, o qual atenderá a demanda do Prédio Sede e Anexos do Tribunal de Justiça, conforme especificações técnicas contidas nesse Termo;

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços envolvendo o fornecimento e instalação de móveis confeccionados sob medida conforme projeto, para atender a demanda do Gabinete da Presidência, localizado no Prédio Sede do tribunal de Justiça, incluindo o fornecimento de



mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais;

Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Salão do Júri e Reforma do Fórum da Comarca de Cururupu, em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos;

Contratação de empresa de engenharia para a Construção do novo Fórum da Comarca de Passagem Franca;

Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Salão do Júri do Fórum da Comarca de Santa Luzia do Paruá;

Adaptação de imóvel para funcionamento da Vara da Infância e Juventude e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da Ilha (em elaboração);

Aquisição de 10 (dez) licenças de uso de software para elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, pelo período de 02 (dois) anos;

Contratação de empresa especializada em serviços de levantamento topográfico planialtimétrico

cadastral e sondagem a percussão (investigação geotécnica) nos terrenos destinados à construção das unidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, em conformidade com as especificações deste Termo e normas aplicáveis;

Contratação de empresa especializada na fabricação e montagem de mobiliário planejado com a finalidade de detalhar e executar o projeto de mobiliário do Gabinete do Desembargador Marcelino Everton localizado no Edifício Prédio Sede, Anexo II, 1º andar do Tribunal de Justiça, situado na Praça D. Pedro II, s/n, Centro, São Luís/MA, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, entre outros (em elaboração);

Contratação de empresa especializada para a construção de galpões nas instalações da Unidade Administrativa nº V (Alemanha) - (em elaboração);

Contratação de projetos executivos e complementares – Reforma e Ampliação do Fórum da Comarca de Pedreiras (em elaboração).

DIRETORIA DE INFORMÁTICA





Sistema CONJUD auxilia na gestão e melhoria da produtividade das contadorias judiciais.

O Tribunal desenvolveu um novo software para gestão das atividades das contadorias judiciais. O CONJUD é um sistema de informação que permite o controle dos trabalhos das contadorias judiciais, gerenciando as entradas e saídas dos processos e os responsáveis pelos cálculos aplicados.

Biblioteca do Tribunal recebe display interativo.

O Tribunal instalou um display interativo na Biblioteca, que será utilizado na interação com os visitantes. O equipamento vai permitir a apresentação eletrônica dos diversos serviços ofertados pelo setor, com destaque para exibição de vídeos, divulgação de obras, resenhas eletrônicas, etc.

Imperatriz, Caxias, Timon e Juizados recebem novos equipamentos.

O Tribunal realizou no mês de junho o envio de novos computadores para as comarcas de Imperatriz, Timon e Caxias, com um total de 149 equipamentos. Também foram substituídos 134 computadores nos juizados especiais da capital e interior, totalizando 283 novos equipamentos instalados.

Jurisconsult permite consulta de processos conclusos e parados no 2º Grau.

O Sistema JURISCONSULT, software de consulta processual e estatística do Judiciário, permite agora que gabinetes e secretarias do Tribunal consultem os dados de movimentação processual mais comumente utilizados para a gestão das atividades de julgamento. A medida visa auxiliar na gestão dos gabinetes, na medida em que informações como lista de Processos Parados e lista de Processos Conclusos podem ser obtidas diretamente pelos usuários.

Convictus permite agora registro de frequência pela Internet.

O Convictus, sistema que permite o registro

biométrico da frequência de pessoas que cumprem medidas socioeducativas, foi atualizado e permite agora que o registro da presença seja efetivado a partir de qualquer lugar, pela Internet.

Regulamentado o cadastro de empresas para recebimento de citações e intimações eletrônicas via PJe.

O Tribunal regulamentou o cadastro das empresas públicas e privadas e dos entes públicos da administração direta e indireta para efeito de recebimento de citações e intimações por meio eletrônico no âmbito do Poder Judiciário.

Sistema PJe permite agora o controle de pagamento das custas de 1º Grau.

O Sistema PJe permite agora o controle do pagamento das custas judiciais de processos eletrônicos. A implantação do controle de pagamentos das custas de 1º Grau, possibilita a vinculação ao processo do número da guia de recolhimento das custas, o que permite o controle do pagamento, de forma semelhante ao que já ocorria no processo físico, gerando mais segurança para a unidade judicial, facilitando a gestão por parte do FERJ.

Tribunal realiza virtualização de bancos de dados.

O Tribunal realizou a virtualização dos bancos de dados dos seus sistemas. A virtualização aumenta a agilidade, a flexibilidade e o dimensionamento da TI e, ao mesmo tempo, proporcionar uma economia significativa.

Sistema PJe ganha novo ambiente computacional.

O Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe funciona agora em um novo ambiente computacional. Instalado no Datacenter do Judiciário, o novo ambiente de execução do PJe é formado por servidores com maior capacidade de processamento (60 processadores) e memória (4,5 TB de RAM) e por equipamentos de armazenamento de dados (storages) mais velozes e seguros.



Sistema SIAFER ganha nova plataforma.

O sistema SIAFERJ, software que controla a arrecadação do FERJ, foi atualizado para uma nova versão, que utiliza um ambiente mais moderno, tornando a ferramenta mais estável e segura.

Datacenter passa por ampliação da capacidade de processamento e memória.

O Tribunal ampliou a capacidade de processamento de memória dos equipamentos utilizados no Datacenter. A medida tem por objetivo prover recursos computacionais adequados a execução dos diversos sistemas e serviços fornecidos pelo Judiciário.

Implantada Central de Videoconferência.

O Tribunal implantou uma Central de Videoconferência para apoio a magistrados e servidores. A unidade, que funciona nas instalações do Fórum de São Luís, tem por objetivo a criação de salas, cadastramentos de usuários e suporte a realização de videoconferências.

Sistema Licitatum.

O Tribunal iniciou em janeiro a operação do sistema Licitatum. O novo software permite o cadastro e controle das concorrências e pregões presenciais, realizados pelo setor de Licitações e Contratos do TJMA.

Pagamento de custas processuais com cartão de crédito.

O Tribunal de Justiça do Maranhão disponibilizou, a partir de janeiro, o pagamento de débitos judiciais via cartão de crédito ou débito, com possibilidade de parcelamento dos valores.

Aviso de protocolo de processo no plantão na Comarca da Ilha.

O Tribunal disponibilizou o serviço que avisa o protocolo de processos durante plantão, para os servidores e magistrados da Comarca da Ilha

de São Luís.

Comunicação entre TJMA e Defensoria é realizada agora por Malote Digital.

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão passou a utilizar o sistema Malote Digital para comunicações oficiais com o TJMA e demais unidades do Judiciário.

Audiências já podem ser realizadas por meio de web conferência em todas as comarcas.

Juízes das comarcas do interior do Maranhão e da Capital já podem utilizar o sistema de web conferência em interrogatórios, acareações, depoimentos e no julgamento de presos de alta periculosidade, com a participação de representantes do Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual.

Demandas dos Centros de Conciliação passam a tramitar pelo sistema PJe.

A partir de fevereiro, o registro no Sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) de demandas pré-processuais, pedidos de homologação de transação extrajudicial e demandas judiciais pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos devem obedecer às regras do Provimento nº 2/2020.

Tribunal amplia links de fóruns e juizados.

O Tribunal realizou a ampliação de diversos links de dados de fóruns e juizados do interior e da capital. Os links foram ampliados em 500%, sem aumento de custo para o TJMA. A ampliação permitirá maior velocidade no acesso a Internet e melhor uso dos sistemas e serviços do Tribunal, especialmente o sistema PJe.

Fórum de São Luís passa por modernização da rede lógica e do CPD.

O Tribunal concluiu em fevereiro a segunda etapa do processo de modernização da rede de dados e do CPD do Fórum de São Luís. Foram instalados trinta e dois novos equipamentos de rede (switches), em substituição aos equipamentos



atuais, que já apresentavam falhas, permitindo a renovação do parque tecnológico do Fórum, com melhoria na estabilidade e velocidade da rede lógica.

Requisição e tramitação de diárias começam a funcionar no sistema DIGIDOC.

O Tribunal disponibilizou a consulta pública de produtividade de magistrados de 1º Grau. Disponível a partir do Site da Corregedoria, a consulta permite acompanhar a quantidade de sentenças, decisões e despachos, entre outras

informações.

Corregedoria recebe um novo link de fibra ótica.

O Tribunal implantou em março uma nova ligação entre o prédio sede do TJ e a CGJ. O novo link de fibra ótica permitirá a redundância de conexão entre as unidades, garantindo o acesso aos sistemas e serviços do Judiciário a todos os magistrados e servidores que trabalham na CGJ, em caso de rompimento do link principal.

OUVIDORIA





• MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

No período compreendido entre **24 de abril e 10 de julho de 2020**, a Ouvidoria recebeu **886 (oitocentas e oitenta e seis) manifestações**, cujas informações serão detalhadas nos tópicos a seguir.

Manifestações por tipo

Do total de manifestações cadastradas no período em referência, **536 (quinhentas e trinta e seis)** foram reclamações quanto à insatisfação com os serviços, correspondendo a 60,5% (sessenta vírgula cinco por cento) do total recebido, e **131 (cento e trinta e um)** pedidos de informações, equivalendo a aproximadamente 15% (quinze por cento) das demandas recebidas. O percentual restante consistiu nas manifestações do tipo solicitação, denúncia, elogio, dúvida, sugestão, recurso, havendo **17 (dezessete)** manifestações que não se enquadravam em nenhuma dessas classificações e por isso capitulada como “Outros”.

ESPÉCIES	QUANTIDADE POR MÊS - 24.04 A 10.07.2020				
	Abril	Mai	Junho	Julho	TOTAL
Reclamação	38	186	215	97	536
Pedido de Informação	12	54	55	10	131
Solicitação	12	61	40	14	127
Denúncia	5	11	15	5	36
Elogio	2	1	13	1	17
Dúvida	1	4	8	6	19
Outros	0	7	6	4	17
Sugestão	0	1	1	0	2
Recurso	0	1	0	0	1
TOTAL	70	326	353	137	886

1.2 Canais de acesso

Do total de manifestações recebidas no período de 24 de abril a 10 de julho, **494 (quatrocentas e noventa e quatro)** foram recebidas via formulário eletrônico, **232 (duzentas e trinta e duas)** por e-mail, **78 (setenta e oito)** registradas pelo Telejudiciário, e o restante, em menor número, distribuídas entre

os demais canais constantes na tabela abaixo.

Canais	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Formulário Eletrônico	37	191	188	78	494
E-mail	24	82	98	28	232
Telejudiciário	3	18	35	22	78
Ouvidoria CNJ	4	25	15	5	49
WhatsApp Business	0	1	16	3	21
Telefone	2	6	0	1	10
Digidoc	0	1	1	0	2
Aplicativo Móvel	0	2	0	0	2
Total	70	326	353	137	886

Vale destacar que as manifestações acima descritas como oriundas da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, foram encaminhadas via e-mail por aquele Órgão para fins de cadastro no sistema de gerenciamento de demandas próprio da Ouvidoria, o Attende. Portanto, no período compreendido entre 24 de abril e 10 de julho de 2020, foram recebidas no total, 281 (duzentos e oitenta e uma) demandas através do e-mail institucional da Ouvidoria.

No período, houve redução no número de atendimentos realizados pela Divisão do Telejudiciário durante o Regime de Plantão Extraordinário, em virtude da necessidade de adoção das medidas de proteção e combate à COVID-19, no tocante à observância do distanciamento social e consequente estabelecimento de rodízio entre os servidores.

Durante o Regime de Plantão Extraordinário, ainda na gestão anterior, o atendimento presencial foi suspenso, motivo pelo qual a Divisão da Ouvidoria buscou implementar outros canais de acesso, a exemplo do aplicativo móvel “Ouvidoria TJ/MA”, que teve a primeira versão lançada no mês de abril, e o aplicativo *Whatsapp Business*, que passaram a figurar na lista de canais disponibilizados aos usuários para acesso à Ouvidoria.

Os aplicativos de comunicação *Whatsapp Business* e Telegram consistiram em ferramentas



relevantes de trabalho durante o Regime de Plantão Extraordinário, facilitando o contato com servidores das demais unidades do Tribunal de Justiça. Através do aplicativo *Whatsapp Business* foi possível verificar, através da ferramenta “estatísticas”, que mais de 4 mil mensagens, relativas às atividades da Divisão da Ouvidoria e orientações acerca das demandas recebidas, foram enviadas durante o período de Teletrabalho.

No período foram encaminhadas 1.778 (mil e setecentas e setenta e oito) correspondências eletrônicas, através do e-mail institucional da Ouvidoria, entre comunicações aos setores quanto ao recebimento de demandas, reiteraões, respostas intermediárias e definitivas aos usuários, e em menor número comunicações relacionadas ao funcionamento e outras atividades da Divisão da Ouvidoria.

O celular institucional da Ouvidoria também fora disponibilizado para atendimento ao público, através do qual foram recebidas 184 (cento e oitenta e quatro) demandas via aplicativo *whatsapp* e 90 (noventa) ligações de usuários foram atendidas durante o período de 24 de abril a 10 de julho, tendo sido fornecidas informações acerca do funcionamento do Judiciário e informações processuais por essa via. Em virtude do pronto atendimento à maior parte das demandas recebidas via telefone e aplicativos de comunicação, apenas (trinta e uma) não tiveram resposta imediata, e por isso houve necessidade de formalizá-las no sistema Attende.

Assuntos das manifestações recebidas

Dentre os assuntos mais comuns das reclamações, destacaram-se a morosidade processual, reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais, reclamação sobre procedimento adotado pela unidade, reclamações sobre atendimento dos servidores, conforme verifica-se em tabela a seguir. Dada a diversidade de assuntos que podem ser abrangidos, as reclamações que não se enquadravam nos assuntos citados, adquiriram a classificação “outros assuntos”.

ASSUNTOS DAS RECLAMAÇÕES	Abr	Mai	Jun	Jul	Total
Morosidade Processual	34	171	204	90	499
Outros assuntos	0	6	4	2	12
Procedimento adotado pela unidade	2	2	0	2	6
Reclamações sobre atendimento dos servidores	0	0	2	2	4
Problemas no site do Tribunal	0	4	0	0	4
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	0	1	3	0	4
Problemas nas linhas telefônicas	0	1	1	1	3
Competência da Corregedoria	1	0	0	0	1
Sumiço de processos	1	1	0	0	2
Competência da Coordenadoria dos Juizados Especiais	0	0	1	0	1
Total	38	186	215	97	536

O assunto **morosidade processual** desponta como líder, estando presente em **499 (quatrocentas e noventa e nove)** manifestações, o equivalente a 93% (noventa e três por cento) dos registros do período. O campo “**Outros**”, da tabela acima, compreende os mais diversos assuntos, de menor incidência, merecendo destaque as seguintes: o não seguimento do padrão nacional na expedição de certidões de antecedentes, descumprimento da Resolução 313/2020 do Conselho Nacional de Justiça, insucesso na formalização de ocorrência junto ao Juizado Especial de Trânsito.

Prazo de finalização das demandas

A equipe integrante da Divisão da Ouvidoria, que hoje conta com 5(cinco) servidoras para atendimento e tratamento das demandas, conseguiu oferecer, no período de 24 de abril a 10 de julho, respostas às manifestações dos usuários dentro do prazo de vinte dias úteis em mais de 99% dos casos, contando, para



tanto, com a colaboração de considerável parcela de magistrados e de servidores de todo o Poder Judiciário Estadual, que se mostraram mais atentos às comunicações eletrônicas durante o período.

No geral, as manifestações foram finalizadas e arquivadas quando a demanda proposta foi solucionada, quando obtidos esclarecimentos considerados satisfatórios para o tipo de relato apresentado, quando não atendidos os requisitos para processamento da demanda, quando a competência era alheia à Ouvidoria, após o devido encaminhamento ao órgão responsável, ou após a obtenção de movimentação ou estimativa de movimentação, quando se tratava de demanda sobre morosidade processual.

FINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES

Descrição	Manifestações FINALIZADAS		PENDENTES
	Finalizadas ANTES de 20 dias	Finalizadas APÓS 20 dias	Pendentes dentro dos 20 dias
Quantidade	829	19	38
TOTAL	886		

O percentual atingido pelo setor é obtido através da soma das demandas finalizadas no período de 20 dias (úteis) e demandas pendentes que estejam dentro do prazo de resolução. Considerada a atividade de ambos os setores foi atingido o percentual de 97,85% (noventa e sete vírgula oitenta e cinco por cento), conforme gráfico a seguir.

Quanto à média de resolução das manifestações em geral em dias, a divisão da Ouvidoria forneceu resposta definitiva aos usuários no prazo de 6 (seis) dias corridos, reduzindo para 4 (quatro) se considerado em dias úteis.

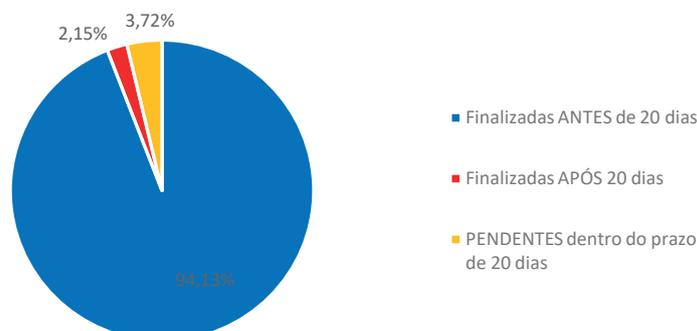
Os pedidos de informação são processados pelo Telejudiciário, sendo as diligências para atendimento dos pedidos realizadas por 5 (cinco) servidores da Divisão. O prazo médio de atendimento aos pedidos de informação no período em referência foi de 11 (onze) dias corridos, reduzindo para 8 (oito) se considerado em dias úteis.

• TELEJUDICIÁRIO

A Divisão do Telejudiciário, que conta com 19 (dezenove) servidores em sua composição, realizou diversas atividades no período em referência, merecendo destaque o registro de manifestações recebidas pelo Call-Center para serem encaminhadas à Ouvidoria para o devido tratamento, agendamento de audiências de conciliação, consultas sobre movimentações de processos judiciais, informações sobre servidores, órgãos e magistrados, atendimento aos pedidos de informação, fornecimento de senhas de acesso ao sistema MentoRH, dentre outras atividades.

No entanto, durante o Regime de Plantão Extraordinário, dado o sistema de rodízio, o Telejudiciário deixou de realizar agendamentos de audiências de conciliação e o registro de manifestações. Abaixo detalhamento do quantitativo de serviços prestados.

PRAZO DE FINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES





RELATÓRIO DETALHADO DE ATENDIMENTOS – ABRIL A JULHO/ 2020¹

CONSULTA / MESES		ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
Informações Jurídicas	Consulta a processos de primeiro grau	32	10	25	40	107
	Consulta a processos de segundo grau	8	1	1	6	16
	Consultas a processos de Juizados Especiais	3	0	3	7	13
	Informações a respeito de Ações Cíveis	0	0	1	0	1
Plantões Judiciais e Cartorárias	Plantão Forense - 1º Grau	0	1	0	0	1
Publicações Oficiais do Judiciário	Resoluções, Portarias e Atos da Presidência	1	2	3	0	6
Eventos Jurídicos	Casamentos Comunitários	1	0	4	1	6
Órgãos	Informações das Comarcas	55	20	39	58	172
	Informações dos Setores do Judiciário - TJMA, Corregedoria de Justiça e Fórum de São Luís	113	47	77	91	328
	Informações de Outros Órgãos	9	6	16	13	44
Pessoas	Servidores do Poder Judiciário	1	1	2	0	4
Informações -Servidores	Senhas aos servidores - acesso aos sistemas do TJMA	33	19	67	39	158
Manifestações do Sistema ATTENDE	Reclamações	7	15	33	30	85
	Denúncias	0	0	2	0	2
	Pedido de Informação	42	54	55	18	169
	Consulta de Manifestação	2	6	12	4	24
Conciliações do Sistema ATTENDE	Agendamento de Conciliação – CEJUSC	0	0	0	0	0
	Consulta de Conciliação	0	0	2	3	5
TOTAL DE LIGAÇÕES		249	123	264	274	910
TOTAL DE ATENDIMENTOS		307	182	342	310	1141

No período de abril a julho de 2020¹ a Divisão do Telejudiciário realizou um total de 1.141(mil cento e quarenta e um) atendimentos, onde as informações mais solicitadas referiram-se aos setores do Judiciário, totalizando 328(trezentos e vinte e oito) atendimentos, seguido de 158 (cento e cinquenta e oito) fornecimentos de senhas de acesso ao portal e à página do servidor, 172(cento e setenta e duas) atendimentos referentes às Comarcas, 123(cento e vinte e três) consultas a processos de

1º e 2º grau e 44(quarenta e quatro) informações prestadas sobre outros órgãos. Também tivemos o registro de 85(oitenta e cinco) reclamações, 02(duas) denúncias e 169(cento e sessenta e nove) pedidos de informações.

Ressaltamos que neste período excepcional, o Telejudiciário sempre funcionou com minimamente um atendente no *call center*, em forma de revezamento, de modo a garantir o atendimento mínimo à população. Durante o período de suspensão

¹ Dada a impossibilidade de extração no sistema de atividade diária, a tabela de atendimentos da Divisão do Telejudiciário corresponde ao período de 01 de abril a 16 de julho, importando em quantitativo superior ao recebido no período de 24 de abril a 10 de julho.



do atendimento presencial em todos os órgãos, setores e varas do Poder Judiciário, observamos um aumento na quantidade de ligações recebidas em relação aos períodos anteriores, cujo atendimento encontrava-se normalizado.

• MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO AO CÓDIGO DE DEFESA DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Informação ao cidadão

No primeiro período de 24 de abril a 10 de julho, a Ouvidoria recebeu **131 pedidos de informação** através do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão). No período houve o indeferimento de apenas 1 (um) pedido de informação, em virtude da ausência de complementação a informações necessárias ao seu processamento.

Lançamento do aplicativo da Ouvidoria

Atenta às inovações tecnológicas, a Ouvidoria, no mês de abril, lançou mais um canal de acesso, o aplicativo “Ouvidoria TJMA”, disponível para download para os sistemas operacionais Android e IOS, através do qual os usuários também poderão registrar e consultar o andamento da manifestação cadastrada.

O aplicativo passou por versões de atualização, após reuniões realizadas via videoconferências nos dias 07 e 14 do mês de maio.

Instalação de Totens de avaliação

Inicialmente realizada de forma online, a pesquisa de satisfação implantada pelo Tribunal de Justiça, sob a Coordenação da Ouvidoria, também poderá ser feita presencialmente através dos Totens de Avaliação. O objetivo é que os aparelhos sejam distribuídos pelas demais comarcas polos do Estado. Em virtude da pandemia enfrentada, não foi possível a inauguração dos equipamentos.

Programa “Aproveite para conciliar”

O programa “Aproveite para conciliar”, também integrante do projeto “Justiça Democrática de Proximidade”, tem proporcionado à população uma alternativa à reclamação, qual seja, a de tentar

a resolução consensual de conflitos, alinhando-se ao escopo do novo Código de Processo Civil. É disponibilizada uma ferramenta eletrônica no formulário eletrônico da manifestação, sugerindo o agendamento de uma audiência de conciliação. Foram registrados 76 acessos por meio dessa funcionalidade no semestre.

A Ouvidoria está ainda habilitada a cadastrar usuários, quando solicitado, na plataforma de mediação virtual www.consumidor.gov.br.” A unidade atua ainda como mediadora entre o órgão e o usuário, de modo a levar a conhecimento do usuário a realidade vivenciada pelo Judiciário Maranhense, assim como intenta tornar magistrados e servidores mais sensíveis e solidários às necessidades do público externo.

• TRANSMISSÃO DE CARGO E REUNIÕES COM O OUVIDOR JUDICIÁRIO

No dia 24 de abril de 2020 ocorreu a transmissão interna do Cargo de Ouvidor, para o qual o Desembargador Kleber Costa Carvalho foi eleito para o mandato no período de abril de 2020 a abril de 2022. Na ocasião o Ouvidor manifestou o desejo de dar seguimento ao trabalho desenvolvido pelo desembargador José Luiz Almeida, sem prejuízo de novos projetos que pudessem elevar a qualidade dos serviços prestados.

No dia 14 de maio, o Ouvidor Judiciário realizou a primeira reunião com a equipe da Ouvidoria e Telejudiciário, via videoconferência, onde sinalizou as diretrizes a serem adotadas em sua gestão e que iria trabalhar para ampliação da Ouvidoria, através da implantação da Ouvidoria Ambiental, bem como buscar a modernização das ferramentas de atendimento usadas pela Divisão do Telejudiciário no *Call-Center*.

No dia 07 de julho de 2020, na sede da Ouvidoria, ocorreu o primeiro encontro presencial entre o Ouvidor Judiciário e os servidores das Divisões Ouvidoria e Telejudiciário. Na ocasião, houve discussão acerca da regularização do organograma



do setor, prestação de contas através de relatório de atividades apresentado pela Coordenação da Ouvidoria. Na ocasião, foi sugerido o desenvolvimento do Projeto Ouvidoria Online, cujo objetivo é continuar a desenvolver o trabalho realizado durante às itinerâncias da Ouvidoria nas comarcas do Interior, todavia, através de ambientes virtuais.

Durante o encontro, a Chefia da Divisão do

Telejudiciário explicou ao Ouvidor detalhes acerca do funcionamento do setor durante o período de Regime de Plantão Extraordinário e sugeriu medidas para a promoção de modernização no atendimento. Por fim, o Ouvidor agradeceu a presença da equipe e firmou o compromisso de promover o desenvolvimento da Ouvidoria, verificando a viabilidade para execução das demandas pretendidas.



Ouvidor conhece a estrutura do Telejudiciário



Ouvidor se reúne com a equipe da Ouvidoria

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE





AÇÕES REALIZADAS

• Reuniões

21 de maio de 2020 – Primeira Reunião do Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude com a equipe.



A reunião aconteceu pelo sistema de Videoconferência, sob a coordenação do atual presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, Desembargador José de Ribamar Castro e das servidoras, Maria Teresa Feitosa Rêgo (Secretária), Elaine Gabrielle de Carvalho Sousa (Secretária de Administração), Ana Carolina da Silva Costa Monteiro (Psicóloga) e Cacilda Maria da Cruz Oliveira (Técnico Judiciário), e teve por objetivo o mapeamento prévio das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria, a fim de estabelecer o reordenamento e realinhamento das ações para a Gestão 2020-2022.

Durante as discussões, o presidente questionou junto à equipe, a respeito das ações realizadas e

em andamento na Coordenadoria, solicitando o planejamento para a atual gestão, e questionou, ainda, sobre a situação atual das Salas de Depoimento Especial, solicitando o levantamento dos kits de equipamentos disponíveis para novas instalações.

Dentre as deliberações destacam-se a indicação dos nomes dos Juízes de Direito José Américo Abreu Costa e José dos Santos Costa, titulares, respectivamente, da 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, juiz de Direito Reinaldo de Jesus Araújo, titular da 9ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, juízes de Direito Delvan Tavares Oliveira e Simeão Pereira e Silva, titulares, respectivamente, da Vara da Infância e Juventude das Comarcas de Imperatriz e Timon, e juíza de Direito Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara da Comarca de Balsas (Vara com competência da infância e juventude), para atuarem como membros da Coordenadoria da Infância e Juventude.

Encerrou a reunião, sugerindo que a equipe buscasse junto às outras Coordenadorias, ideias para o dia 13 de julho: evento alusivo ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

28 de maio de 2020 – Reunião do Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude com Juízes da Infância e Juventude

O Desembargador José de Ribamar Castro realizou reunião, por meio de videoconferência, com juízes que julgam processos em que crianças e adolescentes são parte, para se apresentar à frente da Coordenadoria da Infância e Juventude – CIJ na atual gestão, a fim de articular com estes, ações e eventos que sejam desenvolvidos nas suas respectivas Comarcas e que possam ser replicados em outras unidades jurisdicionais.

Estiveram presentes as juízas, Nirvana Maria Mourão Barroso da 3ª Vara da Comarca de Balsas, Mirella César Freitas da 2ª Vara de Itapecuru – Mirim, Larissa Rodrigues Tupinambá Castro da



3ª Vara da Comarca de Pedreiras, Glauca Helen Maia de Almeida da 2ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal e Anelise Nogueira Reginato da 1ª Vara da Comarca de Coroatá, e o juiz Douglas Lima da Guia da Vara Única de Cururupu.

Durante a apresentação, o Presidente pontuou que busca na atual gestão, apoiar as ações e projetos desenvolvidos pelos juízes, a exemplo do que foi realizado na gestão anterior (2016 – 2017) e que o *Hot Site* da Coordenadoria da Infância e Juventude universalizará as ações desenvolvidas pelos magistrados em suas Comarcas para que outras possam aproveitar as ideias no que couber à realidade de cada região, assim como, ações desenvolvidas pela CIJ, e por outras Coordenadorias do Brasil.

Os juízes apresentaram demandas, assim como, ações e projetos que podem contribuir com a institucionalização e após as discussões ficaram deliberados: análise da viabilidade de implantação do Projeto Família Acolhedora a nível Estadual, sugerido pela juíza Larissa; elaboração, pelas juízas Larissa e Nirvana de minuta de Sala de Visitação

Assistida para encaminhamento ao setor responsável e após aprovação desta, criação de logomarca junto à Assessoria de Comunicação da Presidência (ASSCOM); levantamento junto às Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial, para verificar as dificuldades e entraves na aplicação da Metodologia do Depoimento Especial, identificando também, os magistrados que não possuem equipe capacitada, a fim de sugerir à Escola Superior de Magistratura (ESMAM) turmas para atender essa demanda e verificar junto ao setor competente se os equipamentos que estão sendo utilizados nos kits de Depoimento Especial possuem configuração dentro das normativas estabelecidas no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense.

05 de junho de 2020 – Reunião da Coordenadoria da Infância e Juventude do Rio Grande do Sul com Equipes Técnicas das Coordenadorias da Infância e Juventude de Estados Brasileiros

A psicóloga da Coordenadoria da Infância e Juventude, Ana Carolina Silva Costa Monteiro, participou da reunião que aconteceu por videoconferência pela plataforma Zoom, com técnicos das Coordenadorias da Infância e Juventude dos diversos Estados Brasileiros. A reunião foi presidida pela Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Corregedora Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e a Dra. Nara Cristina Neumann Cano Saraiva, Juíza-Corregedora e Coordenadora da





Infância e Juventude e teve por objetivo integrar os técnicos das Coordenadorias da Infância e Juventude dos diversos Estados brasileiros, buscando a troca de informações em relação às práticas adotadas durante a pandemia.

As equipes técnicas das Coordenadorias relataram as experiências, ações e eventuais dificuldades encontradas em cada Estado. A servidora Ana Carolina, representante do Maranhão, relatou que o trabalho da Coordenadoria estava acontecendo de forma remota e a prestação jurisdicional em regime de plantão extraordinário, com o uso de meios eletrônicos e virtuais, conforme preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça. Destacou ainda, que a Coordenadoria, durante o período da pandemia, havia feito uma revisão de todas as ações que vinham ocorrendo, no sentido de avaliar o que podia ser retomado e o que podia ser reordenado a médio e longo prazo como processo de trabalho.

08 de junho de 2020 – Reunião do Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude com a representante do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça



Participaram da reunião o Des. José de Ribamar Castro, o juiz José dos Santos Costa, titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca da Ilha de São Luís, a servidora Cláudia Rejane Martins Gouveia, representante do Programa Justiça Presente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para apresentar estudos que viabilizam a criação do Núcleo de Justiça Restaurativa, a fim de dar andamento ao Projeto em âmbito Estadual.

A servidora Cláudia Gouveia explanou que o Programa Justiça Presente do CNJ, assinado pelo Ministro Dias Toffoli, está dividido em quatro eixos de atuação: sistemas eletrônicos; propostas e alternativas ao superencarceramento; políticas de cidadanias; e sistema socioeducativo. Cada eixo se desdobra em diversas ações e produtos, que serão desenvolvidos com o apoio de coordenadores e assessores especializados alocados nas 27 Unidades da Federação. Destacou ainda, a necessidade urgente de criação do Núcleo, pois o prazo de 180 dias dados aos Tribunais está extrapolado, e reafirmou a importância em investir no Núcleo, trazendo servidores de outros setores do TJMA para atuar na Justiça Restaurativa.

O Juiz José dos Santos Costa relatou que a 2ª Vara da Infância e Juventude teve 19 (dezenove) atendimentos de Justiça Restaurativa durante o ano de 2019, afirmando ser inexpressivo diante do tamanho do Estado e ressaltou que é importante verificar o que pode ser feito nesse contexto para iniciar os trabalhos, pois no que diz respeito à Justiça Restaurativa, o tema é muito amplo e precisa de articulação de pessoas para compor a equipe, tanto de fora como de dentro do TJMA.

Ficou deliberado a elaboração de Minuta de Criação do Núcleo de Justiça Restaurativa, conforme as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, assim como estudos para a implantação, e indicação da composição, sendo encaminhando à CIJ planejamento mínimo a respeito de como proceder a essa implantação; verificar a disponibilidade dos juízes Simeão Pereira e Silva e Jorge Cutrim Sales Leite para compor a equipe, e posteriormente deverão analisar os



servidores capacitados pela ESMAM com condições de participarem do Núcleo (Assistente Social e Psicólogo).

07 de Julho de 2020 – Reunião teste para o webnário ECA 30 anos



Foi realizada reunião teste para o webinário ECA 30 anos, cujo tema foi “O Apadrinhamento e a Efetivação de Direitos de Crianças e Adolescentes em Acolhimento”, a ser realizada dia 13 de julho de 2020. Ocasão em que participaram o palestrante, Sérgio Luiz Ribeiro de Souza, presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil e Juiz titular 4ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca do Rio de Janeiro, o Desembargador José de Ribamar Castro, Presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude, a Juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular da 3ª Vara da Comarca de Balsas, a Juíza Josane Farias Braga, titular da 2ª Vara de Vitorino Freire, o Juiz Delvan Tavares Oliveira, titular da Vara da Infância e Juventude de Imperatriz, a Comissária de Justiça, Juliana Sales e Mendes, da Vara da Infância e Juventude de Timon, a Secretária da Coordenadoria da Infância e Juventude, Maria Teresa Feitosa Rêgo, a Psicóloga da Coordenadoria da Infância e Juventude, Ana Carolina Silva Costa Monteiro e representante da ESMAM, Arthur Darub. Na oportunidade, os participantes foram recebidos pelo Presidente da

Coordenadoria e agradeceram ao convite. Após as tratativas referentes ao evento, os magistrados juntamente ao Desembargador falaram sobre o panorama das ações em prol da infância e juventude no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão e em âmbito nacional.

09 de julho de 2020 – Reunião da Coordenadoria da Infância e Juventude com a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (Núcleo de Planejamento Estratégico)

A servidora Ana Carolina Silva Costa Monteiro, psicóloga da Coordenadoria, participou da reunião que aconteceu por videoconferência, via Skype, e teve por objetivo discutir os critérios para concessão do prêmio CNJ de qualidade do ano de 2020, em especial aos itens, Eixo Governança, Art. 5, IX, Coordenadoria da Infância e Juventude e Eixo Produtividade, Art. 6, XI, Adoção e Acolhimento, nos termos da Portaria nº 88, de 08 de junho de 2020.

Um dos tópicos discutidos na reunião foram os critérios para a Coordenadoria da Infância e Juventude adquirir a pontuação, quais sejam: envio de documentação, via formulário eletrônico do ato normativo que instituiu a coordenadoria e de relatório, em formato previamente definido pelo CNJ, com a descrição das ações realizadas no período de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020. No requisito referente à adoção e acolhimento, a comprovação será feita pelo CNJ, de acordo com as informações do Sistema Nacional de Adoção (SNA). Na ocasião, foi esclarecido que a Coordenadoria não tem acesso, no presente momento, ao SNA ou ao CNAACL (Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei).

• Participação em Eventos da Infância e Juventude

19 de junho de 2020 – Reunião Virtual do Colégio de Coordenadores do Brasil



O Desembargador José de Ribamar Castro, Presidente da Coordenadoria, participou da Reunião Virtual do Colégio de Coordenadores do Brasil, que foi conduzida pelo Juiz Sérgio Luiz Ribeiro de Sousa, Presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil.

Foram discutidos os seguintes temas: Complementação da Resolução nº 94 de 27 de outubro de 2009 do CNJ, em que Fórum Nacional da Infância e Juventude (FONINJ) consultou o Colégio de Coordenadores para que contribuam com sugestões sobre o tema e Criação dos grupos para debate, ficando decidido, por votação unânime dos participantes, a escolha de quatro magistrados para auxiliar o presidente do Colégio de Coordenadores, no andamento da criação dos grupos de trabalho, pelo prazo de trinta dias, a fim de debater, propor e escolher as sugestões que serão levadas ao CNJ. Foram eleitos: Patrícia Pereira Neves (TJES), Rosa Geane Nascimento (TJSE), Maria Luiza de Moura Mello e Freitas (TJPI) e Renato Rodovalho Scussel (TJDFT).

• Depoimento Especial

Monitoramento das Salas de Depoimento Especial Instaladas no Estado

Considerando a necessidade de acompanhar o funcionamento das salas de Depoimento Especial e identificar as dificuldades que os magistrados enfrentam para aplicação da metodologia, em cumprimento a Lei nº 13.431/2017 e a Resolução nº 299/2019 – CNJ, a Coordenadoria da Infância e Juventude iniciou um levantamento junto às Varas com competência em crimes contra crianças e adolescentes nas Comarcas que possuem Sala de Depoimento Especial instalada.

Encontra-se em andamento, a realização do levantamento junto às Comarcas de Coelho Neto, Imperatriz (02 salas, sendo uma no Fórum Henrique de La Roque e outra na Vara da Infância e Juventude), São Luís (02 salas no Fórum Desembargador

Sarney Costa), Timon, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Raposa, Coroatá, São Mateus, Chapadinha, Pinheiro, Santa Luzia do Paruá, São Bernardo, Presidente Dutra, São João dos Patos, Porto franco, Itapecuru – Mirim, Pedreiras, Codó, Maracaçumé, Zé Doca, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Balsas, Santa Luzia do Tide, Colinas, Cururupu, Viana, Santa Helena, São Domingos do Maranhão, São João Batista, Tutóia, Barra do Corda, Vitorino Freire, Buriticupu, Buriti, Penalva, Rosário, Cedral, Governador Nunes Freire, Tuntum, Timbiras, Guimarães e Bom Jardim.

Através de contato telefônico as Comarcas estão sendo ouvidas a respeito da aplicação da metodologia, e respondendo o instrumental em que constam questões referentes ao funcionamento das salas, à utilização das salas, capacitação do magistrado e de facilitadores, dificuldades para realização da escuta e sugestões para melhoria da aplicação da metodologia.

• Processos e documentos encaminhados

Após levantamento realizado junto às Comarcas e à Escola Superior de Magistratura (ESMAM), a Coordenadoria, em resposta à Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ) informou sobre o quantitativo de Salas de Depoimento Especial instaladas no Estado, assim como, o total de magistrados e servidores capacitados para a técnica do Depoimento Especial e a quantidade de audiências realizadas no Estado, no ano de 2019, utilizando a referida metodologia;

Através de Circular, foi encaminhado aos juízes com competência em justiça penal e socioeducativa, a Recomendação nº 62/2020 do CNJ – Medidas Preventivas à Propagação da infecção pelo Novo Coronavírus – COVID 19, solicitando, na oportunidade, informações acerca das medidas tomadas para assegurar os direitos dos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional nas fases de investigação, instrução e julgamento, e ainda, quais medidas estão sendo adotadas para manutenção da natureza pedagógica e ressocializadora



na fase da execução das medidas durante o período da pandemia pela COVID-19. Tais respostas foram recebidas, via digidoc, e catalogadas (**Anexo II**);

Através de Circular, foi encaminhado aos juízes com competência em infância e juventude, cópia da decisão do CNJ, pedido de providências nº 002302-32.2020.2.00.0000, que trata da autorização de realização das Audiências Concentradas pelos meios tecnológicos disponíveis ou realização da reavaliação das medidas protetivas de acolhimento, sem qualquer audiência, ficando a cargo do magistrado a decisão sobre qual modelo adotar, providenciando, a posteriori, a alimentação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA dos dados delas decorrentes;

Levantamento junto à 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís sobre o quantitativo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tais como prestação de serviços à comunidade, inserção em regime de semiliberdade e de internação em estabelecimento educacional no Estado do Maranhão, com objetivo de embasar um Plano de Ação a ser elaborado pelo Tribunal de Justiça para dar efetividade à Recomendação nº 62/2020-CNJ;

Levantamento realizado junto à Corregedoria Geral da Justiça – CGJ acerca do quantitativo de processos envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violência na comarca de entrância final da Ilha de São Luís, a fim de subsidiar resposta ao OFC-GP nº 653/2020, referente ao Processo nº 15467/2020, quanto ao cumprimento dos artigos 2º, 8º, 26º, 27º e 28º da Resolução nº 299/2019-CNJ;

Levantamento realizado junto à Corregedoria Geral da Justiça – CGJ sobre os juízes com competência para julgar processos na área da infância e juventude em todas as Comarcas do Estado, com indicação dos dados do magistrado e da Comarca que está atuando, para elaborar um banco de dados com as referidas informações, e possibilitar a interlocução da Coordenadoria com esses juízes;

Levantamento realizado junto à Diretoria de Informática e Automação do quantitativo de kits

de Depoimento Especial disponíveis para novas instalações de Salas e/ou, existência de processo de licitação em andamento para aquisição, em atenção à Lei nº 13.431/2017 e Resolução nº 299/2019-CNJ;

Solicitação junto à Diretoria de Informática e Automação e Diretoria de Engenharia solicitando providências quanto aos reparos e substituição de equipamentos das Salas de Depoimento Especial das Comarcas de Pinheiro e Coroatá, e acompanhamento desses processos;

Encaminhamento à Presidência do Tribunal de Justiça de proposta de criação do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa e de Minuta da Portaria para estruturação do Núcleo, e sugestão de magistrados e servidores para composição da equipe, em atendimento as Resoluções nº 225/2016 e 300/2019 do CNJ (Processo nº 20613/2010).

• Outras atividades realizadas

Pesquisa e compilação dos dados referentes às ações desenvolvidas no ano de 2020, pelos juízes das Comarcas do Estado do Maranhão, para divulgação das boas práticas no *Hot Site* da Coordenadoria da Infância e Juventude, visando dar amplitude ao trabalho desenvolvido na área dos direitos infantojuvenis. (**Anexo III**);

Compilação de dados fornecidos pela Corregedoria Geral de Justiça referente às unidades jurisdicionais do Estado com competência para o processamento e julgamento de crimes praticados contra crianças e adolescentes, sobre a realidade estrutural das Salas de Depoimento Especial e necessidades pendentes para a completa adequação ao disposto na Lei nº 13.431/2017. Tais dados complementam o monitoramento que está sendo realizado junto às Comarcas que possuem Salas. (Levantamento realizado pela Corregedoria Geral da Justiça, por meio do Processo nº 19313/2020, em cumprimento de Decisão nº 0003100-89.2020.2.00.0000-CNJ) (**Anexo IV**);

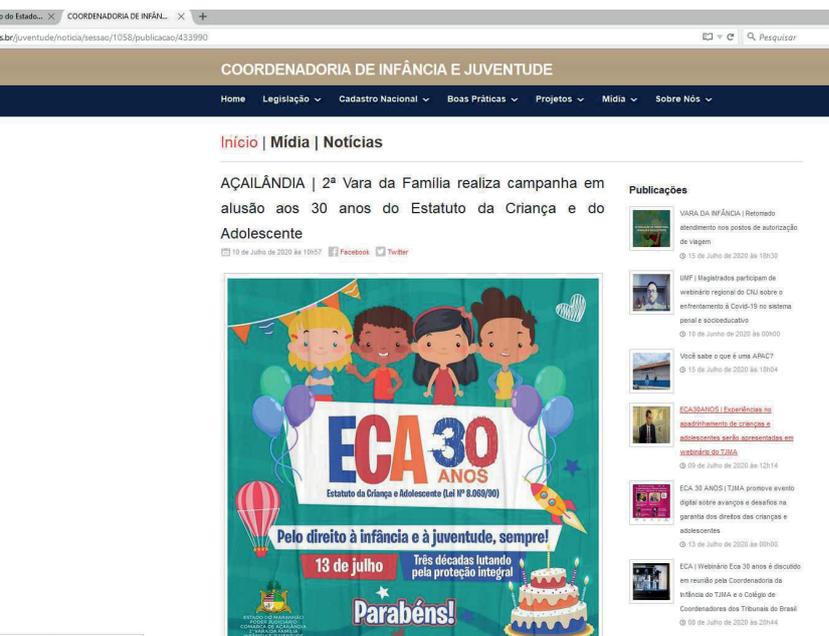
Com o apoio da Escola Superior da Magistratura (ESMAM), organização do webnário ECA 30 anos, O Apadrinhamento: a Efetivação de Direitos de



Crianças e Adolescentes em Acolhimento, com realização no dia 13 de julho, quais sejam: escolha dos palestrantes, definição do tema, elaboração de card de divulgação e envio de convites (magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão, Coordenadorias da Infância e Juventude dos Estados

Brasileiros, Instituições de Ensino Superior do Maranhão e outros);

Atualização e alimentação do *Hot Site* da Coordenadoria da Infância e Juventude, acrescentando notícias relevantes na área, assim como, legislações e ações que estão sendo realizadas.



Hot Site da Coordenadoria da Infância e Juventude



Webinário ECA 30 anos



ANEXO II

RESPOSTAS À CIRCULAR 3/2020 - RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020 DO CNJ - MEDIDAS PREVENTIVAS À PROPAGAÇÃO DA INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS

Quais as medidas estão sendo tomadas para assegurar os direitos dos adolescentes infratores nas fases de investigação, instrução e julgamento e para a manutenção da natureza pedagógica e ressocializadora na fase de execução durante o período de pandemia pelo COVID-19? **Obs. Todas as Varas que responderam à Circular, informaram que estão atentas e em cumprimento à Resolução nº 62/2020-CNJ**

ITEM	COMARCAS	RESPOSTAS DOS MAGISTRADOS
1	VARA ÚNICA DE TIMBIRAS	Na Vara não há adolescentes internados em decorrência de processos em trâmite na Comarca e neste período da pandemia não surgiu nenhuma situação para aplicação de medida socioeducativa em meio fechado ou internação provisória.
2	VARA ÚNICA DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	A Vara não possui adolescentes internados e nem criança em entidade de acolhimento. Informa ainda, que nos processos em curso de adolescentes em conflito com a lei, os infantes estão sob guarda e responsabilidade dos pais ou responsáveis.
3	3ª VARA DA COMARCA DE BALSAS	Na Comarca existe apenas cumprimento de medidas em meio aberto, perante o CREAS/Balsas, não havendo unidade de internação e que após provocação da DPE, estão suspensos o cumprimento das referidas medidas.
4	VARA ÚNICA DE SANTA QUITÉRIA	A incidência de casos envolvendo adolescentes infratores na Comarca é muito baixa mas estão atentos à recomendação. O magistrado aproveitou a oportunidade para enfatizar a necessidade de implantação de equipe interprofissional da Justiça da Infância e Juventude em todas as unidades judiciais.
5	VARA ÚNICA DE PIO XII	Até o momento não houve na Comarca apreensão em flagrante de adolescente infrator após deflagração da pandemia. Os processos em andamento estão sendo analisados de forma eletrônica e caso necessário com audiências via videoconferência. As medidas já aplicadas que impliquem no deslocamento do adolescente para prestação de serviços à comunidade estão suspensas para cumprir o distanciamento social recomendado.
6	1ª VARA DE MARACAÇUMÉ	A Vara não possui processos de adolescentes infratores em fase de cumprimento de medidas socioeducativas. No início da pandemia foi sentenciado um feito, contudo o menor foi posto em liberdade, caso em que a fiscalização das medidas foram deprecadas.
7	2ª VARA DE PORTO FRANCO	Não há na Comarca, local apropriado para cumprimento de medidas socioeducativas, os adolescentes são encaminhados para a Comarca de Imperatriz-MA, porém não há no momento adolescentes apreendidos provisoriamente.
8	2ª VARA DE BARRA DO CORDA	No momento, as medidas aplicadas aos adolescentes são de liberdade assistida, inexistindo internação ou semiliberdade. Porém, há um caso, por extrema necessidade, de internação provisória aplicada no mês de abril, contudo a unidade socioeducativa conta com equipe de saúde para atendimento e já há representação por apuração de ato infracional em curso, com audiência designada, oportunidade em que a necessidade de manutenção será novamente analisada e eventualmente revista.
9	2ª VARA DE VITORINO FREIRE	Todos os processos de apuração de ato infracional foram revistos e não existe adolescente cumprindo medidas socioeducativa de internação e semiliberdade na Comarca.



10	VARA ÚNICA DE ITINGA DO MARANHÃO	Informa que a Vara está observando à recomendação e que o juízo não possui, no âmbito de sua jurisdição, unidades destinadas ao cumprimento de medidas socioeducativas.
11	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE IMPERATRIZ	As decretações de internação provisória e novos pedidos estão sendo decididos à luz da Recomendação 62/2020, as audiências estão ocorrendo por videoconferência e os adolescentes sendo ouvidos na sede das unidades de internação. Quanto às execuções de medidas estão suspensas; as de semiliberdade 90 (noventa) dias à contar de 1º de maio, sendo estas acompanhadas à distância pelos educadores das instituições, as de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade também por 90 (noventa) dias, a contar de 22 de abril.
12	2ª VARA DE ESTREITO	Não existe na Vara Ato infracional que envolva adolescente apreendido em fase de instrução e julgamento.
13	1ª VARA DE FAMÍLIA DE AÇAILÂNDIA	Não há unidade para cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado e as medidas socioeducativas em meio aberto se encontram suspensas, considerando que o CREAS, está atendendo apenas casos urgentes, e os locais onde são cumpridas as medidas de prestação de serviços à comunidade não estão recebendo tais demandas.
14	VARA ÚNICA DE PASTOS BONS	A Comarca não possui Unidades de Internação de menores infratores, quando necessário são encaminhados para Timon ou São Luís. O cumprimento de medidas socioeducativas são realizadas nas escolas mas em razão da pandemia estão suspensas porque as escolas estão fechadas devido à necessidade de isolamento.

ANEXO III

AÇÕES NA ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE REALIZADA NAS COMARCAS DO ESTADO

ITEM	JUÍZ (A)	VARA/COMARCA	AÇÕES	DESCRIÇÃO DA AÇÃO
1	Clécia Pereira Monteiro	2ª Vara de Família	Operação “Álcool Zero”	A operação foi realizada no dia 15 de fevereiro nos principais bares do município. Consistiu em sensibilizar a sociedade e proprietários de bares sobre o crime previsto no Artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata da proibição da venda ou fornecimento de bebida alcoólica a crianças ou adolescentes, e das consequências da conduta nas esferas penal e administrativa.
2	Douglas Lima da Guia	Vara Única de Cururupu	Curso de Capacitação para os Conselheiros Tutelares	No mês de Fevereiro, a Comarca promoveu o curso de capacitação para os Conselheiros Tutelares da Região do Litoral Ocidental Maranhense, que compreende os municípios de Apicum-Açu, Cururupu, Bacuri, Mirinzal, Guimarães, Cedral, Central do Maranhão, Porto Rico e Serrano do Maranhão. Os temas abordados foram: Atribuições dos Conselhos Tutelares, O Dia a Dia do Conselheiro Tutelar e a Necessidade de Formalização de sua Atuação, Atuação em rede – o papel de cada instituição na defesa da criança e do adolescente, e Atuação do Conselho em casos de violência sexual infantil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

3	Clécia Pereira Monteiro	2ª Vara de Família	Campanha Virtual “Não feche os olhos, faça bonito”	Inspirada no dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes, a campanha buscou orientar e informar a comunidade durante a quarentena, pelos meios de comunicação, com entrevistas nas rádios pelos comissários de Justiça, abordando aspectos preventivos e alertando sobre a importância de denunciar os casos de violência, por meio do telefone Disque 100.
4	Mirella Cezar Freitas	2ª Vara de Itapecuru-Mirim	Campanha “Maio laranja”	A Campanha marcou a passagem do “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). A campanha será desenvolvida, este ano, pelos meios de comunicação sociais locais, por meio de entrevistas com psicólogo, assistentes sociais, conselheiros tutelares e outros profissionais que atuam nos órgãos de proteção. Os vídeos alusivos à campanha e entrevistas serão exibidos nas escolas da rede pública e particular, IFMA, bem como nas mídias sociais do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça. https://youtu.be/dO7TLn3_nls
5	Glaucia Helen Maia de Almeida	2ª Vara Criminal de Bacabal	Virtualização de Processos da Infância e Juventude	Durante um mês da quarentena, 500 processos em tramitação na Vara foram digitalizados e migrados para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), referente à infância e juventude, incluindo Ato Infracional, Busca e Apreensão, Boletim Circunstanciado de Ocorrência e outras espécies.
6	José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior	3ª Vara Criminal de Imperatriz	Depoimento Especial por videoconferência	No dia 26 de maio, foi realizado o primeiro depoimento especial de criança por videoconferência, em um processo sobre um caso de duplo abuso sexual infantil de duas meninas, de 5 anos e 6 anos. A criança foi ouvida pela psicóloga Milena Aragão, em ambiente adequado, reservado e seguro. A distância, participaram o juiz, titular da vara, o promotor de Justiça Sandro Biscaro e defensor público André Congiu. Também foram ouvidas outras seis testemunhas por videoconferência e ainda colhido o interrogatório do acusado.
7	Clécia Pereira Monteiro	2ª Vara de Família	“Você conhece o ECA?”	O projeto “Você conhece o ECA?”, cujo público-alvo, a princípio, foram os estudantes das Escolas Públicas Municipais, com duração por todo ano de 2019 em que foram realizadas pequenas explicações sobre os direitos e deveres previstos no ECA para mais de 2 mil alunos da rede municipal. Foram visitadas mais de 20 Escolas dos Municípios de Açailândia, de Cidelândia, de São Francisco do Brejão e, ainda, dos Povoados Novo Bacabal e 50 BIS, e que será dado continuidade ainda, para que os mesmos pudessem conhecer a legislação que os protege, bem como repassar os deveres ali previstos, de forma a construir uma sociedade mais justa e igualitária”, explica Clécia.



8	Clécia Pereira Monteiro	2ª Vara de Família	ECA 30 anos	No mês de julho, a 2ª Vara da Família de Açailândia está realizando uma campanha através das redes sociais (instagram @ vara2famacaillandia) com informações a respeito das ações da unidade e sobre os direitos de crianças e adolescentes, além de entrevistas através das rádios do Município de Açailândia. "O que se pretende é compartilhar com a sociedade um pouco da história e das conquistas do nosso aniversariante, mas com a certeza de que ele ainda tem muito a nos presentear", pontua a juíza Clécia Monteiro, titular da unidade judicial.
---	-------------------------	--------------------	-------------	---

ANEXO IV

RESPOSTAS À CIRCULAR 126/2020 CGJ – COMPILAÇÃO DE DADOS FORNECIDOS PELA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA REFERENTE À REALIDADE ESTRUTURAL DAS SALAS DE DEPOIMENTO ESPECIAL

ITEM	COMARCAS	VARA	POSSUEM SALA DE DEPOIMENTO ESPECIAL		RESPOSTAS DOS MAGISTRADOS
			SIM	NÃO	
1	Carutapera	Única		X	Informam que não possuem estrutura física para instalação da sala e equipe especializada
2	Maracaçumé	1ª		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, estrutura e profissionais especializados
3	São Mateus do Maranhão	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e equipe multidisciplinar
4	Mirinzal	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e aproveitou a oportunidade para solicitar a instalação
5	Cururupu	Única	X		A Sala está equipada e possuem uma facilitadora com formação em serviço social
6	Buriticupu	1ª	X		Informam que não dispõem de equipe multidisciplinar para realizar a escuta.
7	Caxias	3ª criminal	X		A Sala está em pleno funcionamento e somente o microfone condensador da sala da oitava apresenta problemas técnicos. Sugere a realização de cursos EAD para os facilitadores com conteúdos mais interativos e que apresente aspectos práticos da tomada do depoimento
8	Governador Eugênio Barros	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, nem estrutura (salvo se houver reforma) e servidores capacitados para a técnica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

9	Olho D'Água das Cunhãs	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, nem estrutura no fórum e nem equipe multidisciplinar
10	Anajatuba	Única		X	Como não possuem Sala de Depoimento Especial, aproveitaram a oportunidade para solicitar
11	Paraibano	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, nem estrutura no fórum e equipe multidisciplinar; utilizam psicólogos da rede municipal para atendimento de crianças ou adolescentes vítimas de violência
12	São João Batista	Única	X		A Sala de Depoimento Especial está desativada por problemas técnicos. Solicitam reparos na referida sala
13	São Domingos do Azeitão	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e nem estrutura (solicitou reforma -processo nº 7371/2020)
14	Pastos Bons	Única		X	Possuem Sala apropriada e tem interesse na instalação, necessitam de itens de informática para a adequada utilização
15	Loreto	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial instalada
16	Brejo	1ª Vara		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, equipe multidisciplinar e servidores com formação especializada para acompanhamento de crianças
17	Alto Parnaíba	Única		X	Já possuem uma sala exclusiva para depoimento especial, porém, necessitam da instalação dos equipamentos
18	Joselândia	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, espaço físico adequado e nem equipe multidisciplinar. Em casos de necessidade utilizam a sala e facilitadores da Comarca de Pedreiras
19	Alcântara	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial mas adotam medidas afim de evitar o contato direto entre criança e ofensor, com acompanhamento de profissional do Conselho Tutelar ou CREAS
20	Olinda Nova do Maranhão	Única		X	Não possuem a Sala de Depoimento Especial e os servidores da Comarca necessitam de capacitação
21	Guimarães	Única	X		A sala possui espaço e mobiliário apropriado, com proteção para realização da escuta
22	Bequimão	Única		X	A Comarca não conta com estrutura física e profissionais capacitados
23	Monção	Única		X	Não possuem a Sala de Depoimento Especial e nem estrutura para instalação, pois o prédio é alugado e com restrições de mudanças na estrutura predial
24	Dom Pedro	Única		X	Não possuem a sala de depoimento especial
25	São Francisco do Maranhão	Única		X	Não possuem a sala de depoimento especial
26	Santa Rita	Única		X	Não possuem a sala de depoimento especial



27	Pinheiro	3ª Vara	X		A Comarca possui a Sala de Depoimento Especial, porém a câmera e microfone do equipamento da gravação da sala estão danificados, restando preservado a mesa de som. Informa ainda, que solicitou para CIJ relocação dos equipamentos para a 3ª Vara, pois a ela compete julgar os crimes contra crianças e adolescentes
28	Timbiras	Única	X		Informam que um dos aparelhos da Sala de Depoimento Especial está com problema e ainda que, os espaços não possuem adequação decorativa, como brinquedos e outros que facilitam a oitiva
29	Bom Jardim	Única	X		A Comarca já dispõe de Sala de Depoimento Especial em ambiente apropriado e equipamentos necessários para realizar a entrevista com crianças e adolescentes
30	Imperatriz	3ª Vara Criminal	X		A Sala de Depoimento Especial está em funcionamento porém, compartilhada com a Central de Inquérito e Custódia em dias alternados. Informam também que o quadro de psicólogos são insuficientes para a demanda
31	São Pedro da Água Branca	Única		X	A Comarca não possui Sala de Depoimento Especial mas dispõe de um espaço suficiente para instalação da sala de depoimento, necessitando apenas de reparos.
32		Única		X	A juíza Urbanete informou que possuem espaço físico para instalação da sala, um monitor de TV que poderá ser utilizado, já tem a capacitação em EAD e ampla experiência na área pois tem formação pedagógica, só necessitariam de treinamento para servidores para atuação como facilitadores.
33	Turiçu	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e os servidores do quadro não estão aptos para atuarem como facilitadores.
34	São Bernardo	Única	X		Possuem a Sala de Depoimento Especial mas está desativada por falta de equipamentos, necessitando reaparelhamento para utilização
35	Mirador	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e nem equipe multidisciplinar. Quando necessário utilizam psicólogos da rede municipal.
36	Pedreiras	3ª Vara	X		A vara não possui sala exclusiva, os depoimentos são colhidos em um espaço adaptado no setor psicossocial. A estrutura é precária e o microfone tem fio o que dificulta a oitiva.
37	Vitória do Mearim	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e nem equipe multidisciplinar no quadro de servidores. Quando necessário utilizam psicólogos da rede municipal.



38	Imperatriz	Central de inquérito e custódia	X		Utilizam a Sala de Depoimento Especial do Fórum de Imperatriz e sugerem instalação de isolamento acústico, além de pintura na sala em tons calmante para tornar o ambiente mais acolhedor.
39	Santa Quitéria	Única		X	Não possuem a Sala de Depoimento Especial e para instalação da mesma faz-se necessário a construção de espaço físico apropriado
40	Magalhães de Almeida	Única		X	Não dispõe de Sala de Depoimento Especial em sua estrutura
41	São Raimundo das Mangabeiras	Única		X	Informam que não possuem Sala de Depoimento Especial, nem pessoal treinado e espaço, necessitando treinamento e adequação do prédio para efetivação da medida
42	Poção de Pedras	Única		X	Não possuem sala de Depoimento Especial e nem equipe multidisciplinar no quadro de servidores. Quando necessário utilizam servidores da rede municipal vinculados à assistência social.
43	Rosário	1ª Vara	X		Possuem Sala com todos equipamentos, porém foram identificados problemas com sonorização e acústica. Não dispõem de equipe multidisciplinar, e a servidora que exerce a função de facilitadora necessita de capacitação. A dra. Karine aproveitou para solicitar visita de técnico de informática para solução do problema.
44	Governador Nunes Freire	Única	X		Sala instalada e em funcionamento. Os equipamentos passaram por reparos em março deste ano pois apresentavam problemas de captação de áudio e imagem
45	Codó	3ª Vara	X		Informam que a tramitação de feitos em face a situação levantada é de competência exclusiva da 2ª Vara
46	Montes Altos	Única		X	A Comarca não possui sala apropriada para realização de depoimentos, para cumprimento da lei faz-se necessário construção de espaço,aparelhamento tecnológico e profissionais especializados
47	Arari	Única		X	O Fórum tem uma estrutura antiga e espaços pequenos, não havendo espaço para adequação ou construção da sala de depoimento.
48	Riachão	Única		X	Não dispõe de Sala de Depoimento Especial, nem servidores especializados. Para cumprimento da Lei será necessário construção de sala, aparelhamento tecnológico e profissionais especializados para compor a equipe multidisciplinar
49	Cantanhede	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial, pessoal treinado e espaço físico. Necessitando, para efetivação da medida de treinamento, espaço e adequação do prédio com toda estrutura necessária



50	Paço do Lumiar	3ª Vara	X		Dispõe de Sala de Depoimento Especial, mas necessitam de equipamentos para montagem e efetivo funcionamento da sala. Informam também da necessidade de mais servidores treinados (de preferência do sexo feminino), tendo em vista que possuem somente um psicólogo capacitado.
51	Buriticupu	2ª Vara	X		A sala de Depoimento Especial encontra-se em funcionamento e é utilizada quando necessário
52	Grajaú	2ª Vara		X	A Comarca dispõe de espaço físico e aguarda a informática para instalação dos equipamentos, conforme já solicitado pelo digidoc. Não possuem profissionais capacitados no quadro e quando necessário utilizam psicólogos da rede municipal
53	São José de Ribamar	3ª Vara Cível	X		A Comarca possui a Sala de depoimento Especial com estrutura adequada conforme a determina a Lei
54	Pio XII	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e servidores capacitados para realização da oitiva
55	Vitorino Freire	2ª Vara	X		A sala encontra-se em boas condições de funcionamento, necessitando melhorias no sistema sonoro
56	Imperatriz	Vara de violência doméstica	X		No prédio da Vara dispõe de uma sala própria mas não está equipada com os equipamentos. No momento encontram-se em prédio alugado que não oferece espaço apropriado em sua estrutura
57	Coroatá	1ª Vara	X		A Juíza Anelise informa da impossibilidade de realizar a oitiva pois os equipamentos estão queimados desde 2018 e a rede elétrica com problemas. Reitera solução dos problemas conforme já solicitado anteriormente
58	São Luís	9ª Vara Criminal	X		Sugerem como medidas para adequação ao disposto da Lei: troca de microfone, sala definitiva para audiências, sala de audiência equipada com recursos audiovisuais, impressora e ar condicionado, sala dos familiares da criança, sala para permanência do acusado, profissional de psicologia da CIJ para atendimento na Vara uma vez por semana e capacitação dos servidores da vara para atuarem como facilitador
59	Santo Antônio dos Lopes	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial e nem espaço físico para instalação da mesma, quando necessário utilizam a sala da Comarca de Pedreiras, distante 121 km. Solicitam construção de sede própria do Fórum
60	Araioses	1ª Vara		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial instalada, quando necessário realizam a oitiva de maneira improvisada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

61	Imperatriz	Vara da Infância e Juventude	X		Em fevereiro/2020 foi instalada uma Sala de Depoimento Especial na Vara, inexistente até o momento necessidade de adequação ao disposto da Lei
62	São Luís Gonzaga do Maranhão	Única		X	Não possuem sala específica de depoimento e nem espaço físico para instalação da mesma
63	Chapadinha	1ª Vara	X		A Sala de Depoimento Especial, instalada desde 2015, nunca funcionou, devido problemas de áudio e vídeo. É necessário também treinamento para os servidores e local adequado para realização da escuta
64	Codó	1ª Vara	X		A Vara não tem competência para processos que tratem de direitos das crianças e adolescentes
65	Timon	Vara de Execuções Penais	X		A Sala de Depoimento Especial instalada está completamente estruturada sem necessidade, no momento, de adequação
66	São Bento	Única		X	Não possuem Sala de Depoimento Especial
67	Balsas	3ª Vara	X		A Sala de Depoimento Especial está em perfeito estado de uso
68	Grajaú	1ª Vara		X	Não existe Sala de Depoimento Especial mas foi solicitada na correição de 2018 pelo então magistrado e reiterado nas demais correições

CEMULHER
COORDENADORIA
ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR





A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar-CEMULHER atua sob as diretrizes da Lei Maria da Penha (lei nº11.340/2006) e da Resolução nº254/2018-CNJ, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Em razão da necessidade de isolamento social como medida preventiva à propagação do novo coronavírus (COVID - 19), a equipe da CEMULHER -TJMA tem se utilizado de variadas estratégias para alcançar o cumprimento integral do Plano de Ação - 2020, fazendo os ajustes necessários para a continuidade das atividades planejadas. Todavia, apesar dos contínuos esforços, parte das ações ficou com as suas respectivas execuções comprometidas, uma vez suspensas as atividades externas e que envolvem aglomerações de pessoas, conforme Ato da Presidência nº 32020 e a Portaria Conjunta 142020.

Nesse contexto, novas ações também foram propostas e já estão sendo executadas, em adequação às demandas crescentes de violência doméstica no período da pandemia e à necessidade de comunicação com o público por meios digitais.

Promoção da formação continuada para magistrados e servidores, conforme art. 4ª da Resolução nº 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que institui a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Os eventos formativos e cursos proposto pela CEMULHER para magistrados e servidores já estão aprovados e previstos, conforme realinhamento do calendário da ESMAM, em modalidade EAD, em conformidade com a Portaria ESMAM - 52020, como medida preventiva à disseminação do novo coronavírus (COVID - 19).

O curso destinado aos magistrados: **“Aplicabilidade do Formulário Nacional e Avaliação de Riscos e os Impactos na Proteção Integral da Mulher”** está

previsto para o segundo semestre do corrente ano.

O curso **“Educação, Gênero e Igualdade”**, destinado a servidores, será realizado no mês de setembro na plataforma de Educação a Distância (EAD-ESMAM).

O V Seminário Estadual de Valorização da Mulher, direcionado aos atores do sistema de justiça, rede de serviços de atendimento à mulher e sociedade civil trará a temática: **“Transversalidade de Gênero e o Sistema de Justiça: interface das políticas públicas”**, conforme o calendário de Cursos da ESMAM para o segundo semestre.

Mediação e participação em lives por mídias digitais, na temática da violência de gênero no contexto da pandemia.

Foram realizadas 2 lives temáticas, através do instagram na Escola Superior da Magistratura-ESMAM (@esmam_tjma), com a participação de palestrante de renome nacional:

“O papel da Coordenadoria da Mulher no enfrentamento à violência de gênero no Maranhão”, no dia 29 de maio, apresentada pelo Desembargador Cleones Cunha e mediada pela juíza Lúcia Helena Barros Heluy- titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar de São Luís.

LIVE INSTAGRAM 29.05.2020 16h

O papel da Coordenadoria da Mulher no enfrentamento à violência de gênero no Maranhão

Palestrante: Cleones Cunha, Desembargador - TJMA

Mediadora: Lúcia Helena Heluy, Juíza de Direito - TJMA

Participe através do Instagram da ESMAM: @esmam_tjma





“*Masculinidades na Pandemia: autocuidado, sexualidades e violências*”, no dia 18 de junho, apresentada pelo psicólogo Filipe Lattanzio e mediada pela coordenadora administrativa da CEMULHER - Danyelle Bitencourt.



Execução dos Projetos e criação de novos:

Projeto “Valoriza Mulher”: foram realizadas reuniões para sensibilizar e mobilizar empresas para novas adesões ao projeto e para o alinhamento das ações das 3 empresas que já formalizaram sua participação no ano de 2020.

Elaboração e planejamento de 2 novos projetos:

Projeto “Grito Guardado”, que produzirá apresentação teatral para sensibilizar especialmente o público masculino sobre a prevenção necessária à violência doméstica e familiar contra a mulher. Já elaborado, em fase de planejamento das ações para o segundo semestre.

Projeto “Prevenção Sustentável” com o objetivo de disseminar conteúdos preventivos à violência doméstica e familiar contra a mulher, através das plataformas digitais da Ecoliga, órgãos públicos

e empresas privadas. Já elaborado, em fase de planejamento das ações para o segundo semestre.

4. Reestruturado o Banco de Enunciados e Jurisprudências, disponível no hotsite da CEMULHER (<http://hsite.tjma.jus.br/mulher/>).

Possui como finalidade primordial fornecer orientações para magistrados e servidores que trabalhem diretamente com processos que versam sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. De igual modo, poderá servir como guia para membros de instituições e órgãos que integram a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar no Maranhão, estudantes de Direito, pesquisadores e demais interessados.

Elaboração e Execução de Campanhas Educativas

Criação e execução da Campanha “*Condomínio Responsável, mulheres seguras!*”. Idealizada pela CEMULHER TJMA, a campanha está produzindo material informativo específico para distribuição nos condomínios (cartilhas, folders e cartazes) informando sobre a lei estadual nº 11.292 de 9 de julho de 2020, que obriga os condomínios residenciais a comunicarem aos órgãos de segurança, eventual ocorrência de violência e familiar contra a mulher, dentre outras, bem como divulgando os canais de denúncia e atendimento à mulher nesse contexto. Estão sendo mapeados o universo de condomínios, inicialmente na capital São Luís e realizados os contatos institucionais para divulgação da campanha e distribuição dos materiais informativos.

Execução da campanha “*Sinal Vermelho contra a violência doméstica*”, em todo o estado do Maranhão.

A campanha, lançada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tem o objetivo de incentivar denúncias por meio de um símbolo: ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente da farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades. A ação conta com



a participação de quase 10 mil farmácias em todo o país, e é uma resposta conjunta de membros do Judiciário ao recente aumento nos registros de violência em meio à pandemia.

A CEMULHER - TJ/MA já realizou reuniões para sensibilizar Comarcas, Farmácias e outras instituições, formalizando a adesão destas à Campanha; produziu, em parceria com a ASSCOM do

TJMA, cards com fotos de magistrados e servidores divulgando a Campanha; articulou os parceiros e realizou live com a Polícia Militar; ofertou 1 curso de capacitação online para atendentes e farmacêuticos; produziu camisetas, outdoors e cartazes para serem afixados nas farmácias que aderiram à campanha, bem como em espaços do judiciário e de parceiros.

Sinal vermelho
contra a
violência
doméstica

CAMPANHA SINAL VERMELHO
Adesão de farmácias
e drogarias

JÁ ADERIU À CAMPANHA SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?
1) Preencha o Termo de Adesão (disponível no site: www.crfma.org.br)
2) Envie o Termo preenchido e assinado para o email: assdiretoria@crfma.org.br

Denuncie! Disque 190

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
AMB Associação dos Magistrados Brasileiros
Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça
CEMULHER
Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça
ESMAM Escola Superior de Magistratura do Maranhão
CRF-MA Conselho Regional de Farmácia do Maranhão

Sinal vermelho
contra a violência
doméstica
Você não está sozinho!

UMF

**UNIDADE DE MONITORAMENTO,
ACOMPANHAMENTO,
APERFEIÇOAMENTO E
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
CARCERÁRIO DO MARANHÃO**





• **PARTICIPAÇÕES EM CAMPANHAS, CURSOS E EVENTOS**

FEVEREIRO

Nº.	DATA	ASSUNTO	PARTICIPANTES	LOCAL
01	11	Trabalho de Ressocialização na APAC São Luis	Divisão Técnica da UMF/TJMA	APAC São Luis

Fonte: Relatório Mensal UMF – Fevereiro/2020.

• **PROGRAMA 2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS PRISÕES**

MONITORAMENTO MENSAL DO SISTEMA PRISIONAL – ABRIL DE 2020

QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	4.245	1.515*	5.760	4.309
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	3.208	2.548*	5.756	4.749
APAC'S NO MARANHÃO	396	-	396	508
DELEGACIAS	-	-	-	-
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO	7.849	4.063	11.912***	9.566

* Existem presos sentenciados sem Guias de Execução constando ainda como presos provisórios, sendo que a UMF e a Corregedoria vêm regularizando essa situação com a expedição de guias por Unidades Prisionais, conforme resolução 113/2010 do CNJ;

** As 07 (sete) APACS criadas e instaladas no Estado contam com um total 396 recuperandos, no mês de abril/2020, conforme informações repassadas pelas mesmas;

***Os dados deste relatório vêm sendo extraídos regularmente dos Sistemas SIISP, (SEAP) e do SIGO (SSP), sendo que a última atualização de presos realizados em Unidades Prisionais e delegacias refere-se ao mês de abril/2020.



• QUADRO DE PRESOS NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Unidades Prisionais	Vagas	Provisórios Fechado	Sentenciados			Total por Unidade	Lotação	Total de Ocupação	
			Semiaberto	Aberto					
UPR's na Grande Ilha 14 Unidades	UPR SÃO LUIS 1 (PP)	210	114	294	33	3	444	-234	2,11
	UPR SÃO LUIS 2 (CADET)	951	328	560	94	33	1015	-64	1,07
	UPR SÃO LUIS 3 (CCPJ PEDRINHAS)	240	90	282	66	15	453	-213	1,89
	UPR SÃO LUIS 4 (PSL 1)	140	12	83	12	3	110	30	0,79
	UPR SÃO LUIS 5 (PSL 2)	432	257	236	84	28	605	-173	1,40
	UPR SÃO LUIS 6 (CDP PEDRINHAS)	600	278	443	52	36	809	-209	1,35
	CENTRO DE TRIAGEM	228	140	44	14	3	201	27	0,88
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE SÃO LUIS	448	185	456	166	75	882	-434	1,97
	UPR FEMININA	324	108	92	67	6	273	51	0,84
	CAAE - SÃO LUIS	45	2	2	6	221	231	-186	5,13
	UPR DO ANIL	204	0	5	311	0	316	-112	1,55
	UPR - OLHO D'ÁGUA	189	1	6	237	2	246	-57	1,30
	UPR - MONTE CASTELO	250	0	0	112	0	112	138	0,45
	UPR DE PAÇO DO LUMIAR	48	0	0	63	0	63	-15	1,31
	4.309	1.515	2.503	1.317	425	5.760	-1.451	1,34	
UPR's nas Comarcas 31 Unidades	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PINHEIRO	464	194	225	23	1	443	21	0,95
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE IMPERATRIZ	160	44	177	76	4	301	-141	1,88
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE TIMON	492	25	257	84	0	366	126	0,74
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PEDREIRAS	210	103	147	82	23	355	-145	1,69
	UPR DE CAXIAS - CAAE / CAXIAS	147	54	107	35	10	206	-59	1,40
	UPR DE PINHEIRO	150	61	71	3	0	135	15	0,90
	UPR DE AÇAILANDIA	194	143	107	53	6	309	-115	1,59
	UPR DE CHAPADINHA	114	131	61	27	4	223	-109	1,96
	UPR DE TIMON	356	221	36	76	0	333	23	0,94
	UPR DE IMPERATRIZ	355	248	130	93	1	472	-117	1,33
	UPR DE DAVINÓPOLIS	104	56	63	39	3	161	-57	1,55
	UPR DE BALSAS	169	123	89	2	0	214	-45	1,27
	UPR DE SANTA INÊS	120	99	58	16	0	173	-53	1,44
	UPR DE VIANA	66	71	41	26	2	140	-74	2,12
	UPR DE ROSÁRIO	177	57	61	41	1	160	17	0,90
	UPR DE BACABAL	165	179	37	29	1	246	-81	1,49
	UPR DE CODÔ	176	50	86	69	3	208	-32	1,18
	UPR DE CURURUPU	58	66	53	1	1	121	-63	2,09
	UPR DE COROATÁ	225	92	119	22	1	234	-9	1,04
	UPR DE ITAPECURU-MIRIM	134	93	61	44	0	198	-64	1,48
	UPR DE PORTO FRANCO	99	44	44	30	0	118	-19	1,19
	UPR DE ZÉ DOCA	141	73	41	21	0	135	6	0,96
	UPR DE CARUTAPERA	12	33	8	0	0	41	-29	3,42
	UPR DE PRESIDENTE DUTRA	112	79	6	6	0	91	21	0,81
	UPR DE GRAJAÚ	50	34	31	0	0	65	-15	1,30
	UPR DE GOV. NUNES FREIRE	30	19	2	0	0	21	9	0,70
UPR DE BARRA DO CORDA	15	18	14	0	0	32	-17	2,13	
UPR DE CAROLINA	32	20	9	1	0	30	2	0,94	
UPR DE COLINAS	90	30	26	20	0	76	14	0,84	
UPR DE TUTOIA	12	33	3	1	0	37	-25	3,08	
UPR DE SÃO JOÃO DOS PATOS	120	55	50	7	0	112	8	0,93	
UPR's GRANDE ILHA + UPR's COMARCAS	45 Unidades	4.749	2.548	2.220	927	61	5.756	-1.007	1,21
		9.058	4.063	4.723	2.244	486	11.516	-2.458	1,27



Os dados das UPR's são repassados mensalmente pela SAEP – SEAP.

* O Excesso de lotação refere-se ao quantitativo de vagas que estão sobrando ou faltando em cada Unidade Prisional. ** A Taxa de Ocupação é calculada dividindo o total de presos em cada Unidade pelo número de vagas disponíveis naquela Unidade.

Nova Nomenclatura das UPRs: Upr São Luis 1 (Penitenciária de Pedrinhas); Upr São Luis 2 (Cadet); Upr São Luis 3 (CCPJ Pedrinhas); Upr São Luis 4 (antiga PSL1); Upr São Luis 5 (antiga PSL2); Upr São Luis 6 (CDP Pedrinhas).

• MONITORAMENTO MENSAL DO SISTEMA PRISIONAL – MAIO DE 2020 QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	4.296	1.502*	5.798	4.309
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	3.227	2.605*	5.832	4.749
APAC'S NO MARANHÃO		-	401	508
DELEGACIAS	-		-	-
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO			12.031***	9.566

* Existem presos sentenciados sem Guias de Execução constando ainda como presos provisórios, sendo que a UMF e a Corregedoria vêm regularizando essa situação com a expedição de guias por Unidades Prisionais, conforme resolução 113/2010 do CNJ;

** As 07 (sete) APACS criadas e instaladas no Estado contam com um total 401 recuperandos, no mês de maio/2020, conforme informações repassadas pelas mesmas;

***Os dados deste relatório vêm sendo extraídos regularmente dos Sistemas SIISP, (SEAP) e do SIGO (SSP), sendo que a última atualização de presos realizados em Unidades Prisionais e delegacias refere-se ao mês de maio/2020.

• Quadro de Presos nas Unidades Prisionais do Estado do Maranhão

Unidades Prisionais	Vagas	Provisórios Fechado	Sentenciados			Total por Unid.	Lotação	Total de Ocupação/ Superlotação	
			Semiaberto	Aberto					
UPR's na Grande Ilha 14 Unidades	UPR SÃO LUIS 1 (PP)	210	111	294	35	3	443	-233	2,11
	UPR SÃO LUIS 2 (CADET)	951	312	544	94	37	987	-36	1,04
	UPR SÃO LUIS 3 (CCPJ PEDRINHAS)	240	77	293	76	13	459	-219	1,91
	UPR SÃO LUIS 4 (PSL 1)	140	12	89	13	6	120	20	0,86
	UPR SÃO LUIS 5 (PSL 2)	432	264	253	80	29	626	-194	1,45
	UPR SÃO LUIS 6 (CDP PEDRINHAS)	600	274	427	51	30	782	-182	1,30
	CENTRO DE TRIAGEM	228	188	23	8	5	224	4	0,98
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE SÃO LUIS	448	171	455	169	77	872	-424	1,95
	UPR FEMININA	324	90	95	67	3	255	69	0,79
	CAAE - SÃO LUIS	45	3	1	25	288	317	-272	7,04
	UPR DO ANIL	204	0	6	303	0	309	-105	1,51
	UPR - OLHO DÁGUA	189	0	5	243	1	249	-60	1,32
	UPR - MONTE CASTELO	250	0	0	99	0	99	151	0,40
	UPR DE PAÇO DO LUMIAR	48	0	0	56	0	56	-8	1,17
	4.309	1.502	2.485	1.319	492	5.798	-1489	1,35	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

UPR's nas Comarcas 31 Unidades	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PINHEIRO	464	194	220	22		436	28	0,94
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE IMPERATRIZ	160	47	173	73	4	297	-137	1,86
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE TIMON	492	23	250	88	0	361	131	0,73
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PEDREIRAS	210	99	148	87	18	352	-142	1,68
	UPR DE CAXIAS - CAAE / CAXIAS	147	58	105	34	13	210	-63	1,43
	UPR DE PINHEIRO	150	63	69	3	1	136	14	0,91
	UPR DE AÇAILANDIA	194	150	106	52	4	312	-118	1,61
	UPR DE CHAPADINHA	114	118	58	28	4	208	-94	1,82
	UPR DE TIMON	356	215	42	75	2	334	22	0,94
	UPR DE IMPERATRIZ	355	245	120	98	1	464	-109	1,31
	UPR DE DAVINÓPOLIS	104	60	63	40	4	167	-63	1,61
	UPR DE BALSAS	169	129	95	4	0	228	-59	1,35
	UPR DE SANTA INÊS	120	101	57	22	0	180	-60	1,50
	UPR DE VIANA	66	82	44	26	1	153	-87	2,32
	UPR DE ROSÁRIO	177	62	61	40	1	164	13	0,93
	UPR DE BACABAL	165	192	39	29	1	261	-96	1,58
	UPR DE CODÓ	176	57	83	70	3	213	-37	1,21
	UPR DE CURURUPU	58	69	53	1	0	123	-65	2,12
	UPR DE COROATÁ	225	85	121	27	2	235	-10	1,04
	UPR DE ITAPECURU-MIRIM	134	101	66	46	0	213	-79	1,59
	UPR DE PORTO FRANCO	99	42	45	32	0	119	-20	1,20
	UPR DE ZÉ DOCA	141	70	43	22	0	135	6	0,96
	UPR DE CARUTAPERA	12	37	8	0	0	45	-33	3,75
	UPR DE PRESIDENTE DUTRA	112	78	5	5	0	88	24	0,79
	UPR DE GRAJAÚ	50	34	32	0	0	66	-16	1,32
	UPR DE GOV. NUNES FREIRE	30	17	4	0	0	21	9	0,70
	UPR DE BARRA DO CORDA	15	18	15	1	0	34	-19	2,27
	UPR DE CAROLINA	32	18	10	0	0	28	4	0,88
	UPR DE COLINAS	90	36	29	16	0	81	9	0,90
	UPR DE TUTOIA	12	35	3	1	0	39	-27	3,25
	UPR DE SÃO JOÃO DOS PATOS	120	70	51	8	0	129	-9	1,08
UPR's GRANDE ILHA + UPR's COMARCAS	45 Unidades	4.749	2.605	2.218	950	59	5.832	-1.083	1,23
		9.058	4.107	4.703	2.269	551	11.630	-2.572	1,28

Os dados das UPR's são repassados mensalmente pela SAEP – SEAP.

* O Excesso de lotação refere-se ao quantitativo de vagas que estão sobrando ou faltando em cada Unidade Prisional. (Numero de Presos menos o número de vagas)

** A Taxa de Ocupação é calculada dividindo o total de presos em cada Unidade pelo número de vagas disponíveis naquela Unidade.

Nova Nomenclatura das UPRs: Upr São Luis 1 (Penitenciária de Pedrinhas); Upr São Luis 2 (Cadet); Upr São Luis 3 (CCPJ Pedrinhas); Upr São Luis 4 (antiga PSL1); Upr São Luis 5 (antiga PSL2); Upr São Luis 6 (CDP Pedrinhas).



• MONITORAMENTO MENSAL DO SISTEMA PRISIONAL – JUNHO DE 2020
QUANTITATIVO DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO

UNIDADES	PRESOS CONDENADOS	PRESOS PROVISÓRIOS	TOTAL	VAGAS
UNIDADES PRISIONAIS DA CAPITAL	4.295	1.546*	5.841	4.309
UNIDADES PRISIONAIS DO INTERIOR	3.239	2.738*	5.977	4.863
APAC'S NO MARANHÃO	401	-	401	508
DELEGACIAS	-	-	-	-
TOTAL GERAL DE PRESOS NO ESTADO DO MARANHÃO			12.219***	9.680

* Existem presos sentenciados sem Guias de Execução constando ainda como presos provisórios, sendo que a UMF e a Corregedoria vêm regularizando essa situação com a expedição de guias por Unidades Prisionais, conforme resolução 113/2010 do CNJ;

** As 07 (sete) APACS criadas e instaladas no Estado contam com um total 401 recuperandos, no mês de junho/2020, conforme informações repassadas pelas SEAP;

***Os dados deste relatório vêm sendo extraídos regularmente dos Sistemas SIISP, (SEAP) e do SIGO (SSP), sendo que a última atualização de presos realizados em Unidades Prisionais e delegacias refere-se ao mês de junho/2020.

• QUADRO DE PRESOS NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

Unidades Prisionais			Sentenciados			Total por Unidade		Total de Ocupação/ Superlotação	
				Aberto					
UPR's na Grande Ilha 14 Unidades	UPR SÃO LUIS 1 (PP)	210	118	293	37	7	455	-245	2,17
	UPR SÃO LUIS 2 (CADET)	951	315	511	91	38	955	-4	1,00
	UPR SÃO LUIS 3 (CCPJ PEDRINHAS)	240	83	290	81	13	467	-227	1,95
	UPR SÃO LUIS 4 (PSL 1)	140	11	85	14	7	117	23	0,84
	UPR SÃO LUIS 5 (PSL 2)	432	267	251	75	27	620	-188	1,44
	UPR SÃO LUIS 6 (CDP PEDRINHAS)	600	267	407	71	30	775	-175	1,29
	CENTRO DE TRIAGEM	228	208	25	22	13	268	-40	1,18
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE SÃO LUIS	448	175	441	158	74	848	-400	1,89
	UPR FEMININA	324	98	94	60	4	256	68	0,79
	CAAE - SÃO LUIS	45	3	3	28	343	377	-332	8,38
	UPR DO ANIL	204	1	6	312	0	319	-115	1,56
	UPR - OLHO DÁGUA	189	0	0	246	0	246	-57	1,30
	UPR - MONTE CASTELO	250	0	0	86	0	86	164	0,34
	UPR DE PAÇO DO LUMIAR	48	0	0	52	0	52	-4	1,08
			1.546	2.406	1.333	556	5.841	-1.532	1,36



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

UPR's nas Comarcas 31 Unidades	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PINHEIRO	464	204	239	20	1	464	0	1,00
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE IMPERATRIZ	160	42	170	81	4	297	-137	1,86
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE TIMON	492	21	265	92	0	378	114	0,77
	PENITENCIÁRIA REGIONAL DE PEDREIRAS	210	107	141	84	19	351	-141	1,67
	UPR DE CAXIAS - CAAE / CAXIAS	147	54	110	33	10	207	-60	1,41
	UPR DE PINHEIRO	150	67	69	3	1	140	10	0,93
	UPR DE AÇAILANDIA	194	181	106	51	4	342	-148	1,76
	UPR DE CHAPADINHA	114	118	59	30	4	211	-97	1,85
	UPR DE TIMON	356	206	31	73	3	313	43	0,88
	UPR DE IMPERATRIZ	469	275	125	99	1	500	-31	1,07
	UPR DE DAVINÓPOLIS	104	64	65	39	5	173	-69	1,66
	UPR DE BALSAS	169	118	92	3	0	213	-44	1,26
	UPR DE SANTA INÊS	120	109	57	24	0	190	-70	1,58
	UPR DE VIANA	66	102	40	23	1	166	-100	2,52
	UPR DE ROSÁRIO	177	59	63	37	1	160	17	0,90
	UPR DE BACABAL	165	207	41	30	4	282	-117	1,71
	UPR DE CODÓ	176	51	80	72	2	205	-29	1,16
	UPR DE CURURUPU	58	75	41	1	1	118	-60	2,03
	UPR DE COROATÁ	225	83	118	31	3	235	-10	1,04
	UPR DE ITAPECURU-MIRIM	134	103	65	44	0	212	-78	1,58
	UPR DE PORTO FRANCO	99	47	45	33	0	125	-26	1,26
	UPR DE ZÉ DOCA	141	74	42	26	0	142	-1	1,01
	UPR DE CARUTAPERA	12	41	7	0	0	48	-36	4,00
	UPR DE PRESIDENTE DUTRA	112	82	5	5	0	92	20	0,82
	UPR DE GRAJAÚ	50	43	30	0	0	73	-23	1,46
	UPR DE GOV. NUNES FREIRE	30	23	5	0	0	28	2	0,93
	UPR DE BARRA DO CORDA	15	17	15	1	0	33	-18	2,20
	UPR DE CAROLINA	32	17	9	0	0	26	6	0,81
	UPR DE COLINAS	90	28	29	17	0	74	16	0,82
	UPR DE TUTOIA	12	41	3	1	0	45	-33	3,75
	UPR DE SÃO JOÃO DOS PATOS	120	79	48	7	0	134	-14	1,12
UPR's GRANDE ILHA + UPR's	45 Unidades	4.863	2.738	2.215	960	64	5.977	-1.114	1,23
		9.172	4.284	4.621	2.293	620	11.818		1,29

Os dados das UPR's são repassados mensalmente pela SAEP – SEAP.

* O Excesso de lotação refere-se ao quantitativo de vagas que estão sobrando ou faltando em cada Unidade Prisional. (Numero de Presos menos o número de vagas)

** A Taxa de Ocupação é calculada dividindo o total de presos em cada Unidade pelo número de vagas disponíveis naquela Unidade.

Nova Nomenclatura das UPRs: Upr São Luis 1 (Penitenciária de Pedrinhas); Upr São Luis 2 (Cadet); Upr São Luis 3 (CCPJ Pedrinhas); Upr São Luis 4 (antiga PSL1); Upr São Luis 5 (antiga PSL2); Upr São Luis 6 (CDP Pedrinhas).



• **COMPARATIVO ENTRE PRESOS DOS PRESÍDIOS, DAS DELEGACIAS E APAC'S**

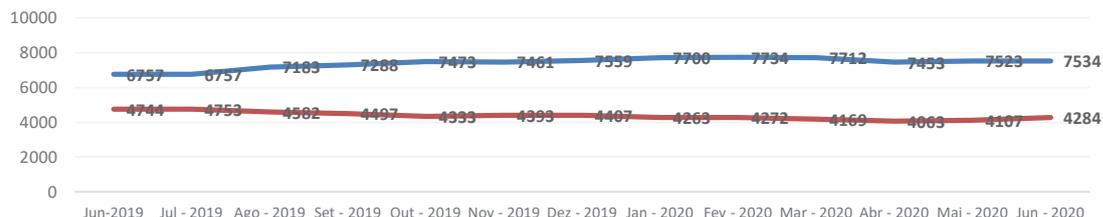
Período	Presos nas Unidades Prisionais	Presos nas Delegacias	Total de presos em UP e Delegacias	APAC'S	Total de Presos	Taxa de Ocupação	Taxa de Encarceramento a cada 100 mil hab
Abr - 2020	11.516	0	11.516	396	11.912	1,20	167,51
Mai - 2020	11.630	0	11.630	401	12.031	1,22	169,10
Jun - 2020	11.818	0	11.818	401	12.219	1,22	171,75

Dados repassados à Umf pela Seap e Apac's.

• **Total de Presos da Capital (Unid. Prisionais) x Total de Presos do Interior (Unid. Prisionais)**



• **Presos Provisórios X Definitivos em Unidades Prisionais**



• **População Carcerária no Maranhão**

	ABRIL 2020	MAIO 2020	JUNHO 2020
População Carcerária ¹	11.912	12.031	12.219
Número de Habitantes no Maranhão ²	7.114.598	7.114.598	7.114.598
População Carcerária por 100.000 habitantes (%) ³	167,43	169,10	171,75
Vagas nas Unidades Prisionais	9.566	9.566	9.680
Taxa de Superlotação ⁴	124,5%	125,77%	126,23%
Deficit de Vagas	2.346	2.465	2.539

¹ Presos da Unidades Prisionais e Apac's

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> - População Projetada

³ A População Carcerária indica o número de pessoas presas para cada cem mil habitantes. (Nº. Presos/ População*100.000)

⁴ Taxa de Superlotação indica a razão entre o número de pessoas presas e a quantidade de vagas existentes (Nº. Presos/Nº de Vagas*100)



• SISTEMA DE INFORMAÇÕES

O presente Programa aguarda reunião de Grupo de Trabalho específico para atualização.

• NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA VOLUNTÁRIA PROGRAMAS NAV

Visando monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação constitucional, penal e processual penal, leis extravagantes, recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Corregedoria Geral da Justiça, em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes, foi criada a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF), através da Lei nº. 9551, de 4 de janeiro de 2012, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O Núcleo de Assistência Voluntária – NAV foi criado através da Resolução nº. 62, de 10 de fevereiro de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça, e consiste em um dos mecanismos para ampliação do acesso para a população ao Poder Judiciário, e, com a aprovação da Lei nº. 9551, de 4 de janeiro de 2012, que cria a UMF, também tem por objetivo fomentar a instalação de NAV's, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Maranhão e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – MA), de acordo com o art. 1º, § 1º.

VIII – apoiar as ações dos projetos “Começar de Novo” e “Assistência Voluntária”.

O Programa NAV executado pela UMF realiza atendimento jurídico de presos e egressos do sistema carcerário, resolução de guias de execução, verificação de saídas temporárias, recebimento de denúncias e baixa de mandados de prisão cumpridos abertos.

Assim, em 2020 com o intuito de obter maior produtividade e melhor qualidade dos serviços, a UMF continua a desenvolver seus trabalhos de acordo com os tópicos a seguir:

Mutirão Carcerário Permanente;
Atendimento Jurídico;
Guias Provisórias e Definitivas;
Inspeções;
Saídas Temporárias;
Mandados de Prisão.

EIXOS DE ATUAÇÃO ATENDIMENTO JURÍDICO

A UMF recebe demandas presencialmente e através do SisUMF, estas oriundas da DPE, de egressos e de familiares de presos. Essas demandas incluem informações processuais e denúncias.

Segue informações do quantitativo mensal referente aos atendimentos cadastrados:

Solicitação	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020	Total
Informação Processual	11	3	39	102
Denúncia/ Reclamação	19	0	13	65
Baixa em Mandado de Prisão	19	24	55	147
Preso Provisório + 100 Dias	01	3	1	57
Inspeção em Estabelecimentos Penais	0	0	0	0

• GUIAS DE EXECUÇÃO

A UMF realiza desde o ano de 2013 a cobrança de guias de execução de réus presos, com o acompanhamento processual dos réus, fazendo análise individualizada pelos sistemas SisUMF, SEEU/CNJ, SIISP/MA, JURISCONSULT, SIGO e THEMIS PG. A movimentação processual é acompanhada tanto na vara de conhecimento, através das cobranças de confecção de guia de execução penal eletrônica, quanto na vara de execução, através das cobranças de recebimento de guia nas varas de execução.



Metodologia

Nº	AÇÃO ESTRATÉGICA
1	Ofícios do Coordenador Geral da UMF aos juízes cobrando confecção da guia;
2	Contato Telefônico com as Secretarias Judiciais para efetuar a cobrança, bem como orientação;
3	Ministração de Cursos SEEU/CNJ presencias nos Polos Judiciais para treinamento e capacitação dos servidores;
4	Orientação via telefone, para esclarecimentos quanto aos protocolos de confecção de guia de execução penal;
5	Solicitações via SisUMF disponível no site do TJMA https://sistemas.tjma.jus.br/umf e no site da UMF http://site.tjma.jus.br/umf
6	As solicitações são distribuídas aos servidores da Divisão Jurídica da UMF;
7	Enviado de ordem do Coordenador Geral da UMF/TJ, e-mail, com cópia ao Magistrado, à Secretaria da Unidade Judicial, onde tramita o processo de conhecimento, para cobrança da guia de execução penal em atraso;
8	Contato Telefônico com a Secretaria Judicial para efetiva cobrança contida no e-mail;
9	Não surtindo efeito, é enviado ofício via Digidoc, ao Juiz de Direito da Comarca/Vara cobrada, solicitando mais uma vez a confecção da guia de execução penal em atraso;
10	Novo contato telefônico para efetivar a cobrança contida no ofício;
11	Esgotadas todas as vias de cobrança via UMF/TJ, a demanda é encaminhada para a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) para providências, cominando, se necessário, em abertura de sindicância ou Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD)

Servidores Envolvidos

SERVIDORES
Maria Nery Paiva (Chefe da Divisão Jurídica)
José Ulisses Montes Gama
Paulo Rogério da Silva Amorim
Claylson Alves dos Santos
Willame Silveira Pinto
Wendel Rodrigues Pinto
Rafaela de Araújo Duarte

SISTEMAS

SEEU/CNJ
SIISP MA
JURISCONSULT
THEMIS PG

Quantitativo Mensal

SOLICITAÇÕES NO SISTEMA UMF (SisUMF)

	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020
GUIAS DISTRIBUÍDAS	16	38	32
GUIAS PENDENTES	406	216	187
GUIAS RESOLVIDAS	08	10	86
GUIAS NÃO RESOLVIDAS	0	0	8
TOTAL	430	264	313

Fonte: SisUMF (Sistema da UMF/TJ), em 30/06/2020.

*Guias Distribuídas: são as guias que foram cadastradas ou solicitadas no mês;

*Guias Pendentes: guias oriundas dos outros meses que ainda não possui resolutividade no mês atual;

*Guias Resolvidas: solicitações arquivadas com a guia na Vara de Execução;

*Guias Não Resolvidas: solicitações arquivadas sem resolutividade. Casos enviados a CGJ.

• QUADRO EVOLUTIVO DO QUANTITATIVO DE GUIAS DURANTE O ANO DE 2020

Período	Guias Distribuídas	Guias Pendentes	Guias Resolvidas	Guias não Resolvidas
Abr - 2020	16	406	8	0
Mai - 2020	38	216	10	0
Jun - 2020	32	187	86	8

• INSPEÇÕES

As Inspeções são realizadas pela UMF, no intuito de fiscalizar o cumprimento de pena dos presos



definitivos e provisórios, reunindo informações estatísticas acerca das Unidades Prisionais, verificando pendências processuais dos internos, averiguando

problemas de saúde e saúde mental, examinando a estrutura e a administração de cada UPR/Delegacia.

Abaixo, o calendário de inspeções 2020.

DATA	HORA	INSTITUIÇÃO	LOCAL	OBS.:
20/01/20	14:30	Centro Socioeducativo de Internação do Vinhais	São Luís	Ulisses
20/01/20	16:00	Centro Socioeducativo de Atendimento Inicial	São Luís	Ulisses
29/01/20	15:30	Centro Socioeducativo de Internação Provisória – Canaã	São Luís	Ulisses
30/01/20	08:30	Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar	São José de Ribamar	Ulisses
30/01/20	10:00	Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão	São Luís	Ulisses
31/01/20	10:00	Centro Socioeducativo Florescer	São Luís	Ulisses
31/01/20	10:30	Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida	Paço do Lumiar	Ulisses

Nota: Devido a pandemia do novo Coronavírus, não foi possível agendar novas inspeções nos estabelecimentos penais e de execução de medida socioeducativa;

• TEMPORADAS 2020 - COMPLEXO SÃO LUÍS

A saída temporária é um direito individual do preso que cumpre pena em regime semiaberto, que até a data da saída tenha cumprido um sexto da pena total se for primário, ou um quarto se for reincidente, além de ter boa conduta carcerária.

O juiz ao conceder a autorização para a saída temporária determina os critérios a serem cumpridos pelo preso. Caso desobedeça, perde o direito à futura saída e poderá sofrer a regressão do regime

prisional.

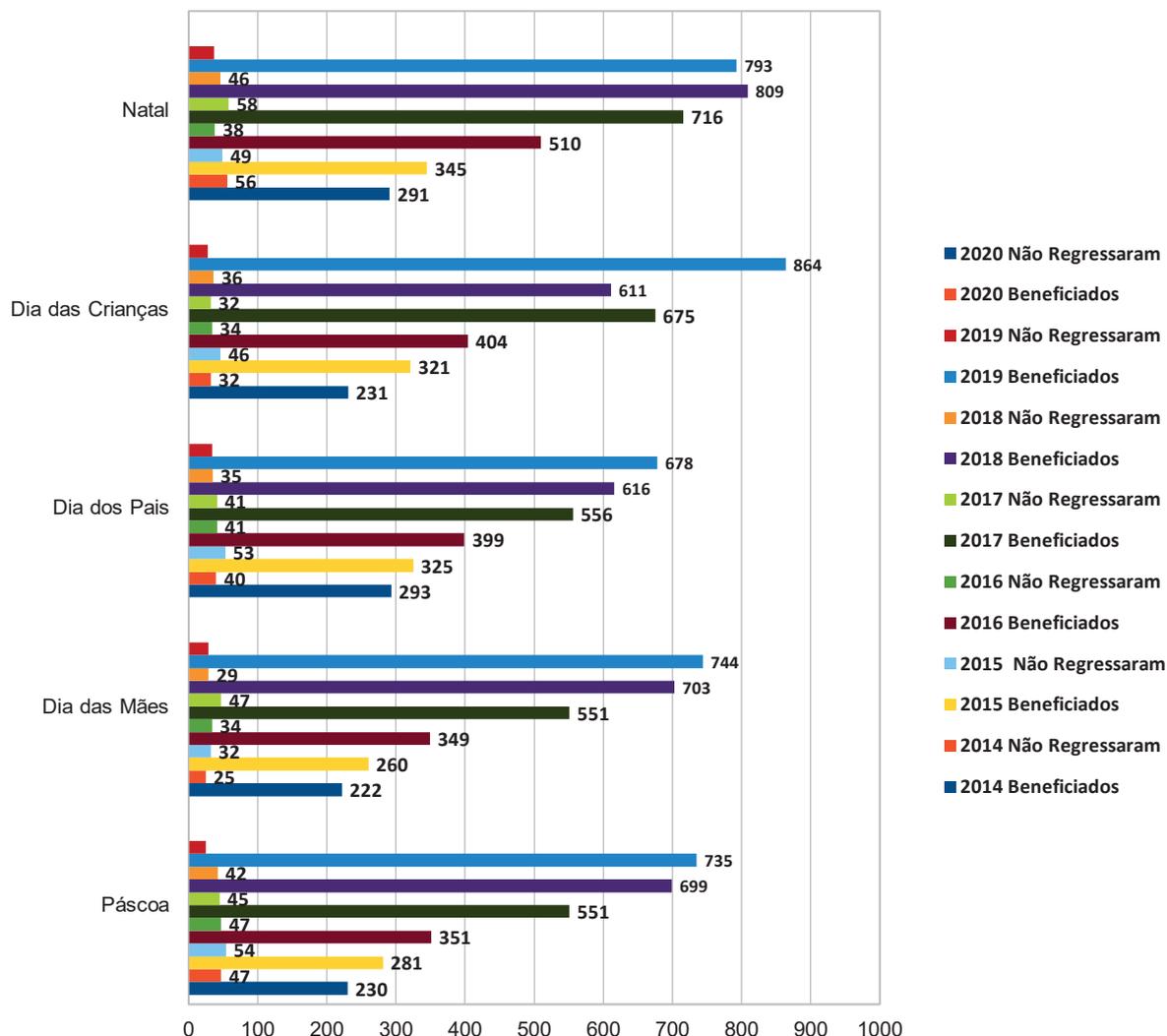
A saída temporária ocorre nas seguintes datas:

Natal/Ano Novo;
Páscoa;
Dia das Crianças;
Dia das Mães;
Dia dos Pais.

Nota: Devido a pandemia do novo Coronavírus, foi suspenso todos benefícios de saída temporária, por Recomendação Sanitária;



Saída Temporária



• MANDADOS DE PRISÃO

N.	AÇÃO ESTRATÉGICA
1	Solicitações recebidas ou cadastradas no SisUMF (DPE, SEAP, Delegacia Geral, egressos...)
2	Pesquisas nos Sistemas BNMP/JURISCONSULT/SIISP e THEMIS PG
3	Envio de E-mail para a comarca/vara solicitando a baixa do mandado ou informando o local da prisão para o efetivo cumprimento (Mandados em aberto no BNMP)
4	Envio de e-mail/ofício para a Secretaria de Segurança Pública solicitando a baixa (Mandado em aberto no SIGO/Polinter)
5	Recebimento de respostas para o arquivamento da demanda.

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Quantitativo em Solicitação para Baixa em Mandado de Prisão	24	12	13	19	24	55						
QUANTITATIVO ANUAL					147							

Fonte: SisUMF, extraído em: 30/06/2020



• MUTIRÕES CARCERÁRIO - GAPP

Considerando a emergência sanitária declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, em 11 de março de 2020, a última atualização dos dados deste programa ocorreu em dezembro/2019.

• PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

O presente Programa aguarda reunião de Grupo de Trabalho específico para atualização.

• CONSELHO DA COMUNIDADE

A criação do Conselho da Comunidade é imposição legal, prevendo o art. 80 da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal – a sua criação em todas as comarcas. Incumbência esta cometida ao Juiz da Execução Penal, conforme disposto no inciso IX do art. 66 daquela lei e por força do inciso IX do art. 61 da Lei Complementar nº 59/2001.

De acordo com o provimento nº 01/2005, que dispõe das regras gerais para criação do Conselho da Comunidade, em cumprimento ao disposto no art. 66, IX, da Lei nº 7.210/84. Esta Coordenadoria tem por objetivo, em relação aos **Conselhos da Comunidade**, de.

I - monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal, e leis extravagantes, as recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e da Corregedoria-Geral da Justiça, em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes;

X. - incentivar a instalação e o funcionamento dos Patronatos e Conselho da Comunidade.

Os Conselhos da **Comunidade** têm como atribuições legais visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar os presos; apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao **Conselho** Penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou

internado, em harmonia com a direção do respectivo estabelecimento prisional.

• CRONOGRAMA DE VISITAS E ATIVIDADES PARA 2020

Devido a pandemia do Covid-19 não houve inspeções e/ou visitas nos meses de abril, maio e junho de 2020.

• QUANTITATIVO DE COMARCAS COM E SEM CONSELHO DA COMUNIDADE

CCEP - CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL

MÊS	TOTAL DE COMARCAS	CCEP - INSTALADOS	CCEP - NÃO INSTALADOS
ABR - 2019	112	37	75
MAI - 2019	112	37	75
JUN - 2019	112	37	75
JUL - 2019	112	37	75
AGO - 2019	112	37	75
SET - 2019	112	37	75
OUT - 2019	112	37	75
NOV - 2019	112	37	75
DEZ - 2019	112	37	75
JAN - 2020	112	37	75
FEV - 2020	112	37	75
MAR - 2020	112	37	75
ABR - 2020	112	37	75
MAI - 2020	112	37	75
JUN - 2020	112	37	75



• CONSELHO DA COMUNIDADE EXISTENTE NO ESTADO DO MARANHÃO

ORDEM	COMARCA	VARA	JUIZ DA EXECUÇÃO	PRESIDENTE	TELEFONE E EMAIL
01	Amarante do Maranhão	Vara Única	Thiago Henrique Oliveira de Ávila	***	vara1_ama@tjma.jus.br (99) 3532-2177 / 2956
02	Bacabal	2ª vara	Glauca Helen Maia de Almeida	***	jorivia@yhoo.com.br / vara2_bac@tjma.jus.br (99) 3627-6306
03	Bacuri	Vara Única	Adriano Lima Pinheiro	***	vara1_bau@tjma.jus.br (98) 3392-1358
04	Balsas	2ª vara	Tonny Carvalho Araújo Luz	***	vara2_bal@tjma.jus.br (99) 3541-2424
05	Bom jardim	Vara Única	Bruno Barbosa Pinheiro	Adelia Iracilda C. M. Monteiro	vara1_bjar@tjma.jus.br (98) 3664-3069
06	Caxias	3ª vara	Marcela Santana Lobo	Elmany Machado Torres Neto	vara5_cax@tjma.jus.br (99) 3422-6783
07	Chapadinha	2ª vara	Welinne de Souza Coelho	***	vara2_cha@tjma.jus.br (98) 3471-1993
08	Codó	2ª vara	Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne	Lindojon Gerônimo Bezerra dos Santos	professorlindojon@hotmail.com / vara2_cod@tjma.jus.br (99) 3661-2306 / 6067
09	Coelho Neto	1ª vara	Paulo Roberto Brasil Teles de Menezes	José Ribamar dos Santos Alves	vara1_cneto@tjma.jus.br (98) 3473-2365
10	Colinas	1ª Vara	Silvio Alves Nascimento	***	vara1_col@tjma.jus.br (99) 3552-1253
11	Imperatriz	VEP	Mário Henrique Mesquita Reis	José Paulo Santana	paulosantana_77@hotmail.com / vep_itz@tjma.jus.br (99) 3529-2027
12	Matinha	Vara Única	Alistelman Mendes Dias Filho	Eidina do Nascimento Cutrim	eldinacutrim@hotmail.com (98) 3357-1295
13	Monção	Vara Única	João Vinicius Aguiar dos Santos	***	vara1_mon@tjma.jus.br (98) 3664-4547
14	Paço do Lumiar	2ª vara	***	Arcemar da Silva Nascimento	vara2_plum@tjma.jus.br (98) 3237-4013
15	Paraibano	Vara Única	Caio Davi Medeiros Veras	Daniel Furtado Veloso	daniel_fveloso@hotmail.com (99) 3554-0929
16	Parnarama	Vara Única	Sheila Silva Cunha	Dr. Celso Aranha Pinheiro Júnior	vara1_pan@tjma.jus.br (99) 3577-1005
17	Pastos Bons	Vara Única	Lyanne Pompeu de Sousa Brasil	Solange Maria de M. G. Araújo	ver.anaclaudia@uol.com/ (99) 3555-1151



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO 100 DIAS

18	Paulo Ramos	Vara Única	Francisco Crisanto de Moura	***	vara1_pram@tjma.jus.br (98) 3655-0789
19	Pedreiras	2ª Vara	Ana Gabriela Costa Ewerton	Leimar Reis Xavier	pri_morgana10@hotmail.com (99) 3642-7895
20	Penalva	Vara Única	Alistelman Mendes Dias Filho	Robison Jansen pereira	vara1_pen@tjma.jus.br (98) 3358-1320
21	Presidente Dutra	1ª vara	Michelle Amorim Sancho Souza Diniz	Raimunda Alves de Oliveira	vara1_pdut@tjma.jus.br (99) 3663-1695
22	Santa Helena	1ª Vara	Cynara Elisa Gama Freire	José Francisco Brito Costa	vara1_shel@tjma.jus.br (98) 3382-1215
23	Santa Luzia	1ª Vara	Marcelle Adriane Farias Silva	***	vara1_sluz@tjma.jus.br (98) 3654-5581
24	São Domingos do Azeitão	Vara Única	Hevelane da Costa Albuquerque	Luis Claudio Ramos Barros	vara1_sda@tjma.jus.br (99) 3545-1087
25	São José de Ribamar	2ª vara criminal	Ticiany Gedeon Maciel Palácio	Francisco Fontenell e de Aguiar	varacrim1_sjr@tjma.jus.br varacrim2_sjr@tjma.jus.br (98) 3224-0272
26	São Luis	Vara de execução penal	Márcio Castro Brandão	Gerson Lelis Costa	ccepma@hotmail.com vep_slz@tjma.jus.br (98) 98883-8245
27	São Mateus	Vara Única	Ricardo Augusto Figueiredo Moyses	***	vara1_smm@tjma.jus.br (99) 3639-1075
28	Timon	VEP	José Elismar Marques	Anacleto (Vice)	vara7_tim@tjma.jus.br (99) 3317-7115
29	Vargem Grande	1ª Vara	Paulo de Assis Ribeiro	***	vara1_vgran@tjma.jus.br (98) 3461-1447
30	Vitorino Freire	1ª Vara	Rômulo Lago e Cruz	Paulo V. da Costa	vara1_vfre@tjma.jus.br (98) 3655-2541
31	Santa Inês	2ª Vara	Luciany Cristina de Sousa Ferreira Miranda	***	vara2_sine@tjma.jus.br (98) 3681-4051
32	Timbiras	Vara Única	Pablo Carvalho e Moura	Dr. Bento Ribeiro Maia	vara1_tib@tjma.jus.br (99) 3668-1150
33	Alto Parnaíba	Vara Única	Carlos Jean Saraiva Saldanha	***	vara1_apar@tjma.jus.br (89) 3569-7539
34	Carolina	Vara Única	Mazurkiévicz Saraiva de Sousa Cruz	***	vara1_cal@tjma.jus.br (99) 3531-2197
35	Rosário	1ª Vara	Karine Lopes de Castro	José Ribamar Nogueira	nogueiravendedor@gmail.com (98) 3345-1553
36	Carutapera	Vara Única	Glauce Ribeiro da Silva	Carlos Enoque Nunes Farias	enoque-farias@hotmail.com (98) 3394-1355



37	Tutóia	Vara Única	Martha Dayanne Almeida de Morais Schiemann	***	vara1_usan@tjma.jus.br (98) 3479-1290
TOTAL DE CCEP – INSTALADOS			37		

CCEP - CONSELHO DA COMUNIDADE NA EXECUÇÃO PENAL

No Estado do Maranhão existem 37 Conselhos da Comunidade que fiscalizam diversas unidades penais. Os Conselhos de Comunidade do Estado são compostos seguindo os moldes do art. 80, da

Lei de Execução Penal, e apresentam mensalmente relatórios ao Juiz da Execução Penal. Há previsão de implantação de outros Conselhos de Comunidade no Estado do Maranhão.

• PEDIDOS DE CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE

CONSELHO DA COMUNIDADE EM FASE DE CRIAÇÃO

01	Comarca de Cururupu	Em andamento
02	Comarca de Cedral	Em andamento

• AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Conforme Recomendação nº 62/2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Audiências de Custódia foram não estão sendo realizadas desde o mês de março do corrente ano, em razão de risco de infecção pela Covid-19, conforme:

Art. 8º Recomendar aos Tribunais e aos magistrados, em caráter excepcional e exclusivamente durante o período de restrição sanitária, como forma de reduzir os riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerar a pandemia de Covid-19 como motivação idônea, na forma prevista pelo art. 310, parágrafos 3º e 4º, do Código de Processo Penal, para a não realização de audiências de custódia.

• MONITORAÇÃO ELETÔNICA

De acordo com a lei estadual nº. 9.551/2012, que criou a UMF/TJMA, cabe a mesma

VII – acompanhar a implantação e o funcionamento de sistema de gestão eletrônica da execução penal e de mecanismos de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;

Visando o cumprimento do inciso VII da referida

lei, a UMF/TJMA acompanha e disponibiliza mensalmente os números da monitoração por tornozeleira eletrônica fornecidos pela Supervisão de Monitoramento Eletrônico da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SME/SEAP). Este relatório é um instrumento de coleta de informações de interesse da sociedade em geral e, em especial, de órgãos que exercem atividades jurídicas, objetivando colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização do Sistema de Monitoramento Eletrônico, além de subsidiar ações governamentais de gestão do programa de vigilância monitorada.

Criada pela Lei nº. 10.462, de 31 de maio de 2016, a Supervisão de Monitoração Eletrônica – SME é o setor da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP responsável por gerir a monitoração eletrônica no Estado do Maranhão e hierarquicamente está subordinada à Secretaria Adjunta de Segurança Penitenciária – SASP, que por sua vez consiste em uma das três secretarias adjuntas desta Secretaria de Estado.

A SME funciona 24 horas, 7 dias por semana e atualmente conta com uma equipe de 40 (Quarenta) servidores na SME (central), além de pelo menos



58 (cinquenta e oito) servidores representantes e presentes nas atuais 28 (vinte e oito) Unidades de Suporte, que nada mais são do que as próprias Unidades Prisionais situadas no interior do Estado, que funcionam como polos descentralizados de ativação, desativação e manutenção.

Os servidores lotados na SME (central), além das atividades próprias de suporte às pessoas monitoradas da Comarca da Ilha de São Luís, são também os responsáveis pela Supervisão de todas as Unidades de Suporte do Sistema Penitenciário do Maranhão, além de gerir a logística de distribuição dos equipamentos e de realizar a monitoração eletrônica propriamente dita.

Com esta organização, a SEAP-MA pôde desenvolver ainda mais a gestão do setor, concentrando setores em atividades específicas, ao passo que mantém permanente especialização daqueles que se encontram na atividade de suporte operacional.

NÚMEROS

Os números relativos a monitoração eletrônica são fornecidos, à Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF/TJMA), pela **Supervisão de Monitoração Eletrônica da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SME/SEAP)** (email: monitoracao.eletronica@seap.ma.gov.br – fones (98) 991015583 / 992198113 / 992198265 / 982416230 / 992382613 / (98) 991015131).

Link SME

<http://www.seap.ma.gov.br/supervisao-de-monitoracao-eletronica/>

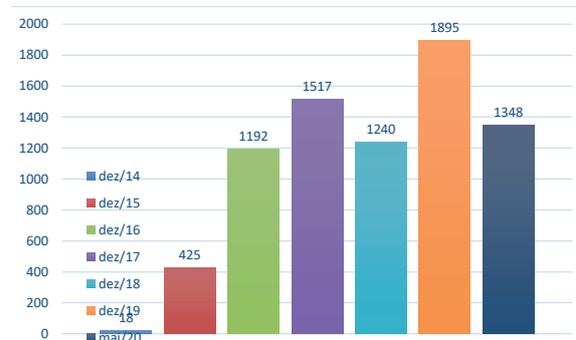
Unidades de Suporte - Regionalização

<http://www.seap.ma.gov.br/files/2017/04/REGIONALIZA%C3%87%C3%83O-ATUALIZADA-06.11.2017.xlsx>

Contatos das Unidades de Suporte

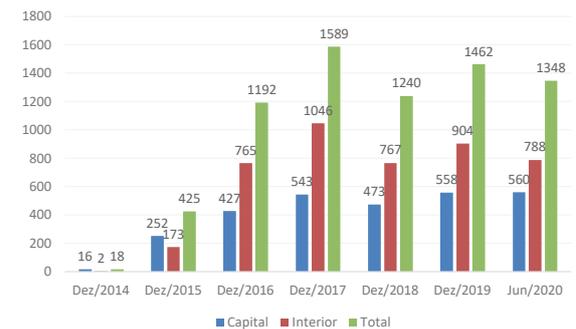
<http://www.seap.ma.gov.br/files/2017/04/ENDERE%C3%87OS-DAS-UNIDADES-DE-SUPORTE-1.pdf>

QUANTITATIVO DE MONITORADOS – DEZEMBRO DE 2014 / JUNHO DE 2020



Quantitativo de monitorados ativos de 2014 a 2020

Fonte: Relatório Junho/2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).



Quantitativo de monitorados ativos capital e interior por ano.

Fonte: Relatório Junho/2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

Quantitativo de monitorados por sexo, capital e interior

	HOMENS	MULHERES
Abril 2020	1.101	188
Mai 2020	1.072	179
Junho 2020	1.159	190

Obs: Vítimas Maria da Penha com dispositivo intitulado “botão do pânico” não entram na estatística



Tipos de Monitoração Eletrônica no Estado do Maranhão.

	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020
MARIA DA PENHA	58	55	37
DOMICILIAR INTEGRAL	185	182	229
DOMICILIAR NOTURNO	703	635	636
JUSTIÇA FEDERAL	09	11	11
COMARCA	129	103	84
OUTROS	204	218	40

Tipos de monitorados.

	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020
Provisório	923	888	864
Sentenciado Semiaberto	66	59	60
Sentenciado Aberto	150	144	152
Sentenciado Rec. Noturno	703	85	92
Sentenciado Integral	185	60	89
Sentenciado Comarca	29	10	19

Fonte: Relatório junho 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

Histórico de Ativações de Tornozeleiras Eletrônicas (Estado do Maranhão).

Período	Capital	Interior	TOTAL
Abril 2020	56	84	140
Mai 2020	50	50	100
Junho 2020	85	83	168

Fonte: Relatório junho de 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

Gráfico Evolutivo: Histórico de Ativações de Tornozeleiras Eletrônicas (Estado do Maranhão).



Quadro Evolutivo: Histórico de Desativações de Tornozeleiras Eletrônicas

	Motivo					TOTAL
	Des. por Decisão Judicial	Violação	Des. por Prisão	Óbito	Portaria Conjunta	
Abril 2020	04	01	05	01	39	51
Mai 2020	10	0	18	03	96	127
Junho 2020	10	5	32	1	137	185

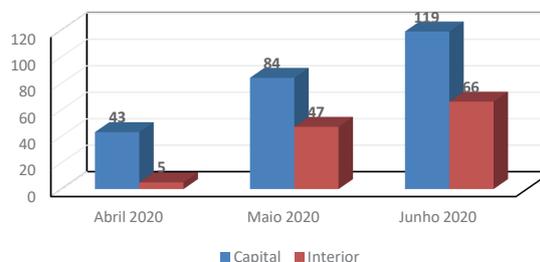
Fonte: Relatório jun de 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

Monitorados Inativos Capital e Interior Maranhão

	Abril 2020	Mai 2020	Junho 2020
Capital	43	84	119
Interior	5	47	66
Total	48	131	185

Fonte: Relatório junho de 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

Quantidade de Tornozeleiras Desativadas



• RELATÓRIO DE ESTOQUE DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS NOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2020

Situação	Quantidades		
	Abril	Mai	Junho
Tornozeleiras contratadas	6.000	6.000	6.000
Tornozeleiras ativas	1.288	1.265	1.359
Saldo contratual a ser solicitada a empresa prestadora de serviço	4.712	4.732	4.641

Fonte: Relatório junho 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).



Uso de Tornozeleiras Eletrônicas referente aos meses de abril, maio e junho de 2020 (Estado do Maranhão). (Art. 8º Portaria Conjunta 9/2017)

Monitorados próximo a 100 dias de uso de Tornozeleira Eletrônica

Mês	Quantidade
Abril 2020	89
Maio 2020	92
Junho 2020	89

Fonte: Relatório junho 2020 – Supervisão de Monitoração Eletrônica (SME/SEAP).

• PENAS ALTERNATIVAS

O presente Programa aguarda reunião de Grupo de Trabalho específico para atualização.

• SAÚDE PRISIONAL

Considerando a emergência sanitária declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, em 11 de março de 2020, a última atualização dos dados deste programa ocorreu em março/2020.

• MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Considerando a emergência sanitária declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, em 11 de março de 2020, a última atualização dos dados deste programa ocorreu em março/2020.

• MULHERES EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Considerando a emergência sanitária declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção causada pelo vírus SARS-CoV-2, em 11 de março de 2020, a última atualização dos dados deste programa ocorreu em março/2020.

• APAC

A UMF possui, dentre seus principais objetivos, o de articular a criação e instalação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) em todo o Estado do Maranhão, sendo uma entidade

civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, operando como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

De acordo com a lei nº. 9.551/2012, que criou a UMF, esta Coordenadoria tem por objetivo, em relação às APAC's, de De acordo com a lei nº. 9.551/2012, que criou a UMF, esta Coordenadoria tem por objetivo, em relação monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação penal e processual penal, e leis extravagantes, as recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e da Corregedoria- Geral da Justiça, em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes; XV. articular a criação e instalação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) em todo o Estado do Maranhão.

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – é uma entidade civil de Direito Privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. O trabalho da APAC dispõe de um método de valorização humana, vinculada à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar. Busca também, em uma perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

QUADRO EVOLUTIVO (Junho 2019 – Junho 2020)

Nº	APAC	Abril 2020	Maio 2020	Junho 2020
1	IMPERATRIZ	48	37	48



2	PEDREIRAS	105	123	122
3	SÃO LUIS	57	56	56
4	TIMON	82	89	88
5	VIANA	42	38	31
6	ITAPECURU MIRIM	35	34	33
7	BACABAL	27	24	23
TOTAL		396	401	401

1Metodologia: Procedimento 1 – Solicitação de informações para as APAC's através de ofícios, e-mails e/ ou Sistema Digidoc. Procedimento 2 – Verificação de APAC's que possuem número de presos inferior ao limite imposto pelo convênio de criação.

Percentual (%) de ocupação das APAC'S do maranhão

APAC	CAPACIDADE	OCUPAÇÃO		
		ABRIL 2020	MAIO 2020	JUNHO 2020
IMPERATRIZ	50	48	37	48
PEDREIRAS	140	105	123	122
SÃO LUÍS	90	57	56	56
TIMON	90	82	89	88
VIANA	60	42	38	31
ITAPECURU MIRIM	39	35	34	33
BACABAL	39	27	24	23

Juízes respondendo pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC

IMPERATRIZ	VEP DE IMPERATRIZ	JUIZ MARIO HENRIQUE MESQUITA REIS. marioreis@tjma.jus.br
------------	-------------------	--

PEDREIRAS	2ª VARA	JUÍZA ANA GABRIELA COSTA EWERTON. agcosta@tjma.jus.br
SÃO LUIS	1ª VEP DE SÃO LUIS	JUIZ MÁRCIO CASTRO BRANDÃO. amvieira@tjma.jus.br
TIMON	VEP DE IMPERATRIZ - 3ª VARA CRIMINAL	JUIZ JOSÉ ELISMAR MARQUES. elismar@tjma.jus.br
VIANA	1ª VARA	JUÍZA ODETE MARIA PESSOA MOTA TROVÃO. ompmota@tjma.jus.br
ITAPECURU MIRIM	2ª VARA	JUÍZA MIRELLA CÉZAR FREITAS. mcfreitas@tjma.jus.br
BACABAL	2ª VARA CRIMINAL	GLAUCIA HELEN MAIA DE ALMEIDA galmeida@tjma.jus.br

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - Supervisão APAC

SUPERVISÃO DA METODOLOGIA APAC E COGESTÃO – RAYANNA CHAVES ARAÚJO

Contato: 9 9112-5940 e-mail: apac@seap.ma.gov.br

PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE DESTA SUPERVISÃO

NOME	FONE	E-MAIL
RAYANNA CHAVES ARAÚJO	(098)9 9963-2062	rayanna25@yahoo.com.br
AMILTON SANTOS OLIVEIRA	(098)9 9135-6759	oamilton@ibest.com.br
MARTHA ISABEL GOMES DE MOURA PINTO	(098)9 9602-8080	marthapinto@terra.com.br
ROSIMEYRE DE ALMEIDA PEREIRA	(098)9 8891-8830	

FBAC – FRATERNIDADE BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

MARCELO MOUTINHO	(037) 99955-5434	whatsapp
	(098) 99212-9947	funcional



• SITUAÇÃO INDIVIDUAL DAS APAC`S

APAC DE IMPERATRIZ

DIRETORIA							CONTATOS
PRESIDENTE		Pe. ELISVALDO CARDOSO SILVA				(99) 3524-2359 / 99183-4001	
ENDEREÇO							
RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 400, CENTRO - IMPERATRIZ/MA							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	PROVISÓRIO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL
Abril/20	50	27	0	21	0	0	48
Maiο/20	50	17	18	2	0	0	37
Junho/20	50	27	19	2	0	0	48

APAC DE PEDREIRAS

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE		YURE CAVALCANTE DE SOUSA				(99)3642-7334/98163-1042 / 98115-0826 / 98115-1346	
ENDEREÇO							
ROD. MA 122, KM 26, POVOADO BARRIGUDA DO INSONO, CEP: 65725-000 PEDREIRAS-MA							
PERIODO	VAGAS	PROVISÓRIO	FECHADO	SEMIABERTO	ABERTO	TOTAL	
Abril/20	140	0	68	37	0	105	
Maiο/20	140	2	101	20	02	123	
Junho/20	140	1	95	22	04	122	

APAC DE SÃO LUIS

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE		GERSON LELIS COSTA				(98) 98883-8245	
ENDEREÇO							
RUA MERCÊS Nº 1055, POVOADO MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL	
Abril/20	90	35	22	0	0	57	
Maiο/20	90	44	11	1	0	56	
Junho/20	90	44	11	1	0	56	

APAC DE TIMON

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE		MARIA DO SOCORRO SILVA MACHADO				(86) 3212-4114	
ENDEREÇO							
RUA ELIZETE DE OLIVEIRA FARIAS, SN, PARQUE PIAUÍ, CEP: 65631-230 TIMON/MA							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	PROVISÓRIO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL
Abril/20	90	56	0	26	0	0	82
Maiο/20	90	66	0	23	0	0	89
Junho/20	90	65	1	22	0	0	88



APAC DE VIANA

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE			MARIA CRISTINA RODRIGUEZ			(98)3351-0893/98742-2975	
ENDEREÇO							
AV. JORGE ABRAÃO DUAILIBI, N/S, 497, BAIRRO CITEL, CEP: 65215-000 VIANA/MA							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	PROVISÓRIO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL
Abril/20	60	22	0	20	0	0	42
Maior/20	60	21	11	06	0	0	38
Junho/20	60	22	7	2	0	0	31

APAC DE ITAPECURU-MIRIM

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE			JUCEY SANTOS DE SANTANA			(98) 3463-1128 / 99994-3777	
ENDEREÇO							
RUA DA CAEMA, S/N, CEP: 65485-000 - ITAPECURU MIRIM - MA							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL	
Abril/20	39	23	12	0	0	35	
Maior/20	39	27	06	01	0	34	
Junho/20	39	26	6	1	0	33	

APAC DE BACABAL

DIRETORIA						CONTATOS	
PRESIDENTE			***			(99) 98262-8934/98125-4775/3621-1280	
ENDEREÇO							
Rua Manoel Alves de Abreu, s/n - Centro - Bacabal-MA							
QUANTITATIVO DE VAGAS							
PERIODO	VAGAS	FECHADO	SEMIABERTO	ABERTO	DOMICILIAR	TOTAL	
Abril/20	39	16	11	0	0	27	
Maior/20	39	16	08	0	0	24	
Junho/20	39	15	08	0	0	23	

• COMEÇAR DE NOVO

Em 2019 com a edição do Programa Justiça Presente que é desenvolvido em parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para o enfrentamento do estado de crise do sistema penal.

O Justiça Presente está dividido em 4 eixos de atuação e entre eles o de políticas de cidadania, Eixo 3, que vem redefinindo o Programa Começar de Novo, inclusive a partir da metodologia dos

Escritórios Sociais conforme prescreve a Resolução Nº 307/19, que trata da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.

Com esse novo direcionamento, o Programa Começar de Novo, passa a atuar a partir de 3 linhas de ação: Construção da Rede de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional, Implementação da Lei Estadual Nº 10.182/14 e Documentação (Certidão de Nascimento e de Casamento).

Em razão do período de pandemia pelo novo



Coronavírus – Covid-19 e objetivando a prevenção o Tribunal de Justiça do Maranhão, seguindo a orientação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Resolução Nº 313, de 19 de março de 2020, expediu a Portaria-Conjunta Nº 142020 e uniformizou o funcionamento dos serviços judiciários e definiu a suspensão dos trabalhos presenciais “de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias”, assegurando “a manutenção dos serviços essenciais” e organizando-os a partir da “metodologia de prestação de serviços, prioritariamente, em regime de trabalho remoto...”

Desse modo o Programa Começar de Novo, no período, executou expediente interno: atividades administrativas, recebimento de documentos, articulação para a construção da RAESP e reuniões por vídeoconferência.

• REUNIÕES

Abril 2020

08/04 – Reunião por vídeo conferência com a Coordenadora Estadual do Justiça Presente para tratar sobre a Resolução Nº 307/19, do Conselho Nacional de Justiça que versa sobre a Política Nacional de Atenção as Pessoas Egressas no âmbito do Poder Judiciário.

16/04 – Participação da equipe do Programa juntamente com a Coordenadora Estadual do Justiça Presente no Maranhão, no Webinário – Qualificação dos Escritórios Sociais, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça através do Programa Justiça Presente, para tratar da implementação da Metodologia dos Escritórios Sociais, da execução dos Planos de Trabalhos elaborados, da gestão dos Escritórios Sociais e do Monitoramento das atividades.

23/04 – Participação da equipe do Programa no Webinário sobre o Eixo 3 do Programa Justiça Presente, que objetivou discutir estratégias de integração entre o Começar de Novo e a Política Nacional de Atenção às pessoas egressas no âmbito do Poder Judiciário, conforme previsto na Resolução Nº 307/19 do Conselho Nacional de Justiça.

Maio 2020

07/05 – Participação da equipe do Programa e o Coordenador executivo da UMF, na Apresentação online de Diretores e Gestores do Sistema Prisional, organizada pelo Departamento Penitenciário.

27/05 – Reunião por vídeo conferência para apresentação do Programa Justiça Presente pela Coordenadora estadual à nova chefe do Programa Começar de Novo. Na ocasião tratou-se também sobre a redefinição do Começar de Novo e da formação da Rede de Apoio à Pessoa Egressa do Sistema Prisional.

28/05 – Reunião por vídeo conferência de apresentação do trabalho da Supervisão de Reintegração Social da SEAP, realizada pela chefe da supervisão que tratou ainda da Política de Atenção ao Egresso, para a nova chefe do Programa Começar de Novo.

29/05 – Reunião por vídeo conferência da equipe do Começar de Novo com a Coordenadora estadual do Justiça Presente, para tratar sobre o novo direcionamento do Programa, a partir da Resolução Nº 307 do Conselho Nacional de Justiça, além de tratar sobre o trabalho em rede e documentação aos apenados e da retomada de discussão sobre incentivo fiscal aos empresários que empregarem mão de obra de pessoas apenadas e egressas do sistema carcerário.

Junho 2020

02/06 – Participação da equipe do Programa na videoconferência que tratou do Decreto da Lei Estadual Nº 10.182/14 e do Fluxo, com a representante do Programa Justiça Presente e representantes da SEAP.

10/06 – Participação na reunião por videoconferência que tratou sobre o Projeto de Biometria do Programa Justiça Presente que será realizada nos presídios do Maranhão.

15/06 – Participação na 1ª reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do ano, realizada por videoconferência,



que teve como pauta os aspectos relacionados à Covid-19 nas unidades prisionais, inspeções virtuais e monitoramento eletrônico.

23/06 – Participação na palestra realizada pela Corregedoria Geral da Justiça, em rede social, que tratou da temática “O papel do Estado no combate à tortura no sistema prisional”, tendo como mediador o Des. Marcelo Moreira e como convidado o secretário de administração penitenciária, Murilo Andrade.

24/06 – Discussão em videoconferência com a representante do Programa Justiça Presente no

Maranhão e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, sobre a construção da Rede de Apoio as Pessoas Egressas – RAESP no Estado.

25/06 – Realização de videoconferência com a supervisora do Psicossocial da SEAP, para tratar sobre documentação e registro de filhos de pessoas presas.

30/06 – Reunião em videoconferência com a representante estadual do Programa Justiça Presente e a supervisora da Reintegração Social da SEAP, objetivando tratar do levantamento de Ativos para a RAESP.

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL





• REVISÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

Continuidade do processo de revisão do PLS, que está em fase da etapa de validação dos novos indicadores e metas pelos diretores e setores estratégicos envolvidos na metodologia de trabalho. O PLS é uma ferramenta de gestão que permite ao Judiciário ter um planejamento e acompanhamento do consumo de bens e serviços de forma racional e com economicidade dentro de parâmetros sustentáveis, conforme o Planejamento Estratégico do órgão.

• USO EFICIENTE DE INSUMOS E MATERIAIS

Alinhamento com a Diretoria de Informática sobre a nova formatação do sistema Monitor que integrará o Business Intelligence (BI) do TJMA, por meio do sistema de material usado pela Divisão de Material do TJMA. O BI permitirá o acompanhamento em tempo real do consumo de materiais, conforme previsto no projeto-piloto. O novo formato do Monitor ocorre pela mudança do sistema de material Emat, que está em fase de substituição.

• QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Análise de um novo formato para realização do Programa de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho que, em decorrência da pandemia não poderá ocorrer de forma presencial. A análise e estudo ocorre entre a equipe do Núcleo Socioambiental e a Diretoria de Recursos Humanos (Coordenadoria Médica – Divisões Médica e Psicossocial). O Programa ocorre desde 2016 em parceria com a UFMA.

• GESTÃO DE RESÍDUOS

Mesmo no período da quarentena, o Núcleo continuou acompanhando a coleta de resíduos

na sede do TJMA e Centro Administrativo com o apoio da equipe da empresa Gestor. De abril a junho foram coletados 9,9 toneladas de resíduos sólidos (papel, papelão (incluindo processos judiciais e administrativos descartados pelo Arquivo do Fórum), plástico, pet e metal e 34,2 kg de resíduos de saúde descartados pelos servidores, Casa da Criança e divisões médicas do TJMA.

A Campanha “Resíduo e Lixo no lugar certo – Saúde para todos e renda para os catadores” foi criada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e pela juíza da comarca de Itapecuru, Mirela Freitas (Projeto Teia de Sustentabilidade) para incentivar o descarte de materiais recicláveis por condomínios e gerar renda para os agentes ambientais da Cooperativa de Reciclagem de São Luís (Coopresl) no período em que os ecopontos ficaram desativados devido a pandemia. A mobilização alcançou de abril a junho deste ano, 9,2 toneladas, entre plástico, papel, papelão e latas de alumínio, coletados em residências de diversos bairros de São Luís.

Os cuidados com a saúde dos catadores durante a coleta do lixo contaminante gerado pela pandemia, como luvas, máscaras, e lenços também foi outro mote da campanha. Medidas que contribuem para a saúde de todos, por meio de ações que ajudam a evitar a proliferação da Covid-19, evidenciando orientações para o tratamento do lixo e resíduos.

Por meio da campanha, a Coopresl também ampliou os locais de coleta com a adesão de 17 condomínios que continuarão separando os recicláveis depois da quarentena e abertura dos ecopontos de São Luís.

• EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Videoconferências e estudos com a presidência do TJMA para definir estratégias referentes a implantação da usina de energia fotovoltaica do Judiciário maranhense.



• **SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

- 1 - Realização do curso EAD “Introdução à Gestão Socioambiental” em parceria com a Esmam.
- 2 - Lançamento do Prêmio TJMA Sustentável no

dia 5 de junho, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

- 3 – Articulação e pesquisa para realização das lives durante a Semana do meio Ambiente.

PRÊMIO TJMA sustentável

5 de junho
DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Ao vivo, às 10h, pelo youtube
youtube/tjmaoficial

Logos: Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça, NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL TJMA sustentável, RADIOWEB JUSTIÇA DO MARANHÃO

Semana do Meio Ambiente

RESÍDUOS DE INFORMÁTICA
NÃO devem ser descartados em lixo comum

Logos: RADIOWEB JUSTIÇA DO MARANHÃO, ESMAM, NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL TJMA sustentável, Poder Judiciário do Maranhão Tribunal de Justiça

lives **Semana do Meio Ambiente**

5 a 12/06, às 18h, pelo Instagram @tjmaoficial



Moderador
Desembargador Jorge Rachid
Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA



5/6
A Sustentabilidade nas rotinas do Judiciário
Desembargador Lourival Serejo
Presidente do TJMA



8/6
Sustentabilidade em época de pandemia
Juiz Douglas Martins
Vara de Interesses Difusos e Coletivos



9/6
Gestão de resíduos como demanda judiciária e geração de renda
Juiza Mirella Freitas
Comarca de Itapecuru Mirim



10/6
Cidadania e Meio Ambiente
Fernando Barreto
Promotor do Meio Ambiente

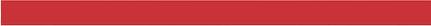


11/6
Ações socioambientais no ambiente universitário
Profª Andrea Araújo
Assessora de Gestão Ambiental da UEMA



12/6
Qualidade de vida no ambiente de trabalho
Profº Dr. Fernando Carvalho
Pró-Reitor da Agência de Inovação da UFMA





ESMAM





• **ALINHAMENTO DA ESMAM ÀS METAS DA GESTÃO (2020 – 2022)**

Como órgão principal de aperfeiçoamento dos magistrados e demais profissionais que atuam no Judiciário Estadual, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) apresentou no início da atual gestão plano de trabalho alinhado às metas da mesa diretora para o biênio de 2020 a 2022. No planejamento, o diretor da escola, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, elencou ações de formação continuada para magistrados, capacitação de servidores e outras iniciativas que incentivam a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes, desenvolvimento da ciência do direito, aperfeiçoamento na elaboração, interpretação e aplicação das leis, bem como a efetivação da justiça.

• **COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**

Também na atual gestão, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão, o desembargador Froz Sobrinho, por meio da Portaria nº 92020, constituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) - parte integrante do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa (PPGP-ESMAM) e responsável por coordenar a auto avaliação institucional. A comissão atuará na implementação e coordenação dos processos de avaliação, especificamente em cursos e atividades correlatas à pós-graduação e, oportunamente, à Escola de Governo do Judiciário, em processo de credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC).

• **REGIME DIFERENCIADO DE TRABALHO**

Os 100 primeiros dias da atual gestão coincidiram com o período da pandemia de coronavírus, situação que impôs o isolamento social como medida sanitária e de segurança à saúde. Para garantir a continuidade das atividades da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, foi adotado regime diferenciado de trabalho, com gerenciamento das demandas internas por meio de ferramentas digitais, além da readequação do calendário de cursos e ampliação da oferta de atividades a distância – formação

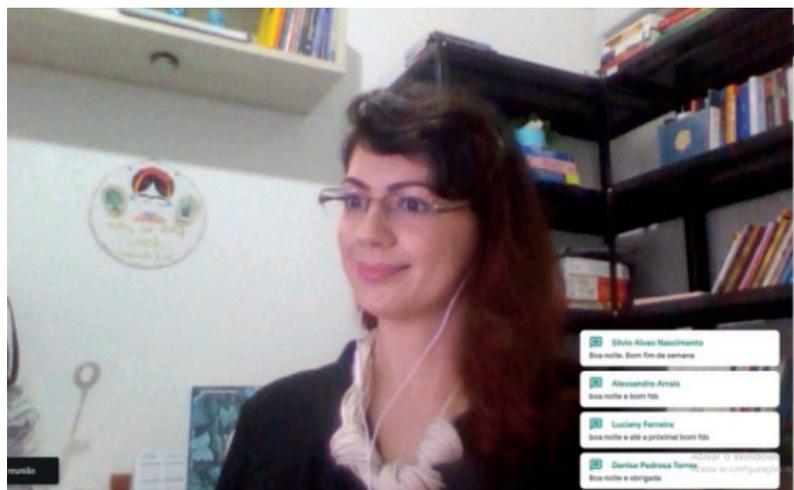
continuada, palestras, capacitação, congressos, seminários, pós-graduação e cursos de extensão.

• **PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

De abril a julho, a oferta de cursos pela plataforma de Educação a Distância (EAD-ESMAM) foi ampliada, atingindo o triplo do total de atividades realizadas no primeiro semestre de 2019. O esforço resultou na contratação de 20 tutores e formadores locais e externos que atuaram em 24 novos cursos virtuais e cursos de extensão. Por meio das redes sociais foram realizadas 15 palestras ao vivo e webinários promovidos pela escola judicial ou em parceria com o Tribunal de Justiça, Corregedoria de Justiça, Associação dos Magistrados.

PARA MAGISTRADOS

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA MAGISTRADOS	11
ESPECIALIZAÇÃO	1
CURSO DE EXTENSÃO	2
HORAS-AULAS	160
TUTORES CONTRATADOS	7
VAGAS OFERTADAS	194



Para os juízes foram ofertadas 194 vagas em 11 cursos de formação continuada, com duração de 30 a 40 horas, conforme determina a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (Enfam). Os magistrados também participaram de curso de extensão em **Justiça**



Restaurativa e deram continuidade, com aulas a distância, à **Especialização em Gestão Judiciária**, promovida em parceria com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Parcerias com escolas dos tribunais estaduais e com a própria Enfam viabilizaram o compartilhamento de outros 10 cursos para os magistrados maranhenses, além da participação em webinários e congressos virtuais.

• CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

1. Formação de Tutores no Contexto da Magistratura – Turma 1
2. Alienação Parental e o Judiciário: compreendendo os vieses constitucionais, familistas e infanticistas
3. Processo de Conhecimento no CPC/2015: principais controvérsias
4. Português Forense para Magistrados
5. Multiparentalidade
6. Gestão de Conflitos nas Organizações e Relações Interpessoais no Ambiente de Trabalho
7. Media Training: relações da magistratura e da imprensa na atualidade
8. Formação de Tutores no Contexto da Magistratura – Turma 2
9. Curso de Extensão Círculos em Movimento – metodologia para justiça restaurativa – Turma 1
10. Curso de Extensão Círculos em Movimento – metodologia para justiça restaurativa – Turma 2

TOTAL DE VAGAS = 194

• CURSOS COMPARTILHADOS COM A AUTORIZAÇÃO DA ENFAM

1. Organização Criminosa - Lei 12.850/2013 (EMERJ-TJRJ)
2. Gestão de Pessoas (EMERJ-TJRJ)
3. Media Training (EMERJ-TJRJ)
4. Gestão de Pessoas (UNICORP-TJBA)
5. Gestão Cartorária (UNICORP-TJBA)

6. Improbidade Administrativa (EJURR-TJRR)
7. Tribunal do Júri (EJUSE-TJSE)
8. Sistema de Justiça (Enfam)
9. Direito da Antidiscriminação (Enfam)
10. Ciclo de cursos livres semanais com certificação pela EJUD-PI

• PARA SERVIDORES E PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA



CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES	14
ESPECIALIZAÇÃO	1
CURSO DE EXTENSÃO	2
HORAS-AULAS	320
TUTORES CONTRATADOS	10
VAGAS OFERTADAS	1.135

Os servidores participaram de 14 cursos de capacitação e treinamentos autoinstrucionais, além de aulas na Especialização em Gestão Judiciária e no curso de extensão em Justiça Restaurativa (Metodologia de Círculos em Movimento), totalizando 1.135 vagas ofertadas. De acordo com dados da Supervisão de Educação a Distância - responsável pelo gerenciamento das aulas -, o aproveitamento por parte dos alunos atingiu cerca de 80%.

• CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES

1. Gestão de Pessoas



2. Introdução à Gestão Socioambiental
3. Libre Office Writer
4. Língua Portuguesa-Tópicos Gramaticais
5. Noções sobre Constelações Familiares e sua aplicação no Direito
6. Introdução à EaD Esmam
7. Padronização e Rotina de Secretaria Judicial
8. Libre Office Impress
9. Direito Notarial e Registral -Turma I
10. Direito Notarial e Registral -Turma II
11. Círculos em Movimento – metodologia para justiça restaurativa – 1
12. Círculos em Movimento – metodologia para justiça restaurativa – 2
13. Hospitalidade no Judiciário

TOTAL DE VAGAS = 1.135

• PÓS-GRADUAÇÃO

Especialização Em Gestão Judiciária (TURMA 1) – SÃO LUÍS)

Especialização Em Gestão Judiciária (TURMA 2) – (IMPERATRIZ)

• ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO JUDICIÁRIA – POLOS SÃO LUÍS E IMPERATRIZ

(Imagem 4)

Nesse período, servidores e magistrados de São Luís retomaram as aulas do curso de especialização em Gestão Judiciária, através de videoaulas e videoconferências através da plataforma EAD da UFMA, parceira institucional da pós-graduação ofertada pela ESMAM. Também foi publicado o Edital para inscrições na nova turma da especialização, com 50 vagas destinadas aos profissionais do polo judicial de Imperatriz.

• CURSO DE EXTENSÃO - NOÇÕES BÁSICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

(Imagem 5)

Duas turmas do curso de extensão Círculos em Movimento – inovadora filosofia sobre gestão de conflitos e importante metodologia para colocar

Círculos em Movimento



em prática a justiça restaurativa - foram abertas nos meses de junho e julho, com cerca de 300 participantes, entre magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão, além de profissionais e operadores do direito que atuam no sistema de justiça. O treinamento conta com parceria da Escola da Magistratura da AJURIS (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul) e do Instituto Terre des Hommes Brasil.

• AMBIENTAÇÃO DOS NOVOS SERVIDORES

Em tempos de pandemia, para garantir a ambientação dos novos servidores nomeados na atual gestão, a ESMAM produziu material em vídeo com conteúdo informativo sobre as áreas de atuação do Judiciário Estadual, bem como orientações àqueles que estão ingressando no Tribunal de Justiça.

• PALESTRAS E EVENTOS AO VIVO

Nesse Período, dezenas de palestras ao vivo (lives) foram transmitidas pelo perfil oficial do ESMAM no Instagram (@esmam_tjma), aos mais de quatro mil seguidores da escola judicial maranhense. A escola apoiou ainda a realização de eventos digitais de outros órgãos do Judiciário. As mídias estão disponíveis na plataforma EAD-ESMAM, assim como mais de 50 opções de videoaulas, seminários e cursos com palestrantes que são referência na área jurídica e de administração pública.



• VEJA OS CONTEÚDOS DISPONÍVEIS PARA ASSISTIR

• Desafios e Inovações do Planejamento no Judiciário, com a juíza Sônia Amaral Fernandes, coordenadora de Planejamento Estratégico, da Corregedoria Geral de Justiça, sob a mediação da juíza Michelle Sancho (TJMA).

• Ações previdenciárias em tempos de pandemia, com os procuradores federais Marcelo Lauande Bezerra e Pedro Ivo da Conceição Gonçalves, sob mediação do juiz Antonio Queiroga (TJMA).

• Masculinidades na Pandemia - auto-cuidado, sexualidades e violências, com o doutor em psicologia e estudos psicanalíticos Felipe Lattanzio, coordenador geral do Instituto Albam - de projetos ligados às questões de gênero, sob mediação da assistente social Danyelle Bitencourt, coordenadora administrativa da CEMULHER/TJMA.

• Aspectos Penais da Lei Anticrime, com o Juiz Federal Michael Avelar, mediado pela juíza do TJMA Marcela Lobo.

• Novos paradigmas da magistratura brasileira em tempos de pandemia, com o juiz do TJPI e vice-presidente de cultura e tecnologia da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Thiago Brandão de Almeida. A mediação é do juiz Ferdinando Serejo (TJMA).

• Reflexos da Covid-19 nas Relações Empresariais - com o jurista Daniel Carnio Costa, juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), professor do departamento de direito comercial da PUC/SP, doutor em Direitos Difusos e Coletivos. Participa como mediador o juiz Anderson Sobral (TJMA).

• Judicialização da Saúde em tempos de Pandemia - com o juiz federal Clenio Schulze, mestre e doutor em Ciência Jurídica, sob a mediação do juiz Marco Adriano Fonseca (TJMA).

• Conciliação Cooperativa Sistêmica no Judiciário - com Gracília Amorim (pós-graduada em Direito Sistêmico pela Helinger Shule), e a coordenadora da Comissão de Direito Sistêmico da OAB de Niterói (RJ) e Ariete Campello, sob mediação da juíza Ariane Mendes (TJMA).

• Inteligência Artificial no Sistema de Justiça - com Braulio Gabriel Gusmão, juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sob mediação do juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior (TJMA).

• Inadimplemento Contratual em Tempo de Pandemia - com Luciano Timm, advogado, professor, doutor em Direito, Secretário Nacional do Consumidor; sob mediação do juiz Holidice Barros.

• Impactos da Covid-19 na área ambiental, com Alexandre Sion, advogado e presidente da ABDEM; e mediação do juiz Douglas Martins (TJMA).

• Medidas de prevenção à Covid-19 e cuidados, com a médica Maíra Santos, da Divisão Médica do TJMA; e mediação da diretora de Recursos Humanos do TJMA, Mariana Clementino.

• Desafios Cartorários Frente a Pandemia, com a tabeliã Fernanda de Freitas Leitão (15º Cartório de Ofícios do Rio de Janeiro), sob a mediação da juíza Sara Fernanda Gama (TJMA).

• OAB Timon - Mediação para advogados, com o juiz Rogério Monteles (TJMA)

• O sistema prisional brasileiro no contexto da Pandemia da Covid-19, com Juliana Sanches, advogada criminalista, coordenadora-adjunta do IBCCRIM-RJ, e mediação da juíza Mirella Freitas (TJMA).



- Golpes virtuais e fake news em tempos de Coronavírus, com o professor Walter Capanema e mediação do juiz Ferdinando Serejo (TJMA).

- A magistratura e as técnicas de solução consensual dos conflitos, com o juiz Maurício Cunha (TJMG) e mediação do juiz Alexandre Abreu (TJMA).

• REPOSITÓRIO COVID-19

A ESMAM colaborou com a difusão e divulgação do Centro de Apoio à Magistratura Brasileira - Covid19 - plataforma digital idealizada pela Enfam em parceria com o Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal - onde funciona um repositório

com bancos de dados alimentados por todos os magistrados brasileiros.

• RETOMADA DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS

A partir do dia 1º de julho, mesmo com as aulas presenciais suspensas, a ESMAM retomou o trabalho presencial de forma gradual, com critérios de segurança para acesso e atendimento ao público externo, respeitando as determinações da Portaria Conjunta nº 322020, que regulamentou a reabertura das unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça do Maranhão. A equipe reativou a execução das atividades internas de secretaria, biblioteca, setores administrativo, pedagógico,



treinamentos, supervisão, projetos institucionais, informática, pós-graduação e financeiro, para dar suporte à elaboração de projetos pedagógicos de novos cursos de formação e capacitação a serem ofertados aos magistrados e servidores do Poder Judiciário na plataforma EAD-ESMAM, durante o segundo semestre de 2020.

• **PROTOCOLADO ADOPTADO**

- Realização de testes sorológicos de todos os servidores.
- Questionário para coleta de informações sobre o estado geral de saúde dos colaboradores, enquadramento em grupo de risco, orientações sobre requisição de teletrabalho e ouvir a equipe a respeito das medidas necessárias ao retorno das

atividades.

- Medição obrigatória de temperatura dos servidores à entrada.
- Fixação de dispensadores de álcool em gel em todas as salas.
- Entrega de máscaras fornecidas pela diretoria da Escola e pelo TJMA.
- Novo layout para os espaços que agregavam um número maior de servidores.
- Marcadores de distanciamento.
- Produtos de higiene para as mãos com componentes antibacterianos.
- Uso de equipamentos de proteção individual para quem atua na limpeza.
- Serviços de sanitização completa das instalações da escola.

CERIMONIAL





• **EVENTOS REALIZADOS**
(PERÍODO DE 24.04 A 10.07.2020)

ABRIL

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
24	SOLEINIDADE DE POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES (VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	CONVITE/ SCRIPT/ PROTOCOLO DE CERIMONIAL VIRTUAL/SERVIÇO DE GARÇOM

MAIO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
18 A 28	LANCHES PARA OS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS	FÓRUM DE SÃO LUÍS	FORNECIMENTO DE KIT DE LANCHE
19	ENTREGA DO KIT DE HIGIENIZAÇÃO PARA EVITAR CONTÁGIO PELO COVID-19 AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA		APOIO LOGÍSTICO (ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM)
19	POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO/ CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
21	1ª REUNIÃO COM OS DIRETORES JUÍZES AUXILIARES E ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E PARTICIPAÇÃO
24	FALECIMENTO DO SR. TELMO MENDES SILVA, PAI DA DESA. NELMA SARNEY		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	FALECIMENTO DA SRA. ALDEIDE FIGUEIREDO DOS ANJOS, MÃE DOS DESEMBARGADORES JOSÉ JOAQUIM E JOSÉ JORGE.		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	MISSA DA ESPERANÇA EM MEMÓRIA DOS FALECIDOS	VIRTUAL - IGREJA DO SANTUÁRIO DA CONCEIÇÃO	

JUNHO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
09	FALECIMENTO DO SUBTENENTE WALBER NÉLIO COSTA PEREIRA		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
12	FALECIMENTO SENHORA ZULIMA, MÃE DO DES. TYRONE		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
RELATÓRIO de GESTÃO **100 DIAS**

15	SOLENIIDADE DE POSSE DO NOVO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO HELUY NICOLAU	VIDEOCONFERÊNCIA	CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
19	POSSE DO OUVIDOR-GERAL, DES. KLEBER	VIDEOCONFERÊNCIA	SCRIPT E PROTOCOLOS DE CERIMONIAL VIRTUAL
19	ENTREGA DO KIT DE HIGIENIZAÇÃO PARA EVITAR CONTÁGIO PELO COVID-19 AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA		APOIO LOGÍSTICO (ORGANIZAÇÃO E MONTAGEM)
19	POSSE DOS NOVOS DIRIGENTES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	VIDEOCONFERÊNCIA	CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
20	SOLENIIDADE VIRTUAL DE INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE VIANA	VÍDEOCONFERÊNCIA	ASSISTÊNCIA À PRESIDÊNCIA
21	1ª REUNIÃO COM OS DIRETORES JUÍZES AUXILIARES E ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E PRESENÇA
24	FALECIMENTO DO SR. TELMO MENDES SILVA, PAI DA DESA. NELMA SARNEY		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS
26	CONGRESSO NACIONAL DO DIREITO ELEITORAL – TRE	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E CONVITE AOS DESEMBARGADORES E JUÍZES
26	PALESTRA “COMO GERENCIAR A ANSIEDADE E O STRESS EM TEMPO DE DIFICÉIS”, MINISTRADA PELO PROF. CIDINHO MARQUES	VIDEOCONFERÊNCIA	APOIO LOGÍSTICO E PARTICIPAÇÃO
27	FALECIMENTO DE RAFAEL SEABRA, FILHO DO PREFEITO DE TUNTUM E SOBRINHO DO DES. CLEONES CARVALHO.		COROA DE FLORES, TELEGRAMAS E COMUNICADOS

JULHO

DATA	ATIVIDADES	LOCAL OU MODALIDADE/EVENTO	OBSERVAÇÃO
05	LANÇAMENTO DO PRÊMIO TJMA – SUSTENTÁVEL	VIDEOCONFERÊNCIA	PARTICIPAÇÃO NA CERIMÔNIA
06	INSTALAÇÃO DO COMITÊ DE DIVERSIDADE NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	VIDEOCONFERÊNCIA	SCRIPT E PROTOCOLOS DE CERIMONIAL VIRTUAL



08	INSTALAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO FÓRUM DE SÃO LUÍS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS.	VIDEOCONFERÊNCIA	PLACA DE INSTALAÇÃO
22 a 24	AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ESCOLHA DE SERVENTIAS	SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS	APOIO LOGÍSTICO (SERVIÇO DE GARÇOM, FORNECIMENTO DE LANCHE E TV PARA PROJEÇÃO)

• **OUTRAS AÇÕES:**

Gestão e Fiscalização dos contratos das empresas: EMPRESA DECOLANDO (passagens aéreas) – solicitação e aprovação do 1º Termo Aditivo do Contrato nº 0049.2019; BEM BRASIL (Garçons e Recepcionistas), VITÓRIA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS (alimentação e decoração), EMPRESA EQUIPAR (suporte logístico e operacional),

além de atestar as faturas das referidas empresas, assim como preenchimento do formulário do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado Maranhão – SIGEF, as quais são enviados à Diretoria Financeira para pagamento;

Envio telegramas de pêsames por falecimentos e de felicitação pela passagem de aniversários (desembargadores, juízes e autoridades).

AGEM
ASSESSORIA DE
GESTÃO ESTRATÉGICA
E MODERNIZAÇÃO





No período do presente relatório foram expedidos 87 (oitenta e sete) despachos, 34 (Trinta e quatro) pareceres, 02 (dois) ofícios e 31 (trinta e um) memorandos.

Observatório nacional sobre questões ambientais, econômicas e sociais de alta complexidade e grande impacto e repercussão do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Desde o dia 03 de abril do ano em curso estão sendo encaminhados ao Observatório Nacional sobre questões ambientais, econômicas e sociais de alta complexidade e grande impacto e repercussão os atos normativos e decisões concessivas de liminares elaborados em razão da pandemia do COVID-19.

Apoio técnico na elaboração da Resolução relativa aos documentos elaborados durante a pandemia da COVID-19.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM apoiou a Divisão de Arquivos Judiciais e Documentos Históricos na elaboração da minuta que resultou na elaboração da Resolução – GP 372020, que dispõe sobre a destinação final dos documentos judiciais e administrativos, relativos ao assunto COVID-19, produzidos e acumulados pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Guia de Condutas para o retorno do trabalho presencial.

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM desenvolveu, por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, o Guia de Retorno às atividades presenciais, que dispõe sobre orientações a serem cumpridas por magistrados, servidores, colaboradores, profissionais da área jurídica, bem como público em geral que frequentam os prédios do Poder Judiciário Estadual.

O referido documento tem por objetivo estabelecer regras e condutas de retorno às atividades presenciais como forma a garantir a segurança de todos e sua elaboração observou os resultados da consulta pública realizada sobre as medidas a serem adotadas para o retorno das atividades presenciais no âmbito do Poder Judiciário Estadual e

as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, das orientações da Coordenadoria de Serviços Médico, Odontológico e Psicossocial do Tribunal de Justiça do Maranhão.

• DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

Acompanhamento do trâmite relativo à homologação de resultado e elaboração da lista de pagamento referente à GPJ/2019.

Após a divulgação do resultado final da GPJ/2019, no dia 12/02/2020, e a homologação do resultado final, após os recursos, pela Comissão de Apuração e Avaliação da GPJ – CAAP e a Presidência, a Divisão de Planejamento iniciou a elaboração da lista com os percentuais devidos aos servidores lotados em unidades vencedoras que detêm o direito à GPJ, considerando os critérios estabelecidos pela Resolução 10/2019.

Na geração da lista, utiliza-se planilha enviada pela Diretoria de Informática e Automação, que gera automaticamente os percentuais devidos aos servidores, para efeito de cálculo de percentuais, os afastamentos e substituições efetivados durante o período de apuração. Além disso, devem ser verificados os demais critérios instituídos para pagamento da gratificação, como o envio da informação acerca do recolhimento das armas acauteladas, realização do curso de nivelamento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça e obtenção da pontuação mínima na avaliação da Contribuição Individual para GPJ.

Realização da Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE

Com o Planejamento Estratégico institucionalizado, por meio da RESOL-GP 45/2015, de 30 de dezembro de 2015, e iniciada a sua execução pelas áreas responsáveis, faz-se necessário o monitoramento sistemático das ações, projetos e iniciativas previstos, bem como do nível de cumprimento das metas estratégicas estabelecidas.

Para tanto, a Divisão de Planejamento promoveu



a realização da II Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE do ano de 2020, no período de 22/06 a 30/06 do corrente ano. Esta edição da II RAE de 2020 foi realizada por meio de videoconferência, em virtude das restrições ocasionadas pela Pandemia da Covid-19, com a participação do Juiz Coordenador de Gestão Estratégica e Modernização, Dr. Cristiano Simas de Sousa e do Juiz Membro do Comitê de Inovação, Dr. Ferdinando Serejo, que puderam acompanhar as apresentações dos gestores responsáveis por metas estratégicas que informaram o resultado das ações e projetos do período que impactam o alcance das metas, bem como a incidência de possíveis desvios que dificultam o alcance do desempenho desejado.

Apoio na revisão do Plano de Logística Sustentável.

A Divisão de Planejamento contribuiu na efetivação das ações do Núcleo Socioambiental para a revisão do Plano de Logística Sustentável através da explicação da metodologia, participação em reuniões e convocação das unidades para que o processo esteja alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual, bem como fosse o mais efetivo possível.

Elaboração do novo ciclo de Planejamento Estratégico 2021-2026.

No corrente ano, os Tribunais deverão elaborar o Planejamento Estratégico para o período 2021-2026. Foi elaborado o Plano de Projeto para a construção do Planejamento Estratégico para o ciclo 2021-2026.

Ressalta-se que toda a elaboração deve estar alinhada com os normativos e com os macrodesafios do Poder Judiciário preestabelecidos pelo CNJ.

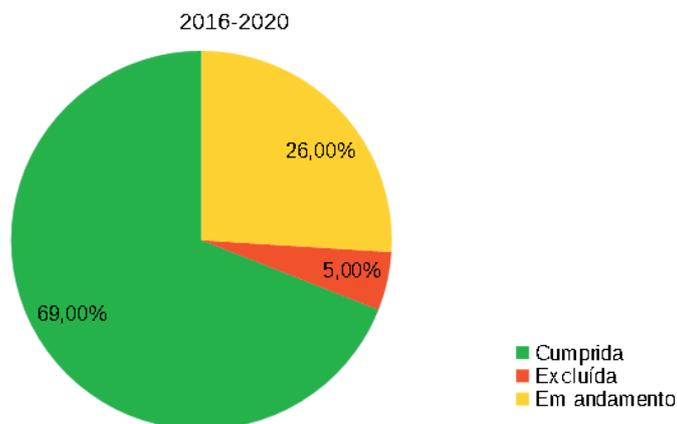
Reuniões de Monitoramento – Prêmio CNJ de Qualidade.

Em 08/06/2020, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ expediu a Portaria que regulamenta a concessão do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2020. Diante disso, a AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, realizou reuniões de monitoramento com todos os setores responsáveis pelos critérios preestabelecidos na referida Portaria. As reuniões foram realizadas entre os dias 07/07 a 17/07/2020, por meio de videoconferência, devido às restrições ocasionadas pela pandemia da Covid-19.

Metas da Gestão para o Biênio 2020-2021

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, está realizando o acompanhamento dos projetos que impactam diretamente no cumprimento das metas estabelecidas para o biênio 2020-2021. As reuniões iniciais com cada Diretoria têm como objetivo vincular os projetos e iniciativas já existentes às

METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



O gráfico a seguir demonstra o cumprimento das metas estratégicas do Planejamento Estratégico após análise das informações apresentadas pelos Gestores na II RAE de 2020.



metas e dessa forma, instituir um acompanhamento mais efetivo dos resultados e dotar a Presidência do Tribunal de Justiça com informações centralizadas e consistentes sobre o cumprimento das metas. A etapa seguinte será verificar a necessidade de proposição de novos projetos para o pleno alcance das metas estabelecidas.

Comitê da Inovação

A AGEM, por meio da Divisão de Planejamento, participou da elaboração da Resolução 312020 que criou o Comitê da Inovação para elaboração e implementação do programa de gestão da inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, bem como vem acompanhando o processo de contratação de assessoria para estruturação do programa de inovação.

O referido comitê é composto pelos magistrados Raimundo Moraes Bogéa, Cristiano Simas de Sousa, Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa, Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro e pelos servidores Paulo Rocha Neto, Hayla Vanessa Araújo Castelo Branco e Danielle Mendes Mesquita Melo.

• DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS

Apuração das metas da Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ 2020

Durante o período de referência, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos realizou a mensuração da 1ª parcial da Gratificação por Produtividade Judiciária – GPJ 2020, disponibilizada no site do TJ no dia 11 de maio.

A mensuração da 2ª parcial, referente ao segundo trimestre de 2020, entrou em andamento a partir do dia 01 de julho com o início da extração dos dados das 97 metas referentes à produtividade das unidades administrativas e 31 metas relativas às 349 unidades judiciais. Tais dados são coletados conforme as regras descritas nos Anexos II e III que regulamentam a Gratificação, estando a divulgação prevista para ocorrer até o dia 10 de agosto de 2020, conforme regulamento.

Ainda no contexto da referida gratificação, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos produziu documentos de informações técnicas no sentido de subsidiar processos analisados pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização – AGEM alusivos tanto ao resultado parcial quanto à solicitação de participação de novas unidades na GPJ de 2021.

Justiça em Números – CNJ

O Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário está disponível entre os dias 10 de julho e 31 de agosto de 2020 para preenchimento de informações relativas ao 1º semestre de 2020. Nesta etapa os relatórios abrangem três grupos de informações relacionadas ao desempenho dos Tribunais, quais sejam: Litigiosidade (quantidade de processos, acesso à justiça, processos reativados e tempo do processo); Resolução CNJ 254/2018 que trata de Violência Doméstica e Resolução CNJ 219/2016 que trata da Priorização do 1º Grau.

Para informação das variáveis citadas acima, a Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos solicita os dados cabíveis à Diretoria de Informática e Automação, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e Diretoria de Recursos Humanos respectivamente através de documentos administrativos via Sistema Digidoc.

Módulo de Produtividade Mensal – CNJ

O antigo módulo judicial do Sistema Justiça Aberta agora denominado Módulo de Produtividade Mensal do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ) tem o objetivo de permitir maior integração das informações com os conceitos e dados já trabalhados no Justiça em Números, além de simplificar a coleta e ampliar a qualidade dos dados recebidos dos tribunais pelo CNJ.

Compreende as variáveis da Resolução nº 76/2009 (Justiça em Números) que são repassados mensalmente com dados das serventias e magistrados. Ressalta-se que esta Divisão encaminhou os dados



do 2º grau até o mês junho de 2020.

Produtividade Semanal do Poder Judiciário – CNJ

Cumprindo determinação do Conselho Nacional de Justiça, vem sendo encaminhados os dados referentes à produtividade no regime de teletrabalho adotado em razão da pandemia da Covid-19, quanto ao número de julgamentos, decisões, despachos e atos dos servidores da área judicial e os valores liberados pelo Judiciário para combate à pandemia do novo Coronavírus.

Mapa Estatístico

O Mapa Estatístico abrange informações alusivas a produtividade do 2º grau contendo dados dos sistemas ThemisSG e Pje. É produzido mensalmente e encaminhado por e-mail aos Gabinetes.

• OUTRAS DEMANDAS

Consulta Pública

A Divisão realizou a análise dos dados resultantes

da consulta pública ocorrida no mês de maio que visou coletar opiniões e sugestões de magistrados, servidores e sociedade em geral sobre o plano de retorno gradual das atividades. A interpretação do resultado foi utilizada como auxílio na elaboração dos protocolos, normas e procedimentos adotados pelo Poder Judiciário no retorno das atividades presenciais.

Datajud

Lançado em 25 de maio pelo CNJ, o DataJud é uma base nacional do Poder Judiciário que possui todos os dados relevantes dos processos em tramitação no país.

Cabe aos tribunais realizar o saneamento de dados de 2019, procurando a correção rápida do máximo de informações possível para uma base mais qualificada.

Em parceria com a Informática, a Estatística colabora na identificação e aplicação das Regras de Negócios definidas no Workshop e Saneamento do legado.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

**ASSESSORIA DE
COMUNICAÇÃO DA
PRESIDÊNCIA**





• ANÁLISE MIDIÁTICA

Esta análise revela posicionamento da mídia diante dos assuntos que envolveram Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, indicando o Tratamento editorial oferecido pelos meios de comunicação entre os dias 01 de abril e 31 de julho de 2020. Também inclui gráficos e detalhes sobre os aspectos Positivo, Negativo e Neutro do noticiário nesse período.

No período em análise foram identificadas 2.893 menções aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

2.388 MENÇÕES POSITIVAS

Do total de 2.893 menções monitoradas sobre o tema,

2.388 apresentam conteúdo que impacta positivamente a imagem e a reputação da instituição.

475 MENÇÕES NEUTRAS

Do total de 2.893 menções monitoradas sobre o tema, 475 apresentam conteúdo isento, sem impactos significativos na imagem e na reputação da instituição.

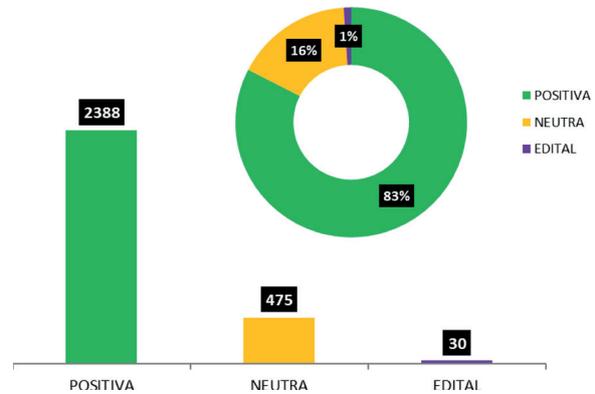
30 EDITAIS

Do total de 2.893 menções monitoradas sobre o tema, 30 foram avaliadas como publicidade/edital.

• EXPOSIÇÃO NA MÍDIA

No período em análise foram identificadas 2.893

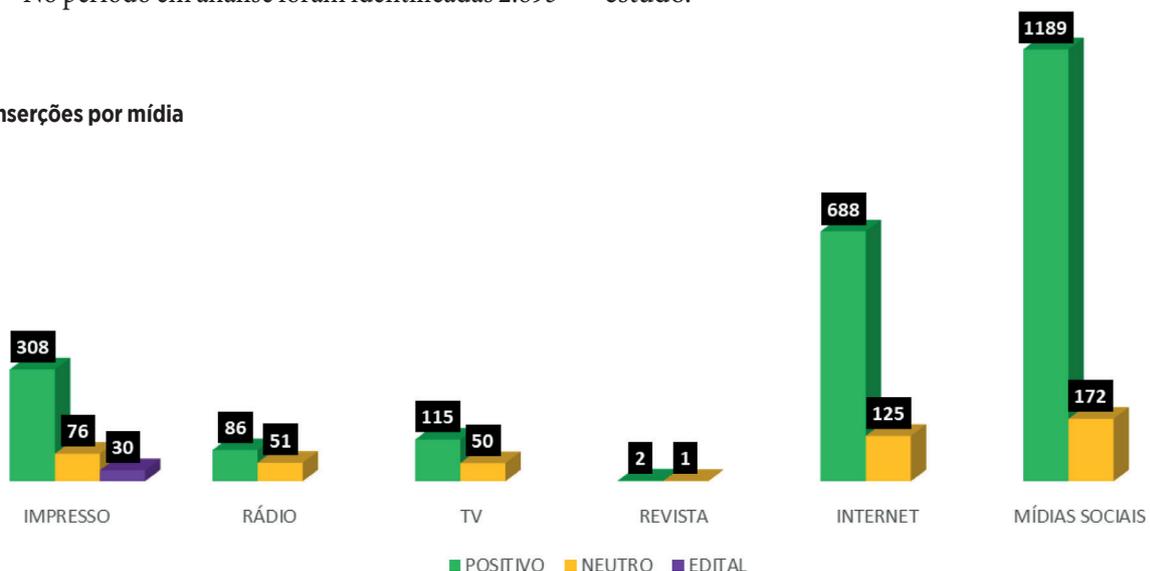
Impacto nas publicações



menções aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Na divisão por mídia, nas Redes Sociais foram coletadas 1.184 positivas e 169 neutras; nos sites e blogs da Internet 688 positivas e 125 neutras; nos Jornais Impressos 308 positivas, 76 neutras e 30 editais; na TV 115 positivas e 50 neutras; no Rádio 86 positivas e 51 neutras; e nas Revistas foram identificadas 2 informações positivas e 1 neutra de interesse do TJMA. Para entender o tratamento da notícia em cada mídia, a seguir realizaremos a análise das abordagens dos veículos, as quais foram classificadas e sintetizadas uma a uma durante o mês e estão disponíveis no arquivo 'Análise Qualitativa', que faz parte do escopo desse estudo.

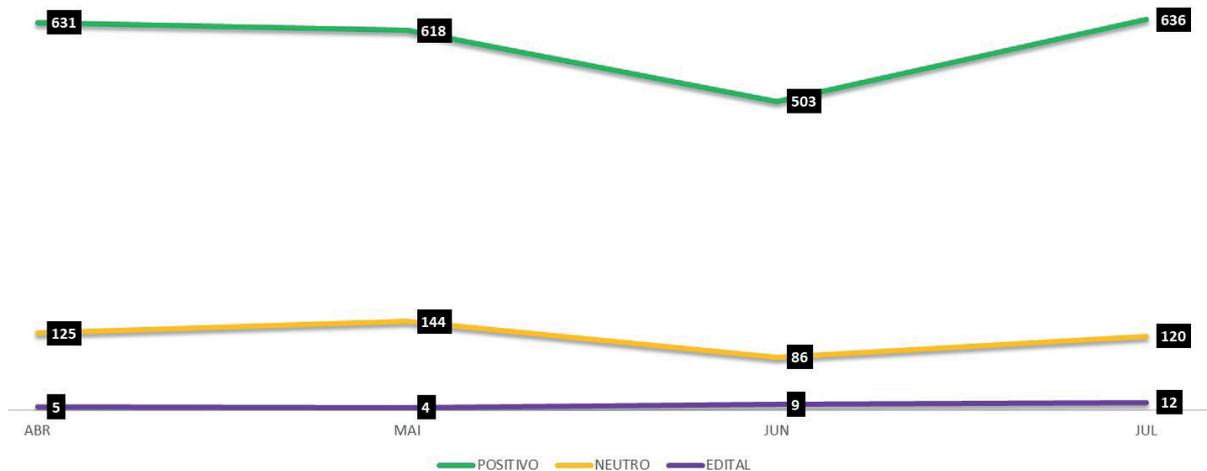
Inserções por mídia





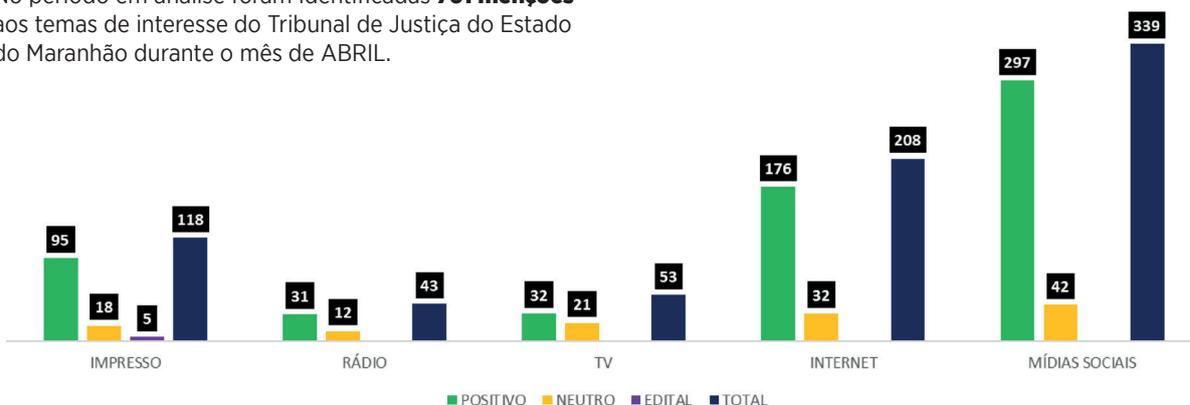
Inserções por mês

No período em análise foram identificadas **2.893 menções** aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



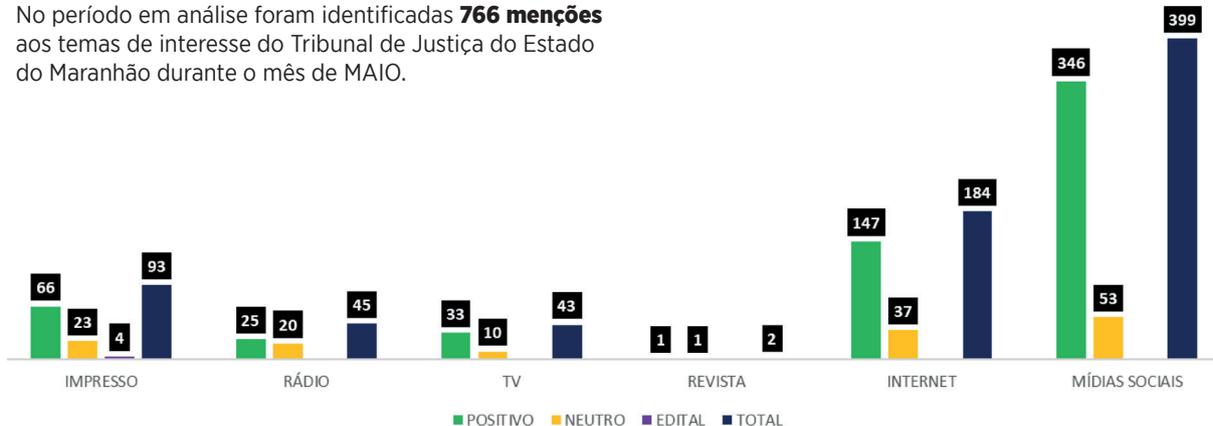
Inserções ABRIL

No período em análise foram identificadas **761 menções** aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão durante o mês de ABRIL.



Inserções MAIO

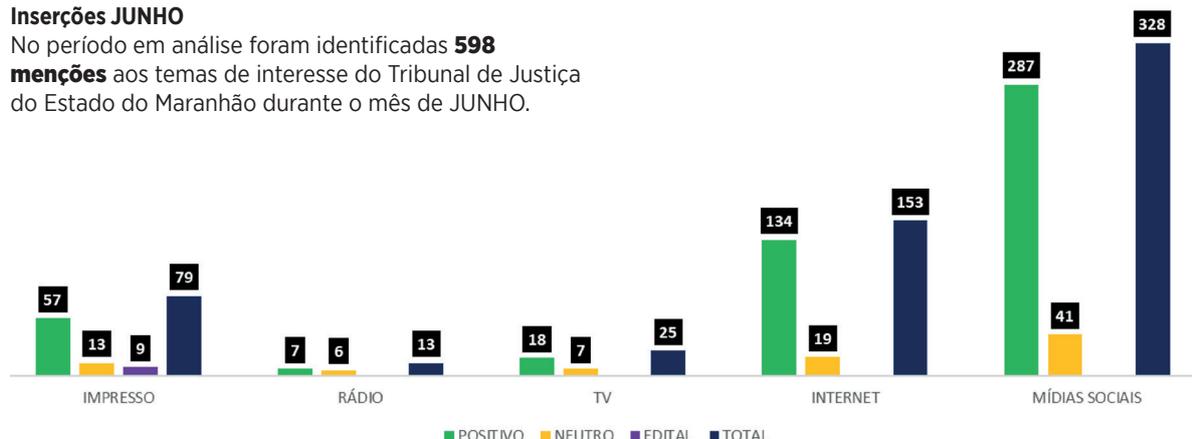
No período em análise foram identificadas **766 menções** aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão durante o mês de MAIO.





Inserções JUNHO

No período em análise foram identificadas **598 menções** aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão durante o mês de JUNHO.



Inserções JULHO

No período em análise foram identificadas **768 menções** aos temas de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão durante o mês de JULHO.

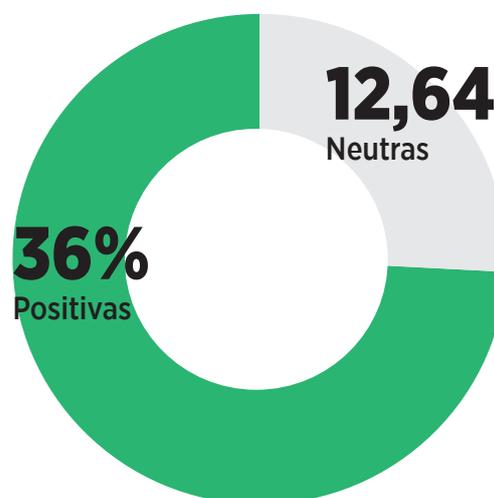


• MONITORAMENTO DAS REDES SOCIAIS

O monitoramento levou em consideração o volume de menções ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, seus membros, servidores e demais assuntos de interesse da instituição, as quais foram avaliadas de acordo com o seu conteúdo.

Palavras chaves mais citadas

- #Justiça
- #Maranhão
- #desembargador
- #presidente
- #pandemia
- #coronavírus
- #videoconferência

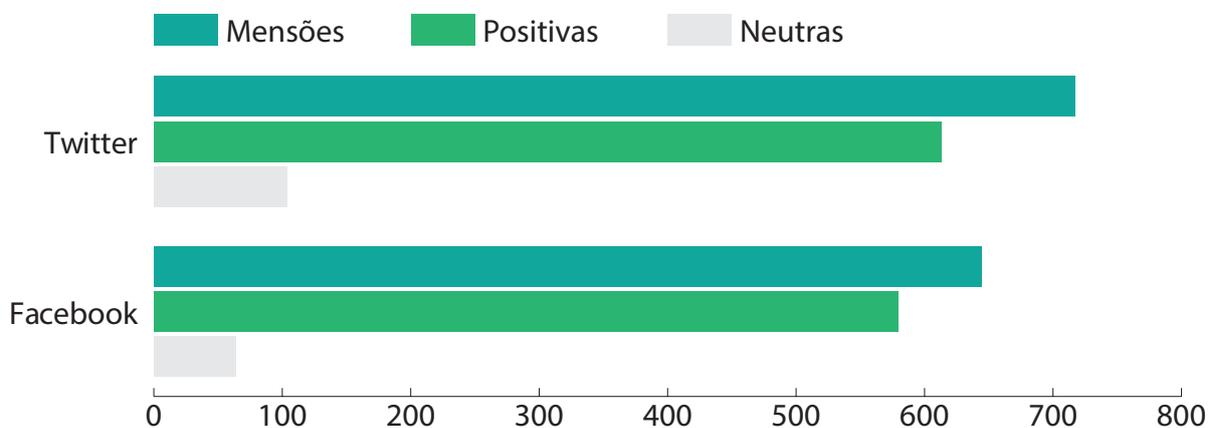




• COMPARAÇÃO POR REDES SOCIAL

As redes sociais Twitter e Facebook foram as principais disseminadoras de informações. O Twitter contabilizou um total de 717 menções,

as quais foram classificadas em 613 positivas e 104 neutras. Já no Facebook foram 644 menções, das quais 579 foram avaliadas como positivas e 65 como neutras.



• MONITORAMENTO DE REDES SOCIAIS

No intervalo de tempo analisado, o monitoramento das informações identificou 1.361 publicações de interesse do TJMA nas mídias sociais, as quais ficaram divididas em 1.189 positivas, referentes a 87,36%, e 172 neutras, que representam 12,64% do total de mensagens.

O dia que esteve em evidência por número de inserções foi 24/04, quando foram coletadas 47 publicações, das quais 45 foram avaliadas como positivas e 2 como neutras.

Neste período o Twitter foi a rede de destaque na contribuição quantitativa de mensagens, na qual foram identificados 717 posts (613 positivos e 104 neutros), seguido pelo Facebook com 644 publicações (579 positivas e 65 neutras).

A posse do desembargador Lourival Serejo para presidência do TJMA no biênio 2020-2022, realizada no dia 24. Em suas entrevistas o desembargador Lourival Serejo falou dos desafios de iniciar sua gestão em meio a um momento delicado, em razão da pandemia do novo coronavírus, e apresentou as 28 metas específicas da sua gestão.

A cerimônia de posse da nova Mesa Diretora foi transmitida ao vivo por videoconferência. Na

ocasião foram empossados os desembargadores José Bernardo Rodrigues (vice-presidente) e Paulo Velten (corregedor-geral da Justiça).

Positivamente nas redes sociais continuaram a ser compartilhadas informações sobre as ações do judiciário maranhense para garantir a segurança de servidores e da população durante a pandemia do coronavírus. Dando continuidade a Campanha "TJMA contra a Covid-19", por meio da Assessoria de Comunicação da Presidência, foi disponibilizado material publicitário para download com informações sobre a prevenção nas dependências das unidades e órgãos do Poder Judiciário estadual no trabalho presencial e atendimento ao cidadão. Em maio o Desembargador Lourival Serejo decretou luto de três dias pelas mortes por Covid-19.

Nesse período foi criado o Gabinete de Emergência para a Saúde no âmbito do Poder Judiciário estadual, o qual tem a competência de tomar conhecimento sobre os casos confirmados ou suspeitos de Covid-19, a fim que o servidor e sua família possam receber as orientações e os auxílios necessários durante o período de contágio.

Nesse sentido, o Poder Judiciário do Maranhão publicou Portaria Conjunta, estabelecendo os



protocolos mínimos para retomada gradual das atividades presenciais e reabertura de todos os fóruns e demais unidades prediais que integram o Judiciário maranhense, a partir do dia 1º de julho de 2020.

Após a sua posse e diante dos ataques sofridos pelas instituições democráticas do país, o desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, emitiu nota manifestando sua solidariedade aos ministros do STF pela campanha acintosa que vêm sofrendo daqueles a quem classificou como “inimigos da Democracia”. O magistrado reconheceu o STF como o espaço constitucionalmente assegurado para defesa das conquistas democráticas e do Estado de Direito.

Com o isolamento social as lives viraram ferramentas de aproximação ente a instituição de os públicos. Em junho umalivecom os desembargadores Lourival Serejo (presidente) e Paulo Velten (corregedor) debateu os desafios enfrentados na conjuntura atual e as perspectivas para o pós-pandemia. Também foi realizada uma programação de lives para a discussão de temas relacionados ao meio ambiente e à sustentabilidade, com especialistas convidados, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Dentro desse contexto, o Ouvidor-Geral do TJMA, desembargador Kleber Costa Carvalho, visando adequar as resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), anunciou a implantação da Ouvidoria Ambiental. O objetivo é receber sugestões, reclamações, denúncias e propostas de qualquer cidadão ou entidade relativas a questões ambientais no âmbito do TJMA. Além disso, o Palácio da Justiça foi iluminado em verde em comemoração à Semana Mundial do Meio Ambiente.

Nesse período nas redes sociais foram publicadas fotos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça em apoio a campanha Sinal Vermelho, idealizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), com objetivo de incentivar denúncias de violência doméstica. O TJMA ainda produziu vídeos que

ajudam a esclarecer problemas e apoiar, orientar e prevenir situações emocionais surgidas a partir de isolamentos pessoais, bem como dos efeitos do trabalho a distância.

Desde o dia 17 de março, quando o Poder Judiciário maranhense iniciou a implantação de medidas de combate à propagação da pandemia do coronavírus, ampliando a modalidade de teletrabalho, as mídias digitais do Tribunal de Justiça do Maranhão alcançaram cerca de 1,3 milhão de visualizações ou interações nos conteúdos disponibilizados no site do TJMA e nas contas institucionais no Facebook , Twitter , Youtube e Instagram.

Em julho em uma reunião por videoconferência, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, destacou as ações institucionais desenvolvidas pelo Judiciário maranhense em sua gestão, incluindo a instituição do Comitê de Diversidade, a instalação da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar da Vara de Infância e Juventude, na comarca de São José de Ribamar, bem como a instalação da Vara de Saúde Pública e da Vara Especial do Idoso e de Registros Públicos. O desembargador também falou das medidas de prevenção à Covid-19, adotadas pelo Poder Judiciário do Maranhão.

Entre as publicações avaliadas como neutras, classificamos a suspensão dos prazos dos concursos público enquanto perdurar a pandemia. Usuários das redes sociais comemoraram a decisão e citaram o concurso da Justiça do Maranhão como um dos que deve ampliar o prazo para as convocações. Também foi classificada como neutra a decisão da Comissão Eleitoral do Sindjus-MA em adiar pela segunda vez a data de realização do pleito eleitoral de 2020, que foi remarcado para 1º de setembro. A decisão considerou o cenário atual da Pandemia da Covid-19 no Maranhão.

• IMPRESSO

Nos impressos, 308 matérias/notas foram



classificadas como positivas, 76 como neutras e 30 publicações foram classificadas como publicidade/ edital. Dentro desse contexto, o Jornal pequeno (150) das publicações, seguido por O Estado do Maranhão (111). Entre os regionais, O Progresso (45) se destacou e na mídia nacional foram identificadas publicações na Folha de São Paulo (2), O Globo (1) e Correio Braziliense (1).

No mês de abril a posse do desembargador Lourival Serejo foi destaque nos impressos. A cobertura fotográfica da solenidade figurou nas editoriais gerais e no jornalismo social. Diversas instituições encaminharam congratulações ao magistrado, bem como o governador do Maranhão, Flávio Dino.

Nesse período os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão referendaram, durante sessão plenária administrativa, a Resolução GP 332020, que dispõe sobre a suspensão e a prorrogação da validade do Concurso Público de Ingresso de Servidores, regido pelo Edital EDT-GP-32019. O documento a ser referendado pelo Plenário foi assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, no dia 28 de maio.

Ainda em maio, como forma de reforçar os laços institucionais entre a OAB/MA e a CGJ e desejar uma boa gestão ao novo Corregedor Geral de Justiça, a diretoria da OAB Maranhão esteve reunida, por videoconferência, com o desembargador Paulo Velten.

Em junho o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, assinou a Resolução GP nº 412020, para instituir o Programa Voluntários da Justiça. Coordenada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJMA, a iniciativa vai possibilitar a estudantes e/ou graduados, servidores aposentados, magistrados aposentados e servidores ativos experiência de duração de 12 (doze) meses, prorrogável uma

única vez no Judiciário maranhense.

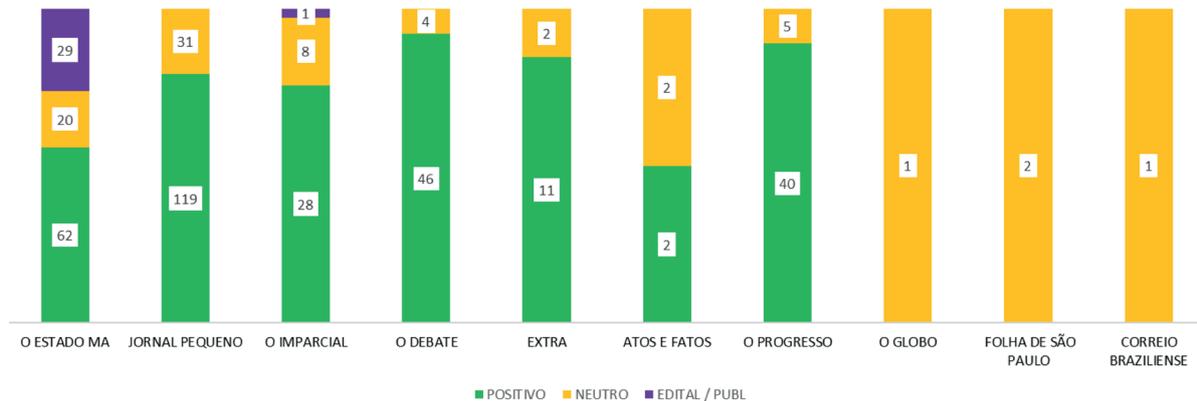
Nesse mês o Governo do Maranhão autorizou o retorno gradual das atividades de comércio e serviços, após queda nas taxas de contaminação da Covid-19 no estado. Os órgãos públicos também foram incluídos na portaria que disciplina o retorno das atividades. Em razão disso, o desembargador José Jorge Figueiredo, coordenador do grupo de trabalho responsável pela implementação e acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Poder Judiciário do Maranhão, reuniu membros da equipe para consolidar as ações que já estão sendo adotadas em todas as unidades para a primeira das três etapas de retorno, com início a partir de 1º de julho.

De acordo com matéria do Jornal Pequeno, durante o período de isolamento social por conta da pandemia, a procura por sessões virtuais de conciliação junto aos Centros de Solução de Conflitos da Justiça maranhense, especialmente as relativas a divórcios, cresceu de forma bastante expressiva. Além disso, na Semana do Meio Ambiente o Tribunal de Justiça do Maranhão apresentou resultados positivos de preservação ambiental e sustentabilidade.

Em julho o desembargador Lourival Serejo recebeu a visita de cortesia do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), que destacou a importância do diálogo permanente entre os poderes Legislativo e Judiciário. A mídia impressa publicou fotos do encontro, ressaltando que o chefe do Parlamento Estadual pontuou que a relação de harmonia e independência entre os poderes no Maranhão é um exemplo para o Brasil. Já o desembargador Lourival Serejo destacou que o encontro com o chefe da Casa do Povo reforça um elemento comum de atuação entre o Legislativo e o Judiciário, que é trabalhar para a satisfação da população.



Impressos



• RÁDIO

No período analisado foram identificados 137 áudios de interesse do Tribunal de Justiça do Maranhão, dos quais 86 foram avaliados como positivos e 51 neutros. As rádios Mirante AM de São Luís (66), Difusora FM de São Luís (14) e Nova FM de São Luís (13) foram as responsáveis pela maioria das abordagens.

Nesse período de pandemia virou rotina nos radiofônicos a divulgação das pautas das sessões plenárias jurisdicional, por videoconferência, no TJMA. Nesse sentido os radiofônicos informaram que em abril um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a produtividade semanal do Poder Judiciário no regime de teletrabalho, em razão da pandemia, apontou o Tribunal de Justiça do Maranhão entre os 20 mais bem posicionados, dentre os 62 de todas as instâncias do Brasil que tiveram seus dados registrados, nos itens de movimentos e despachos.

Nesse período o 1º Centro de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, localizado no Fórum de São Luís, disponibilizou aos usuários sessões por videoconferência.

No mês de maio foi realizada uma reunião da diretoria do Sindjus-MA e o desembargador presidente Lourival Serejo, que oficializou parceria institucional entre o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão e o TJMA para divulgação do conteúdo da campanha O Poder Judiciário de

Casa na Rádio Web Justiça do Maranhão.

Os radialistas também informaram que o Tribunal de Justiça do Maranhão prosseguiu com o cronograma de pagamento de precatórios em que figuram como devedores o Estado do Maranhão e alguns Municípios, em suas administrações diretas e indiretas. As atividades foram realizadas adotando os protocolos de segurança recomendados pelas autoridades em saúde pública.

No fim de maio o presidente do TJMA, Lourival Serejo, e o corregedor-geral da Justiça, Paulo Velten, assinaram a Portaria nº 29/2020, prorrogando o regime de trabalho remoto até o dia 14 de junho deste ano. O prazo poderia ser ampliado ou reduzido, caso necessário, por ato Judicial. No entanto, com a flexibilização das medidas de distanciamento, decidiu-se pelo retorno gradual das atividades presenciais do judiciário maranhense. Dentro desse contexto, é importante destacar que foi amplamente noticiado que o Poder Judiciário do Maranhão registrou significativa produtividade no período compreendido entre os dias 18 de março e 18 de maio deste ano. Um levantamento feito pela Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça do Maranhão mostra que, ao longo do período mencionado, no âmbito da Justiça de 2º Grau, os desembargadores deram baixa – ou seja – arquivaram definitivamente 1.550 processos, proferiram 3.901 decisões e 16.149 despachos.

Em junho, após a decisão de retorno gradual



das atividades presenciais, o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Diretoria de Recursos Humanos, promoveu evento sobre o tema “Retornando ao trabalho presencial com segurança e razoabilidade”, com transmissão online. O objetivo foi esclarecer aspectos relacionados às medidas sanitárias e de proteção à saúde a serem adotadas para o adequado retorno às atividades presenciais no Judiciário.

Nesse mesmo mês o secretário de Estado Francisco Gonçalves se reuniu com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Des. Lourival Serejo para apresentar pautas estratégicas na defesa dos Direitos Humanos para dar continuidade no diálogo com a instituição por meio do novo presidente. O grupo discutiu questões de violência contra vulneráveis, tais como população LGBTQI+, criança e adolescente,

idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Na ocasião, o desembargador destacou a instalação do Juizado da Mulher e da Infância em curso, no município de São José de Ribamar, além da criação futura criação da Vara do Idoso como uma de suas prioridades de gestão.

Os repórteres também informaram que o Poder Judiciário do Maranhão vai instalar em algumas unidades de São Luís, bebedouros com filtros em que o PH (potencial de hidrogênio) da água fornecida será no nível recomendado por órgãos de saúde para consumo humano. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Lourival Serejo, autorizou a implantação do projeto, apontando os inúmeros benefícios da medida para a saúde dos servidores do Poder Judiciário estadual.

Rádio



• TV

Na TV as informações ficaram divididas em 115 positivas e 50 neutras. A TV Mirante de São Luís (52), a TV Difusora de São Luís (2) e a TV Cidade de São Luís (19) foram as responsáveis pela maioria das pautas.

Em abril a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA) está lançando a campanha “Isolamento social sem violência merepresentá”, com vistas a disseminar informações nas redes sociais do Judiciário sobre as medidas protetivas de urgência,

canais de atendimento e incentivo à denúncias.

No fim do mês os telejornais exibiram o registro da posse da nova Mesa Diretorado TJMA, com destaque para os depoimentos do desembargador Lourival Serejo. O noticiário também informou sobre a realização das sessões plenárias por meio de videoconferência.

No início de maio a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através do Departamento de Combate a Crimes Tecnológicos (DCCT/SEIC) cumpriu dois mandados de busca e apreensão e prendeu preventivamente um maranhense que reside em Curitiba (PR), por ameaças ao juiz Douglas de Melo



Martins. Após a decretação do Lockdown em São Luís, os indiciados passaram a proferir ofensas e fizeram ameaças de morte ao magistrado.

O noticiário também informou que os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovaram, em sessão Plenária Administrativa por videoconferência do dia 20 de maio, a proposta de Resolução que define os membros das Comissões Técnicas Permanentes do TJMA, conforme artigo 82 do Regimento Interno.

Em junho o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, novo presidente do Comitê Estadual de Saúde do Maranhão, apresentou as ações iniciais do plano de gestão do órgão para o biênio 2020-2022. Durante a primeira reunião com a equipe, realizada por videoconferência, o magistrado destacou a criação do Núcleo Estadual de Apoio Técnico aos Magistrados (NATJUS), relacionado a demandas médicas, e o pedido da instalação da Vara de Saúde da Comarca da Ilha de São Luís.

Nesse período o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Maranhão (GMF) se reuniu, por videoconferência, para tratar de assuntos referentes à Covid-19 nas unidades prisionais, inspeções virtuais e monitoramento eletrônico. No Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, em 15 de junho, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, chamou a atenção da sociedade para o alto índice de violência registrado

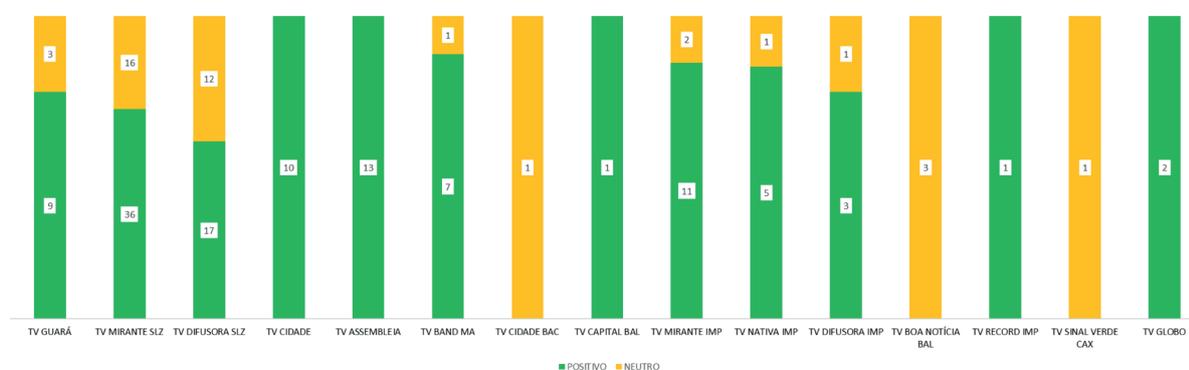
contra pessoas idosas, vítimas de abuso, negligência e exploração. Nesse mesmo dia, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, participou da sessão solene de posse do novo procurador-geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, que exercerá o cargo no biênio 2020/2022.

Em junho também foi lançada a campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o objetivo de incentivar denúncias por meio de um símbolo. Ao desenhar um “X” na mão e exibi-lo ao farmacêutico ou ao atendente da farmácia, a vítima poderá receber auxílio e acionar as autoridades. A campanha ganhou forte adesão e membros do judiciário maranhense, que publicaram fotos e gravaram vídeos para campanha.

Em julho foi assinada a Resolução nº 552020 para a criação do Núcleo Estadual de Justiça Restaurativa, no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão. O Núcleo atuará no planejamento de difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, por meio de atividades de mapeamento, articulação, aplicação e sistematização de práticas restaurativas.

Ainda convém ressaltar que as matérias monitoradas nas emissoras nacionais versaram sobre a decretação do Lockdown em São Luís. Os telejornais da TV Globo pontuaram que a medida foi decretada pelo Judiciário do Maranhão.

TV





• INTERNET

Os sites e blogs da internet acumularam 813 publicações durante o período analisado. Deste total, 688 foram avaliadas como positivas e 125 como neutras. Os sites O Maranhense (156) e O Estado do MA (65) e os blogs Eduardo Ericeira (44) e Minard (29) se destacaram.

Os sites e blogs pautaram a solenidade de posse do novo presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, e dos integrantes da Mesa Diretora do Poder Judiciário estadual, para o biênio que vai de abril de 2020 a abril de 2022. Os desembargadores Bernardo Rodrigues e Paulo Velten assumiram os cargos de vice-presidente do TJMA e de corregedor-geral da Justiça, respectivamente.

Em maio, a mídia online destacou que a Corte estadual disponibilizou, por determinação do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, a nova página eletrônica “TJMA CONTRA A COVID-19”, no Portal do Judiciário. O canal visa facilitar aos cidadãos, magistrados, servidores e operadores do Direito, o acesso às comunicações relativas à pandemia da Covid-19 em uma única página eletrônica. Nesse mês o desembargador Lourival Serejo também assinou Resolução regulamentando o cadastro de pessoas jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta e das empresas públicas ou privadas de médio ou grande porte, para o recebimento de citações e intimações de forma eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário estadual.

Em alusão ao Dia da Memória do Poder Judiciário (10 de maio), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) anunciou um conjunto de ações de preservação e difusão da memória da Justiça maranhense, em todos os seus ramos de atuação, das diversas regiões do estado. Nessa mesma semana também foram realizadas homenagens pela passagem do Dia das Mães.

No início de junho o Tribunal de Justiça acolheu pleito da AMMA e editou Nota Técnica 15/2020, autorizando o uso do cartão corporativo para contratação de serviços especiais de higienização

e sanitização das dependências físicas internas e externas, nas unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Maranhão. A Nota Técnica também autoriza a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); a aquisição de cartão SIM para comunicação de dados na intimação das partes envolvidas nas lides judiciais e a contratação dos serviços de comunicação visual para confecção de folders e informativos relacionados à prevenção e educação no combate à Covid-19.

Nesse mês foram abertas inscrições para o curso “Media Training: relações da magistratura e imprensa na atualidade”. O treinamento será realizado de 1º a 26 de julho, na plataforma de educação a distância da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (EAD-ESMAM).

Ainda em relação a pandemia do coronavírus, em junho o Poder Judiciário do Maranhão publicou Portaria Conjunta, estabelecendo os protocolos mínimos para retomada gradual das atividades presenciais e reabertura de todos os fóruns e demais unidades prediais que integram o Judiciário maranhense, a partir do dia 1º de julho de 2020.

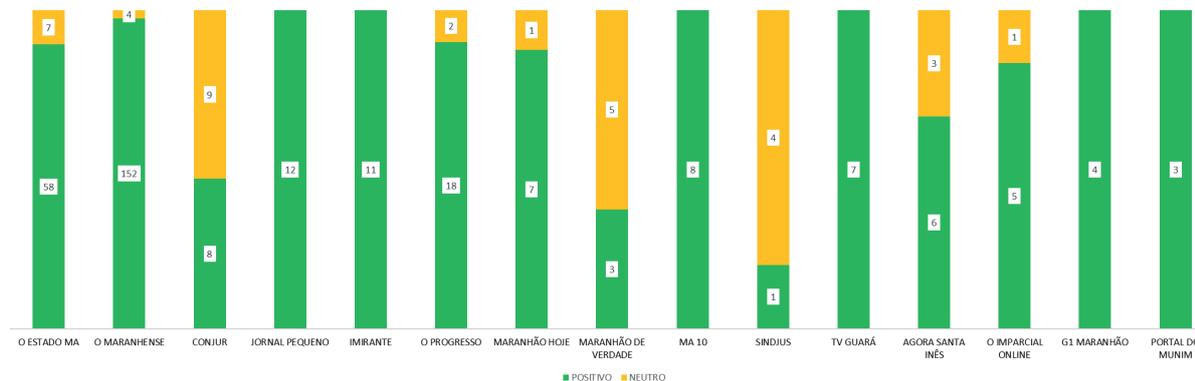
Além disso, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão assinou a Portaria-GP-3632020, que dispõe sobre a antecipação extraordinária do pagamento da primeira parcela da gratificação natalina para magistrados e servidores ativos diagnosticados com o coronavírus.

Em julho desembargador Lourival Serejo recebeu no Gabinete da Presidência algumas visitas de cortesia, como a do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez das Neves. Na ocasião, o desembargador Lourival Serejo agradeceu a visita e afirmou que o Tribunal de Justiça do Maranhão pretende manter sempre o diálogo com o setor industrial do Estado.

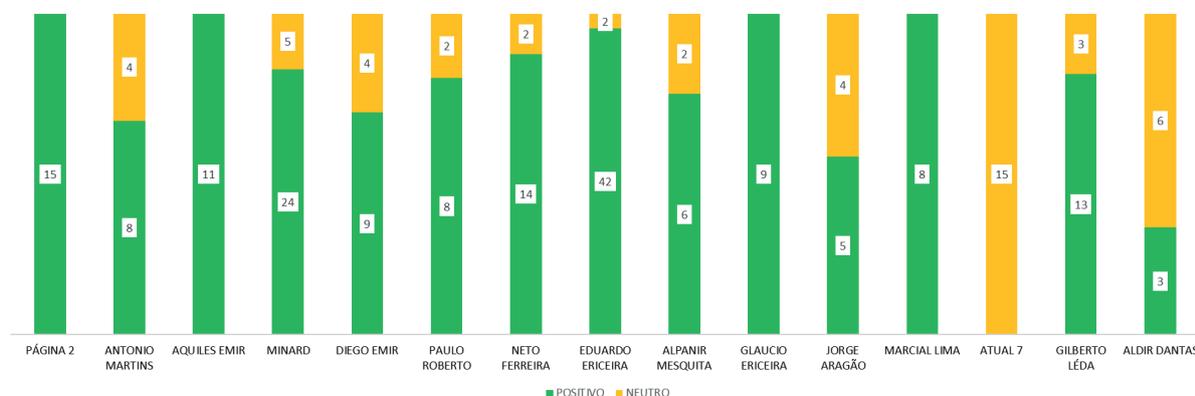
No cenário de neutralidade, avaliamos o texto opinativo do desembargador Lourival Serejo publicado no site O Imparcial Online, no qual ele lamenta a morte de três importantes figuras da literatura: Rubem Fonseca, Luís Alfredo Garcia-Roza e Luís Sepúlveda.



Internet (Sites)



Internet (Blogs)



• REVISTAS

Nas revistas de circulação nacional foram identificadas 3 informações interesse do TJMA na revista Maranhão Hoje. Dessas, 2 foram avaliadas como positivas e 1 como neutra.

Positivamente foi pautada a posse do desembargador Lourival Serejo como presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão para o biênio 2020/2022. A cerimônia foi realizada por videoconferência e foram empossados os desembargadores José Bernardo Rodrigues, vice-presidente, e Paulo Velten, corregedor geral da Justiça.

O desembargador Lourival Serejo também

foi um dos destaques da capa do mês de junho. A publicação ressaltou que o desembargador é imortalizado pelas letras e agora deve ser lembrado por sua integridade. A Maranhão Hoje ainda pontou que à frente da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Lourival Serejo quer um judiciário efetivo e ao lado da população.

No cenário neutro, o colunista João Batista Ericeira fez uma análise sobre os movimentos contrários à Democracia e que atacam o Judiciário. O advogado e professor universitário defendeu as Instituições, a Constituição e afirmou que sem a figura do juiz, não existe processo legal.

ASSESSORIA JURÍDICA





A Assessoria Jurídica da Presidência atua, diretamente, em processos judiciais de competência do Presidente desta Corte, com trâmite nos sistemas THEMIS e PJE, em sua grande maioria, conclusos para decisões de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, decisões de suspensões de segurança e decisões monocráticas e/ou colegiadas em agravos internos e embargos de declaração.

Atua, também, no âmbito administrativo, com a análise de processos, em sua grande maioria, envolvendo interesses de servidores ou cuja finalidade seja a realização de contratações por este eg. Tribunal de Justiça

Dessa forma, ao longo dos 100 (cem) primeiros dias de gestão do Presidente Lourival de Jesus Serejo Sousa, foram proferidos 780 (setecentos e oitenta)

decisões/despachos em feitos judiciais, dos quais, 647 (seiscentos e quarenta e sete) foram decisões monocráticas, 112 (cento e doze) despachos, 11 (onze) decisões em suspensão de segurança e 10 (dez) decisões colegiadas, assim como também restaram prestadas 06 (seis) informações em mandado de segurança.

Quanto aos processos em trâmite no sistema DIGIDOC, foram distribuídos 820 (oitocentos e vinte) processos administrativos, com a emissão de 556 (quinhentos e cinquenta e seis) pareceres, 51 (cinquenta e um) despachos, 30 (trinta) Decisões-GP e 9 (nove) Despachos-GP. Sendo assim, conforme os números apresentados, verifica-se que, durante o período solicitado por meio do MEMO-ACP-592020, tramitaram, junto à Assessoria Jurídica da Presidência, 1600 (mil e seiscentos) processos.

COMITÊ ESTADUAL DA SAÚDE





O Comitê Estadual da Saúde, sob a Presidência do Desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, desenvolveu diversas ações objetivando a melhoria das demandas relacionadas à Saúde Pública no Estado do Maranhão.

• VARA DA SAÚDE PÚBLICA:

A primeira providência tomada foi oficialiar a Presidência do Tribunal para a instalação da Vara de Saúde Pública, o que foi prontamente atendido pelo Presidente Lourival Serejo, tendo sido efetivamente instalada em 15 de julho de 2020.

A nova unidade judiciária é responsável pelos processos envolvendo saúde pública dos termos judiciários da Comarca da Ilha de São Luís e tem competência para processar e julgar ações que versem sobre direitos individuais relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS) quanto à internação hospitalar, cirurgia, fornecimento de medicamentos, órteses e próteses, qualquer que seja o valor da causa, sendo observada a competência das Varas da Infância e Juventude (art. 208, VII, do ECA) e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

• NATJUS

Outra ação de grande destaque realizada foi a criação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário – NATJUS, por meio da Resolução – GP 50/2020, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, para prestar apoio técnico aos magistrados de

primeira e segunda instâncias nas demandas de saúde pública.

O Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NATJUS) é responsável por elaborar, mediante solicitação dos magistrados, notas técnicas, sem caráter vinculativo, visando subsidiá-los em suas decisões que envolvam a pertinência técnica de benefícios, medicamentos, procedimentos cirúrgicos, diagnósticos, internações ou afins, relativos ao Sistema Único de Saúde (SUS), à luz da medicina baseada em evidências científicas.

Tal medida atende às diretrizes estabelecidas na Resolução n.º 238/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a criação e manutenção dos Comitês Estaduais de Saúde, prevendo, ainda, a criação dos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário.

O lançamento do NATJUS está programado para o dia 01 de setembro do corrente ano, às 16h, em evento virtual, que contará, ainda, com a apresentação de um Webinar: NATJUS e e-NATJUS: ferramentas de assessoramento técnico ao magistrado, a ser ministrado pelo Dr. Sadraque Oliveira Rios, Juiz cooperador do NATJUS do Tribunal de Justiça da Bahia e membro do Comitê Executivo Estadual baiano.

• TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Com o fim de viabilizar o funcionamento do NATJUS, em 10 de agosto de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão firmou um Termo



de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde.

Em virtude do Termo de Cooperação, o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria Estadual, disponibilizou 3 (três) médicos e 2 (dois) farmacêuticos, enquanto que a Secretaria Municipal forneceu 1 (um) médico e 1 (um) farmacêutico, os quais irão compor a equipe multiprofissional que irá atuar no NATJUS, emitindo as Notas Técnicas quando solicitados pelos magistrados.

Referidos profissionais receberão treinamento da equipe do NATS do Hospital Sírio-Libanês, que atua em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de abordar demandas específicas do NATJUS, por meio de aulas, discussões, atividades práticas e materiais de apoio.

• **CEJUSC SAÚDE**

Já com o foco na redução da judicialização, o Comitê Estadual apreciou e aprovou, por unanimidade, requerimento da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA, onde restou reconhecida a

importância da instalação de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania específico para a saúde (CEJUSC SAÚDE).

Considerando que a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) compete ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, nos termos da Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça e da Resolução -GP n.º 10/2011, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, foi expedido ofício ao Presidente do NUPEMEC, para a análise do mencionado pleito.

• **HOTSITE DO COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE**

Por derradeiro, juntamente com a Assessoria de Comunicação, foi criado um hot site específico do Comitê Estadual de Saúde, dentro do site do Tribunal de Justiça, no qual o usuário poderá obter todas as informações necessárias sobre as ações desenvolvidas, bem como a respeito do funcionamento do NATJUS.

www.tjma.jus.br



 /tjmaoficial